

Artigos e entrevistas de governantes locais e membros de organizações sociais / Reforma Constitucional na Bolívia / Lei de Meios de Comunicação na Argentina / MERCOSUL Social / Tecnologias Sociais / Direitos sem Fronteiras / Soberania e Segurança Alimentar / Políticas Públicas de Acessibilidade Universal / Nossa proposta

informa

Publicação do projeto de Mercocidades Inovação e Coesão Social:
capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas.

Revista Nº3 / Setembro de 2011



> 03

Inclusão
Social Regional



6 Apresentação

Governos Locais do MERCOSUL: promotores da inclusão social

10 por Ana Olivera / Prefeita de Montevideu

11 por Marcio Lacerda / Prefeito de Belo Horizonte e Secretário Executivo de Mercocidades 2010-2011

Aproximando-nos a uma definição

14 A construção de uma agenda social e participativa no MERCOSUL

por Carolina Albuquerque / Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil e coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL

19 A Inclusão social e os Governos Locais do MERCOSUL

por Patricia Laczynski e Renata Boulos / Instituto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (INCIDE)

22 Perspectivas de inclusão social

Tecnologia Social, por um desenvolvimento inclusivo

24 **Entrevista: Juan Sotuyo** / Diretor Superintendente da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-PTI Brasil

27 **Entrevista: Nicolás G. Caballero** / Coordenação de Inovação Tecnológica - Presidência da República do Paraguai

30 **Entrevista: Oswaldo B. Duarte Filho** / Prefeito de São Carlos e Coordenador da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação de Mercocidades

Inclusão Social com participação cidadã

MERCOSUL Social

34 **Entrevista: Magdalena Rivarola** / Diretora Executiva saliente do Instituto Social do MERCOSUL

36 **Entrevista: Gustavo Pacheco** / Coordenador da Unidade de Assuntos Internacionais e Cooperação do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai (MIDES)

39 Escritório Binacional Rivera de atendimento cidadão em espaço de fronteira

por Mariela de Vargas / Referente do Escritório Binacional Rivera

42 **Entrevista: María Sara Ribero** / Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social da Intendência de Montevideu e Coordenadora da Unidade Temática de Desenvolvimento Social de Mercocidades

Reforma constitucional na Bolívia

45 **Entrevista: Edwin Castellano** / Prefeito de Cochabamba, Bolívia

47 **Entrevista: Juan Carlos Balderas** / Diretor do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local da Bolívia

Lei de meios na Argentina

49 **Entrevista: Daniel Rosso** / Chefe de Gabinete de Assessores da Secretaria de Comunicação Pública da Nação na Argentina

52 **Entrevista: Pedro Lanteri** / Diretor da rádio das Mães da Praça de Maio na Argentina e Coordenador da Comissão de Comunicação do Conselho Consultivo da Sociedade de Civil da Chancelaria Argentina

Propostas inclusivas, fortalecendo a integração

Direitos sem fronteiras

56 **Entrevista: Aída García** / Aída Garcia / Referente de "O Grito dos Excluídos" em Montevideu

58 **Entrevista: Adriana Archenti y Gabriel Morales** / Outros em Rede, Argentina

61 Declaração Final

II Cúpula de Migrantes na XI Cúpula Social do MERCOSUL

62 **Entrevista: Paula Marcozzi** / Coordenadora do Programa ProHuerta no Centro Regional Buenos Aires Norte do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária da Argentina

Políticas públicas de acessibilidade universal

64 **Entrevista: Humberto De Marco** / Presidente da Rede Especial Uruguiaia (Reduy)

67 **Experiências de inclusão social nas "mercocidades"**

Conheça nossa proposta

72 Impulsionando o protagonismo local na inclusão social regional

por Sabrina Crovetto / Projeto Inovação e coesão social

75 A Incubadora e o Banco de Projectos

por Mariela Couto y Mayki Gorosito / Projeto Inovação e coesão social

78 As dificuldades da integração social europeia

por Agnès Montalvilho / Mancomunidade francesa de Poitiers / Projeto Inovação e coesão social

80 **Cooperação internacional e inclusão social** por Sebastián Valdomir / Projeto Inovação e coesão social



Inovação e coesão social:
capacitação metodológica
e visibilidade de boas práticas

PREFEITURA DE MONTEVIDÉU

Ana Olivera, Prefeita de Montevideo

Ricardo Prato, Secretário Geral

Luis Polakof, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional

Ruben García, Diretor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Sócios

RACINE

Claude Bapst, Diretor de Racine

Fernanda Mora, Coordenadora de Programas

Clarisse Krasa, Responsável de projetos

IHEAL-LOCAL

Bernard Pouyet, Presidente

Jean François Claverie, Diretor da Cooperação

FUNDAÇÃO TIAU

Clara Braun, Presidenta

Hugo Chamorro, Integrante das equipes de trabalho

COLABORADORES

Conselho Geral dos Altos Pirineos, França

Mairie de Potiers, França

UNIÃO EUROPEIA

Geoffrey Barret, Chefe da Delegação da União Europeia no Uruguai

Clelia de la Fuente, Assessora - Setor Cooperação

COORDENAÇÃO GERAL

Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Equipe de Projeto

Jorge Rodríguez

Diretor

Sebastián Valdomir

Gerente

Mayki Gorosito

Assessora Técnica

Sabrina Crovetto

Responsável de Comunicação

Claudia Martínez

Tecnologias da Informação

Mariela Couto

Secretária

Tânia Fernández

Secretária

Gissela Acosta

Finanças

Escritório Sede

Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Prefeitura de Montevideo

Telefone: (598 2) 410 66 57

Fax: (598 2) 410 23 38

proyecto@inmercociudades.org

Luis Piera 1994 Escritório de Mercocidades

Edifício MERCOSUL CP 11200, Montevideo, Uruguai

web: www.mercociudades.org

Inovação e Coesão Social é financiada em um 90% pelo programa "Autoridades Não Estatais e Atores Locais para o Desenvolvimento - Ações Multipaíses" da União Europeia. As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem aquelas da União Europeia.

informa

Revista Nº 3 de **Inovação e Coesão Social**
Setembro, 2011

Colaboração

Instituto de Cooperação e Desenvolvimento / Montevideo

Desenho Gráfico

Diego Tocco

Fotografia da capa

Os meninos da Amazônia
Wagner Mello / Brasil



• Avó - Queijos / Fotografia de Neils Oscategui / Peru

Apresentação



informa

Esta publicação é elaborada pelo projeto de Mercocidades “Inovação e Coesão Social”, com o fim de expor a realidade da inclusão social no MERCOSUL, com ênfase na participação dos governos locais e sua articulação com a sociedade civil organizada. Esta iniciativa é liderada por Mercocidades, com a participação de RACINE, IHEAL LOCAL e Fundação Tiau, e é co-financiada pela União Europeia.

Nesta terceira e última edição da Revista INforma se convidou para participar com artigos ou entrevistas a distintos atores que nos oferecem uma importante diversidade de visões e percepções desde suas experiências, aproximando-nos a uma primeira conceitualização sobre Inclusão Social, as políticas que abrange e as competências nestas políticas que existem desde o local.

Também resulta interessante o exposto pelos participantes sobre as formas em que se relacionam os governos locais com as organizações da sociedade civil locais e internacionais, as universidades, as associações, os sindicatos e os meios massivos de comunicação.

Um dos objetivos chaves de todos os governos locais está ligado à inclusão social de seu povo. Uma das reflexões que expõe a publicação, é que esta política necessariamente deve se construir de forma participativa com todos os atores territoriais, organizados em sua comunidade e/ou em grupos de interesse temático. Nestas áreas se avançou para a implementação de políticas desde o local, mas às vezes sem conexão com os espaços institucionais do processo de integração.

O leitor encontrará a apresentação de experiências de inclusão social de governos locais da região como

forma de difundir também os acertos e os erros desde a própria experiência dos atores territoriais. Governos Locais da região que mostram suas políticas em articulação com a sociedade civil de seu território, vinculada a atividades que promovem a inclusão social e a coesão social de setores populacionais em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, buscando um enfoque amplo, diverso e participativo, tanto de práticas como de modelos.

Finalizando o ciclo de publicações da revista INforma, desejamos compartilhar com os leitores alguns êxitos alcançados até a data no desenvolvimento das atividades. Depois de culminadas 4 capacitações presenciais e virtuais, estando em processo 2 sem terminar ainda, destacamos que se formularam 36 iniciativas em projetos concretos sobre diversas temáticas, que em seu conjunto manifestam a preocupação por parte dos governos locais e organizações da sociedade civil pela criação de política de coesão social. Alcançamos um total de 72 participantes nas 4 capacitações e se chegará a 110 uma vez que culmine a 6ª, e última capacitação. Além de 3 diagnósticos situacionais realizados e publicados sobre os três eixos temáticos prioritários definidos por Mercocidades: Integração Produtiva Regional, Cidadania MERCOSUL e Inclusão Social Regional.

Por último, quiséramos agradecer a todos que fizeram possível esta publicação e convidar ao leitor a desfrutar das maravilhosas fotografias que ilustram esta revista, gentilmente cedidas por artistas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai, colaborando com diversas visões para a inclusão social e enriquecendo este espaço que esperamos seja de seu interesse.



• *Os meninos da Amazônia* / Fotografía de Wagner Mello / Brasil

Esta publicación es elaborada por el proyecto de Mercociudades “Innovación y cohesión social”, con el fin de exponer la realidad de la inclusión social en el MERCOSUR, con énfasis en la participación de los gobiernos locales y su articulación con la sociedad civil organizada. Esta iniciativa es liderada por Mercociudades, con la participación de RACINE, IHEAL LOCAL y Fundación Tiau, y es cofinanciada por la Unión Europea.

En esta tercera y última edición de la Revista *INforma* se ha invitado a participar con artículos o entrevistas a distintos actores que nos ofrecen una importante diversidad de visiones y percepciones desde sus experiencias, aproximándonos a una primera conceptualización sobre Inclusión Social, las políticas que abarca y las competencias en dichas políticas que existen desde lo local.

También resulta interesante lo expuesto por los participantes sobre las formas en que se relacionan los gobiernos locales con las organizaciones de la sociedad civil locales e internacionales, las universidades, las asociaciones, los sindicatos y los medios masivos de comunicación.

Uno de los objetivos claves de todos los gobiernos locales está ligado a la inclusión social de su gente. Una de las reflexiones que plantea la publicación, es que esta política necesariamente debe construirse de forma participativa con todos los actores territoriales, organizados en su comunidad y/o en grupos de interés temático. En estas áreas se ha avanzado hacia la implementación de políticas desde lo local, pero a veces sin conexión con los espacios institucionales del proceso de integración.

El lector encontrará la presentación de experiencias de inclusión social de gobiernos locales de la región

como forma de difundir también los aciertos y los errores desde la propia experiencia de los actores territoriales. Gobiernos Locales de la región que muestran sus políticas en articulación con la sociedad civil de su territorio, vinculada a actividades que promuevan la inclusión social y la cohesión social de sectores poblacionales en situación de vulnerabilidad y/o riesgo social, buscando un enfoque amplio, diverso y participativo, tanto de prácticas como de modelos.

Finalizando el ciclo de publicaciones de la revista *INforma*, deseamos compartir con los lectores algunos logros alcanzados hasta la fecha en el desarrollo de las actividades. Luego de culminadas 4 capacitaciones presenciales y virtuales, estando en proceso 2 sin culminar aún, destacamos que se han formulado 36 iniciativas en proyectos concretos sobre diversas temáticas, que en su conjunto manifiestan la preocupación por parte de los gobiernos locales y organizaciones de la sociedad civil por la creación de política de cohesión social. Hemos alcanzado un total de 72 participantes en las 4 capacitaciones y se llegará a 110 una vez que culmine la 6ta, y última capacitación. Además de 3 diagnósticos situacionales realizados y publicados sobre los tres ejes temáticos prioritarios definidos por Mercociudades: Integración productiva regional, Ciudadanía MERCOSUR e Inclusión Social Regional.

Por último, quisiéramos agradecer a todos quienes hicieron posible esta publicación e invitar al lector a disfrutar de las maravillosas fotografías que ilustran esta revista, gentilmente cedidas por artistas de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú, Venezuela y Uruguay, aportando diversas miradas hacia la inclusión social y enriqueciendo este espacio que esperamos sea de su interés.

Ko momarandu jekuauka ojejapo apopyrã Mercociudades-gui oñembohápéva “Innovación y cohesión social”, ojehechauka ha_ua mba'éichapa oñembojoajupa MERCOSUR-pe, oñemotenondehápe umi tekuái upe tenda rembiapo, ha avei mba'eichaitépa oñembojoaju umi opaichagua aty omba'apo ha_ua. Ko tembiapo omyakã Mercociudades, ha oike avei RACINE, IHEAL LOCAL ha Fundación Tiau ha ohepyme'_imi Unión Europea.

Ko mbohapyha ha ipaháva tembiapo ojeheróva Revista INforma, oñemopepir_ ohechauka ha_ua hembia-po, opaichagua tapicha mba'apohárape, ohasamava'ekue heta mba'ére, ñanemoai_uiva umi marandu joajupa tekoñomoir_ rehegua, umi tembiaporã ha avei umi mba'e ojejuerekóva ojeikohápe.

Iporã avei ñamomba'e guasu mba'éichapa umi tapicha ohechaukáva hembia-po omyesakã mba'éichapa ojoaju umi tekuái upépegua ambue atykuéra ndive taha'e tapichakuéra aty upepeguáva, ha ambue tetãme guáva, mbo'ehaovusu, aty opaichagua, mba'apohára aty ha avei umi marandu myasãihára aty.

Pete_ha hupytyvoirá ojejuerekóva aty upe tendapeguáva ojoaju ha'e, umi tapicha atyndi. Pete_ha py'a mongetarã ohejáva ko marandu, ha'e ko'áichagua mba'apo raperã oñemopu'ã manteva'erã oñondivepa, umi tapicha aty upepeguavandi, avei umi tapicha aty omomba'e guasúva ko'ã mba'e avei. Ko'áichagua tembiapópe ojeho tenondegotyo oñemba'apo jave umi aty upe tendapeguávandi, ha katu sapy'ante ndojejoajúi umi aty omboguatáva kóichagua tembiapo.

Omoñe'_va ko tembiapo ojuhúta pype mba'éichapa ojejapo ko tembiapojoajurã umi tekuái

upe tendapeguávandi oñemyasái ha_ua umi ojejapo porã ha umi ojejavyhápe avei, umi tapicha upépe guavandi ohasava'ekue. Umi sãmybyhára ohechaukáva mba'eichaitépa ikatu ojoaju hikuái opaichagua tapicha ndive upe tendapeguávandi ha oikuaáva umi apañuái ha'ekuéra ojuerekóva, ohekakuévo opa tapicha pytyvõ téra pytyvõrã.

Oikopámaro jehechauka ko tembiapo Infor-ma, romo_uah_se pe_me marandu peikuaa ha_ua umi hupytyrã ojejuhupytyva'ekue ko'á_aitepeve. Ojeja-poparire irundy (4) aty ojovakeguáva ha avei ojeja-póva ñandutiroguerupive avei, ha o_gueteri mokõi tembiapo noñemohu'aitivahína, ojejuereko mbohapy-pote_ apopyrã opaichagua rei, oñondivepa ohechauka py'apy ojejuerekóva umi tekuái apeguáva apytépe ha avei umi aty tapichakuéra oja-póva ijeheguireínte. Ojejuhupyt_ma péicha pokõipa mokõi tapicha ko'ã irundy aty ñemoarandurã ha oñe_uah_ta sapa tapichápe oñemohu'ãvo pote_ha ha ipaháva aty ñemoarandurã. Avei ojejapokuri tembiapo oñembyaty ha_ua marandu ojeikuaa ha_uáicha mba'éichaitépa ña_hína, ojejapova'ekue ha oñembojereva'ekue mbohapy mba'ére oñemotenondeveva'ekue Mercociudades-pe: Joajupa, mba'eapo ñandejerereguáva, tavandára MERCOSUR-peguáva ha avei joaju tekoñomoir_ tendaguáva.

Ipahaitépe romo_uah_se oreaguyjevete opavave tapicha oipytyvõva'ekue os_ ha_ua ko tembiapo ha avei romo_uah_se pepir_ kuatia moñe'_hárape ohecha ha_ua ko'ã ta'ãnga porãite omoporáva ko kuatia haipyre, ombohásáva tapicha katupyry Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú, Venezuela ha Uruguay-guáva, omoporávava ko tembiapo ha avei péicha oñeha'ãro pende retera'ã ha o_uah_ve ko tembiapo.



• *Tavaquasu ha yvága "A cidade e o céu" Assunção, Paraguai / Fotografia de Carlos Villalba / Paraguai*

Governos Locais do MERCOSUL: promotores da inclusão social





• Ana Olivera (Foto Carlos Contrera / CMDF)

Convoca-nos nosso compromisso histórico com Mercocidades, na qual Montevideu é orgulhosa co-fundadora, e nossa tarefa comum, compartilhada com todas as cidades que a integram, por encontrar e clarear os caminhos que nos permitam dia a dia construir cidades mais integradas e mais integradoras, cidades que sejam modelos de convivência, cidades que sejam exemplo de dinamismo e criatividade ao serviço da felicidade de nossos povos.

Importa-nos promover a construção de políticas sociais inclusivas e participativas com uma visão regional. Construir integração: desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão social, a participação, a equidade e o pleno exercício dos deveres e dos direitos que sustentam uma cidadania regional.

E o mais importante, estamos convencidos da necessidade de avançar na construção prática das ferramentas que façam possível o exercício destes direitos.



• *Matrona de Curiepe* / Fotografía de Claris Trigueros / Venezuela



• *Homem - Ilha do Sol* / Fotografia de Pedro Vázquez Segovia / Bolívia

**Aproximando-nos
a uma definição**



PARTICIPAR PARA INCLUIR

A construção de uma agenda social e participativa no MERCOSUL

Há vinte anos atrás, quando foi criado, o MERCOSUL se configurava quase que exclusivamente como um acordo econômico-comercial. Naquela época, os governos de turno enxergavam o bloco nascente mais como uma alternativa para realizar a abertura dos mercados do que propriamente como uma oportunidade para implementar políticas de integração regional. A tônica conferida aos acordos comerciais predominou por muitos anos sobre as demais áreas de negociação. Enquanto isso, as políticas de desenvolvimento social, superação das assimetrias e complementação produtiva foram relegadas a um segundo plano de relevância. Os temas de desenvolvimento haviam sido deixados de lado em função das medidas neoliberais que, ao longo dos anos 90, foram adotadas em toda a região.

Na presente década, ficou cada vez mais evidente as limitações do chamado modelo aberto de integração que, apesar de haver permitido o crescimento do comércio, não dava respostas aos problemas da pobreza, da exclusão e da desigualdade social.

Os últimos oito anos foram testemunhas de uma inflexão na trajetória do MERCOSUL, que tem passado por um fortalecimento dos temas relacionados às dimensões social, produtiva e participativa da integração, o que se refletiu na multiplicação de políticas de alcance regional em áreas como saúde, educação, agricultura familiar e segurança alimentar, para citar alguns exemplos.

O período coincide também com a criação, no interior do MERCOSUL, de novos espaços institucionais destinados tanto à harmonização entre as políticas sociais e produtivas quanto à participação da sociedade civil, como é o caso do Instituto Social do MERCOSUL e da Unidade Técnica de Apoio à Participação Social.

•••••
* Carolina Albuquerque Silva, consultora do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, trabalha na coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL).



• Foto da série *Final de época* / Fotografia de Sebastián Miquel / Buenos Aires, Argentina

A ascensão desse novo paradigma de integração está vinculada ao esgotamento das políticas neoliberais hegemônicas nos anos noventa. Ela coincide com a chegada ao poder de partidos de centro-esquerda e com a emergência dos movimentos sociais no cenário político regional. As muitas edições do Fórum Social Mundial e as mobilizações contra as negociações da ALCA, que culminaram em 2005 com a IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, são um exemplo das lutas dos movimentos sociais contra o modelo de globalização neoliberal que então se pretendia impor à região.

É importante analisar as correlações existentes entre esses fenômenos para compreender que o adensamento da agenda social do MERCOSUL não foi algo accidental, nem mesmo inevitável. Foi em função da articulação e da pressão exercida por diferentes atores progressistas, dentro e fora dos governos, que os temas não-comerciais foram ganhando visibilidade e relevância dentro na agenda do MERCOSUL.

Isso se tornou possível graças à aliança entre distintas entidades que atuam em favor da integração, dentre as quais se encontram setores progressistas dos governos nacionais; os governos locais e organismos a eles ligados, como a Rede Mercocidades; órgãos do MERCOSUL abertas à participação social, como a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF); e redes sindicais e sociais regionais, como a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e a Confederação de Organizações de Produtores Familiares do MERCOSUL (COPROFAM).

Dito de outra forma, o fortalecimento pelo qual passa a dimensão social da integração corresponde a uma escolha política dos governos progressistas, movimentos sociais e sujeitos coletivos em favor de um projeto específico de MERCOSUL – o de um conjunto de países vizinhos que vêm na integração um caminho para potencializar o desenvolvimento de cada um e da região como um todo, de modo a contribuir para a conquista de melhores condições de vida para os povos envolvidos. Este projeto está baseado em três pilares: o desenvolvimento social, a integração produtiva e o equilíbrio das assimetrias existentes entre os países do bloco.

Novos espaços institucionais para o desenvolvimento social integrado

A recente criação do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), do Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS) são alguns dos sinais dessa diversificação de agenda atualmente vivida pelo bloco.

O ISM¹, com sede em Assunção, tem por objetivo colaborar tecnicamente para a elaboração de políticas sociais; sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; compilar e intercambiar programas em matéria social; promover mecanismos de cooperação; avançar no desenvolvimento da dimensão social do MERCOSUL e contribuir para a superação das assimetrias entre os Estados Partes. Em funcionamento pleno desde o início do ano de 2011, o Instituto Social já começou a desenvolver trabalhos em áreas como economia solidária em territórios de fronteiras e segurança alimentar. Também tem se dedicado a estabelecer intercâmbios com órgãos similares de outros esquemas de integração regional da América Latina, como a UNASUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

A proliferação de iniciativas no campo sócio-produtivo levou os Estados Partes a decidirem pela criação da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS)², espaço institucional dedicado a articular ações interministeriais e a promover a coordenação das políticas sociais no bloco. Ao congregiar ministérios como os de saúde, educação, cultura, trabalho e desenvolvimento agrário, além das autoridades em desenvolvimento social, a CCMAS se apresenta como uma ferramenta com grande potencial para estimular, no interior do MERCOSUL, uma agenda de desenvolvimento social integrado, superadora de perspectivas ultrapassadas de mero assistencialismo.

Uma iniciativa que merece atenção particular é o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS). O exercício de construir uma agenda regional que identifique as medidas prioritárias para o desenvolvimento social integrado dos países da região tem sido levado a cabo com a contribuição dos distintos ministérios das áreas sociais, reuniões especializadas e reuniões de ministros relacionadas.

Uma vez concluído, o PEAS reunirá parâmetros, consensuados entre os países membros, para a harmonização de políticas públicas sociais no bloco, de modo a promover a convergência entre elas e pavimentar o horizonte para a possível construção, no fu-

turo, de uma política comum de desenvolvimento social integrado. Para tanto, o PEAS deverá identificar medidas destinadas a impulsionar a inclusão social e garantir condições de vida mais dignas para os habitantes da região, por meio da execução de iniciativas e políticas públicas para reduzir o déficit social, promover o desenvolvimento humano integral e a integração produtiva.

Em junho de 2011, durante a presidência pro tempore paraguaia, o Conselho do Mercado Comum (CMC) aprovou o documento “Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)”³, estruturado a partir de dez temáticas centrais:

Eixo I - Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais.

Eixo II - Garantir os Direitos Humanos, a Assistência Humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero.

Eixo III - Universalização da Saúde Pública.

Eixo IV - Universalizar a Educação e Erradicar o Analfabetismo.

Eixo V - Valorizar e Promover a diversidade cultural

Eixo VI - Garantir a Inclusão Produtiva

Eixo VII - Assegurar o acesso ao Trabalho decente e aos Direitos Previdenciários

Eixo VIII - Promover a Sustentabilidade Ambiental

Eixo IX - Assegurar o diálogo Social

Eixo X - Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais

Durante a presidência pro tempore uruguaia, ao longo do segundo semestre de 2011, as diferentes Reuniões de Ministros e Reuniões Especializadas responsáveis pelos temas sociais devem apresentar suas propostas de complementação dos eixos, diretrizes e objetivos prioritários para o PEAS, estabelecendo ações, prazos e fontes de financiamento, para o período 2012-2017.

Participação social no MERCOSUL

No Brasil, o programa “MERCOSUL Social e Participativo”, instituído pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, consolidou um conjunto de ações voltadas para a ampliação da participação da sociedade civil. Já iniciativas como o Programa Somos MERCOSUL e as Cúpulas Sociais do MERCOSUL são exemplos regionais dessa tendência.

.....

- 1 Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 03/07
- 2 Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 39/08
- 3 Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 12/11

Somos MERCOSUL surgiu com o propósito de contribuir para a superação do déficit de participação social existente no bloco. Trata-se de uma iniciativa pública, lançada pela presidência pro tempore do Uruguai em 2005, com o apoio do então presidente Tabaré Vázquez e dos demais Estados Partes. Somos MERCOSUL, tem por objetivo de envolver a cidadania no processo de integração regional, gerando espaços para que a sociedade civil e os governos possam debater, formular demandas e participar dos processos decisórios de construção do MERCOSUL.

As Cúpulas Sociais são espaços de discussão e formulação de propostas de políticas públicas, dos quais participam representantes dos movimentos sociais, dos governos e órgãos do MERCOSUL. Elas constituem espaços supranacionais nos quais os temas regionais têm primazia sobre os nacionais, ensejam o controle social e a valorização de uma cidadania ativa e legitimadora do processo de integração, dão transparência ao processo decisório, conferem adensamento da esfera pública regional na definição de políticas públicas e acesso a direitos sociais, e consolidam uma cultura democrática da integração. Em junho de 2011 aconteceu, em Assunção, a décima segunda edição do evento.

Em dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu, o CMC criou a Unidade Técnica de Apoio à Participação Social⁴ do MERCOSUL, com a finalidade de ampliar e institucionalizar a participação da sociedade civil, financiar a participação de representantes da sociedade civil em reuniões do bloco, apoiar a organização das Cúpulas Sociais e manter um cadastro de organizações da sociedade civil dos países membros do MERCOSUL. A nova instância será coordenada pelo Alto Representante Geral do MERCOSUL – função criada na mesma Cúpula de Foz do Iguaçu, cujo primeiro ocupante é o brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães.

Combate às assimetrias

Um debate sério a respeito de como diminuir a desigualdade e promover a inclusão social no MERCOSUL passa necessariamente pela questão do combate às assimetrias existentes entre as economias dos países do bloco. No que se refere a esse tema – possivelmente o maior de todos os desafios da integração – a criação do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM)⁵ representa um avanço importante. Em operação desde 2008, o FOCEM é destinado a financiar programas em quatro diferentes linhas de atuação: convergência de obras de integração física; desenvolvimento da competitividade das economias menores e regiões menos desenvolvidas; promoção da coesão social e funcionamento da estrutura institucional do bloco. O Brasil aporta 70% dos recursos do Fundo, a Argentina 27%, o Uruguai 2% e o Paraguai 1%. Em julho de 2011 contavam-se 38 projetos aprovados, orçados em pouco mais de US\$ 824 milhões.

Dentre estes, sete foram classificados no âmbito do Programa nº 3 do FOCEM – Coesão Social – num total de US\$ 39.747 milhões. São iniciativas relacionadas diretamente ao desenvolvimento social das populações do MERCOSUL, envolvendo temas como educação, habitação, economia social e solidária e combate à pobreza em áreas de fronteira.

Embora ainda insuficiente para os objetivos que pretende alcançar, o FOCEM sinaliza para uma lógica distinta de integração, mais voltada para a cooperação e menos preocupada com a liberalização dos mercados. Seu fortalecimento e aperfeiçoamento contínuos são de todo essenciais para garantir que o processo de integração seja bem sucedido.

Projetos FOCEM aprovados pelo CMC MERCOSUL / Programa III / Coesão Social

PROJETO	País	Decisão CMC	Total FOCEM [US\$]	Total Projeto [US\$]
“MERCOSUL ROGA” Construção de assentamentos	PARAGUAI	Nº 08/07	7.500.000	9.705.882
“Economia Social de Fronteira”	URUGUAI	Nº 08/07	1.399.800	1.646.820
“Desenvolvimento de Capacidades e Infra-estrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos em Localidades do Interior do Uruguai”	URUGUAI	Nº 11/07	1.600.000	1.882.000

.....

4 Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 65/10

5 Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 19/04

PROJETO	País	Decisão CMC	Total FOCEM [US\$]	Total Projeto [US\$]
"Intervenções Múltiplas em Assentamentos localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza e Emergência Sanitária, Ambiental e Hábitat"	URUGUAI	Nº 11/07	1.200.000	1.411.765
"MERCOSUR Yporá. Promoção de acesso à água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza e extrema pobreza"	PARAGUAI	Nº 11/08	5.835.321	7.588.848
Projeto de implementação da Biblioteca UNILA - BIUNILA e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados - IMEA, da Universidade Federal da Integração Latino-americana - UNILA na região tri-nacional, em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, Brasil.	BRASIL	Nº 02/09	17.000.000	22.000.000
Projeto "Intervenções Integrais nos Edifícios de Ensino Obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier - Província de Santa Fé"	ARGENTINA	Nº 08/10	5.212.585,38	7.933.899,29

Os pontos mencionados até aqui parecem sugerir que nossa região se encontra em condições de dar um salto qualitativo na abordagem das questões sociais regionais, com participação social, para forjar intervenções integrais. Este novo enfoque traduz a convergência entre políticas de integração econômica e comercial com políticas de integração social.

É necessário reconhecer que as ações realizadas para a efetivação da dimensão social do MERCOSUL ainda são insuficientes, se desenvolvem lentamente e não contam, até o presente momento, com uma tradução institucional adequada.

Isto não significa que não houve avanço nessa direção. O que parece estar em curso é um processo de transição de um MERCOSUL exclusivamente econômico-comercial para um MERCOSUL mais social e participativo.

O Estado ocupa posição central nessa equação, como articulador das posições entre setores do governo executivo, do parlamento e dos movimentos sociais, nacionais e regionais, em defesa do MERCOSUL e de uma agenda positiva para a integração.

Essa nova agenda geradora de direitos sociais está articulada politicamente com os governos, os partidos políticos, integrada por sujeitos coletivos e movimentos sociais e empenhada na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas regionais voltadas para o fortalecimento do MERCOSUL. Seu avanço, ainda que incipiente, é fator de legitimação do processo de integração regional.

A Inclusão Social e os Governos Locais do MERCOSUL: recomendações para a acção

Esse artigo apresenta recomendações voltadas a governantes e gestores públicos, em especial de governos locais e do MERCOSUL, assim como para representantes da sociedade civil interessados no desenvolvimento de práticas de inclusão social a partir do diálogo entre poder público e sociedade civil. As recomendações foram desenvolvidas após um trabalho de pesquisa intitulado “A Inclusão Social e os Governos Locais do MERCOSUL”, realizado em 2011 pelo Instituto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – INCIDE e financiado pelo projeto de Mercocidades “Inovação e coesão social”.

A base do estudo foi o levantamento e a análise de ações, programas e políticas públicas inovadoras voltadas à inclusão social no âmbito local, realizados com municípios membros da Rede Mercocidades³: foram contempladas cidades fronteiriças; de diferentes regiões do país e distintos portes; cidades com políticas de destaque na área de inclusão social; além de levantamento de ações realizadas por unidades temáticas da Rede Mercocidades e também das principais decisões e ações do MERCOSUL nesse âmbito.

O estudo assume que a inclusão social não é o resultado apenas do combate à pobreza e da diminuição do alto grau de desigualdades que ainda encontramos na América Latina. A inclusão social é considerada, dessa maneira, como tema afirmativo, reforçando as ações que os governos desde os nacionais até os locais têm desenvolvido, não apenas para combater a pobreza e a exclusão social, mas para construção de uma sociedade mais justa, mais igual, com uma população participativa, conhecedora de seus direitos, detentora de uma alta autoestima.

* Professora Universitária do curso de Administração do Centro Universitário Senac, doutoranda e mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP-FGV. Tem experiência em governo, experiência acadêmica na produção de texto e coordenação de pesquisa, em assessoria e pesquisa e em articulação entre governos, universidades, empresas e sociedade civil organizada.

** Mestre em Relações Internacionais pela University of Essex, com graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem experiência na área de cooperação técnica internacional, gestão pública internacional, cooperação descentralizada e redes de cidades. Hoje realiza consultoria técnica de relações internacionais e desenvolvimento econômico no Instituto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (INCIDE).

¹ O estudo contou com a participação de governos locais e de organizações da sociedade civil de municípios da Argentina (Buenos Aires, Neuquén, Rosário e Santa Fe de la Vera Cruz), Brasil (Bagé, Belo Horizonte e Osasco), Paraguai (Assunção), Uruguai (Montevideu e Paysandú), Venezuela (Barquisimeto-Iribarren, Sucre), Bolívia (La Paz), Chile (Valparaiso) e Peru (Jesús Maria).

Algumas recomendações

Os governos municipais têm buscado, cada vez mais, parcerias com organizações não governamentais e com a população para conseguir melhorar a qualidade de vida da população. Nesse aspecto, os gestores públicos locais podem, ao pensarem na inclusão social, mapear quais são os atores que podem ajudá-los nesta empreitada. Quais são as políticas regionais (estaduais, provinciais ou departamentais) e nacionais que se direcionam para esta área? E os municípios vizinhos? Será que um trabalho intermunicipal entre municípios vizinhos não podem alavancar mais recursos para a execução de programas e políticas que tratem da melhor qualidade de vida da população local? Neste sentido, tem-se ainda as redes internacionais e nacionais de municípios, as associações de municípios e outras instâncias de cooperação intermunicipal que pode contribuir com a inclusão social naquela localidade específica, a partir de trocas de informações e experiências, de capacitações e até de captação de recursos (mas cuidado: não tenha como objetivo a captação de recursos ao se inserir em uma rede ou associação, pois este não é o objetivo primordial dessas articulações).

E as organizações da sociedade civil? Quem são elas e o que elas fazem? Como articular uma rede na cidade para a formulação e a implementação de uma política de inclusão social que dê conta de abordar várias de suas dimensões? Um governo local deve levantar as organizações presentes em seu município para pensar em recursos e oportunidades de desenvolvimento de novos projetos. Este levantamento pode ser simples, sem necessidade de grandes estudos.

Outra recomendação para todos aqueles que se responsabilizam com a promoção da inclusão social é que existe passado. Governos passados, ações passadas, programas passados não podem ser simplesmente descartados. Devem ser respeitados e considerados nas novas ações. Por mais que haja diferenças ideológicas, as pessoas envolvidas e beneficiadas com programas passados devem ser ouvidas e inseridas nas novas políticas, de forma igualmente participativa.

É importante também que os gestores públicos locais e os atores da sociedade civil entendam conceitos como a inclusão e exclusão social, cidadania, pobreza, desigualdade, equidade. Este entendimento ajuda a compreender a realidade local em relação ao processo de inclusão social.

Antes de iniciar uma ação, também é importante refletir e discutir sobre a realidade local. O entendimento sobre o significado de conceitos relacionados à inclusão social é, inclusive, importante para a realização de um diagnóstico local. Esta compreensão sobre a localidade faz-se necessária porque cada lugar tem suas características. Não é possível que um governo municipal simplesmente copie ou imite um programa de inclusão social considerado Best Practice porque provavelmente haverão alguns elementos ou características locais que acabam impedindo ou dificultando a implantação de determinado programa sem suas devidas adaptações. Questões como recursos, mobilização social, atores interessados e mesmo público a ser atendido variam de lugar para lugar.

Neste processo, a aproximação com universidades torna-se muito interessante. Para o entendimento sobre inclusão social, para a realização de um diagnóstico e para o levantamento de experiências já existentes, as universidades e centros de pesquisa podem auxiliar e orientar os atores locais. Elas são atores importantíssimos na elaboração e execução de políticas públicas e podem contribuir muito com os governos municipais.

É fundamental ainda que as autoridades locais, os gestores públicos locais e outros atores envolvidos (organizações da sociedade civil, população beneficiária) façam um planejamento do que se pretende realizar. Não é necessário que seja um planejamento sofisticado, no sentido de uso de tecnologias avançadas, mas é fundamental que fique claro quais são os objetivos, prazos e recursos necessários a curto, médio e longo prazo, quais são as oportunidades e ameaças, os pontos fortes e fracos. Sem estas informações, programas e projetos podem até começar, mas não se conquistarão os resultados sonhados.

No que concerne o processo de integração, os governos locais podem e devem se envolver mais com as decisões e ações do MERCOSUL. Apesar de as agendas dos países MERCOSULinos convergirem em diversos âmbitos, é necessário um esforço maior para o fortalecimento da institucionalização do MERCOSUL. Organismos como o Parlamento do MERCOSUL e outras instituições devem ser empoderados e "sair do papel". Nesse aspecto, a cooperação a União Européia tem servido de modelo para alguns órgãos e tem incentivado práticas de fortalecimento da estrutura institucional do Bloco. Além disso, e de fundamental importância, a transposição de normas tem de se concretizar nos países do MERCOSUL para garantir a efetividade e construção da identidade regional.

Ainda, as instâncias sociais do MERCOSUL têm trabalhado bastante na consolidação de projetos como o Instituto MERCOSUL de Formação, capacitando gestores para trabalhar num cenário MERCOSULino; os Planos Estratégicos de Ação Social e o Estatuto da Cidadania, planejando e criando um cenário mais inclusivo no MERCOSUL dos próximos anos. Existe uma grande cobrança em relação ao andamento do processo de integração, mas há de se lembrar que para ocorrer a real efetivação dessas políticas, anos de trabalho serão necessários. Na União Europeia, foi mais de meio século. Nesse sentido, é necessário envolvimento e planejamento.

Para trazer o MERCOSUL às cidades deve haver, principalmente, maior interação entre as unidades temáticas da Rede Mercocidades e o MERCOSUL. As UTs são canais importantes de diálogo entre o bloco regional e os governos locais. Acompanhar de perto as decisões dos governos nacionais e do MERCOSUL e repassar para os governos municipais é tarefa que as UTs podem e devem assumir, principalmente se levarmos em consideração o papel de Mercocidades na coordenação do Comitê de Municípios.

Uma vez discutido o conceito de inclusão social, realizado um diagnóstico do local e um levantamento dos atores locais, nacionais e mesmo do MERCOSUL que podem contribuir e participar do processo, elaborado um plano e ações realizadas e programas implantados, é preciso de um acompanhamento. Ou seja, uma vez planejada e iniciada uma política de inclusão social no mu-



• *Bloco de Tambores no desfile de carnaval de Montevideú / Fotografia de Pablo Oxley / Uruguai*

nicípio, o monitoramento e acompanhamento têm que ser permanente, para não se perder o rumo, não desperdiçar recursos, não demorar mais do que pretendia e para, principalmente, corrigir caminhos. Este monitoramento deve ser realizado pela própria equipe do governo local com apoio de organizações cogestoras, mas pode e deve ser comunicado e discutido com todos os atores interessados.

Finalmente, uma última recomendação é o diálogo com sociedade. Embora em todas as etapas da po-

lítica de inclusão social, tem-se manifestado a favor da participação da sociedade civil, é importante reforçar que este diálogo, mesmo que às vezes pode tornar o processo mais lento, permite que ele seja mais firme, forte e consolidado. Os resultados aparecerão de forma mais eficiente. Além disso, como já registrado neste estudo, com mudanças de mandato, as chances para o fim de uma política pública ou programa que tenham a participação efetiva da sociedade civil é bem menor do que programas desenvolvidos a partir apenas da iniciativa do governo local.

Perspectivas de inclusão social

“... garantir condições de vida mais dignas para os habitantes da região, por meio da execução de iniciativas e políticas públicas para reduzir o déficit social, promover o desenvolvimento humano integral e a integração produtiva.”

Carolina Albuquerque Silva

“... assegurar que as políticas sociais cheguem aos grupos mais vulneráveis de nossas sociedades e que estes possam ter acesso aos bens sociais desde uma perspectiva de direitos e não de assistencialismo.”

Magdalena Rivarola

“... assegurar um nível de vida digno para todas e todos, respeitando profundamente a vida em suas distintas expressões.”

Aída Garcia

“... produção de conhecimentos, de solidariedade e de aprofundamento da consciência comunitária...”

Juan Sotuyo

“... decisão política de respeitar e consagrar direitos, revertendo mediante políticas públicas concretas à desigualdade e a exclusão social.”

Sebastián Valdomir

“... favorecer a participação e organização dos setores vulneráveis da população.”

Paula Marcozzi

“Regularização da situação migratória, exercício dos direitos cidadãos através do voto, acesso a recursos educativos e materiais -trabalho, habitação, etc.-, igualdade ante a justiça, não discriminação, democratização do acesso à informação e à produção informativa, instâncias institucionais de representação e promoção efetiva de direitos políticos, sociais, trabalhistas, culturais, etc.”

Adriana Archenti e Gabriel Morales

“... novas relações sociais e políticas, novas estruturas de inclusão e participação social e a emergência reconhecida de novos sujeitos e atores sociais...”

Juan Carlos Balderas

“... bem-estar cidadão que gere melhores condições de vida através de gestões municipais onde o acionar seja participativo, equitativo e em equilíbrio com a mãe terra.”

Edwin Castellano

“... garantir o pleno exercício dos direitos cidadãos para ampliar a participação social e promover o desenvolvimento das comunidades locais”.

Mariela De Vargas

“... possibilitar que todas as pessoas, em igualdade de condições, possam se desenvolver de forma plena, desde o exercício de seus direitos, passando pelo desfrute, podendo participar em todas as atividades como qualquer cidadão.”

Humberto De Marco

“... construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, com uma população participativa, conhecedora de seus direitos, possuidora de uma alta autoestima.”

Patrícia Laczynski e Renata C. Boulos



• *Filhos da Água* / Fotografia de Sebastián Miquel / Buenos Aires, Argentina

**Tecnologia social,
por um desenvolvimento
inclusivo**



Tecnologias sociais forjando a consciência comunitária

A criação e aplicação de tecnologias sociais é a expressão de um desenvolvimento tecnológico dirigido à comunidade, antes que ao mercado, Juan Sotuyo, desde o PTI, nos permite vislumbrar através desta entrevista esse apaixonante e benevolente mundo das tecnologias sociais, forjadoras de consciência comunitária e ferramentas imprescindíveis para a integração regional.

Poderia expor brevemente, como o desenvolvimento de Tecnologias Sociais pode propiciar e fomentar a inclusão social sustentável, no nível local e regional no MERCOSUL?

O tema Tecnologias Sociais (TS), apesar de não ser recente, é ainda pouco difundido no Brasil e no MERCOSUL, se consideramos sua importância e impactos positivos no desenvolvimento de uma região. O desenvolvimento sustentável só será realidade se ocorre verdadeiramente um processo de inclusão social e, neste caso, as TS desenvolvidas ou copiadas representam possibilidades concretas.

O conceito de TS considera a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação, e está baseado na difusão de soluções para problemas relacionados às demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente e outras. As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.

É importante ampliar a difusão e reaplicação das Tecnologias Sociais no MERCOSUL, de forma democrática e participativa, com uma perspectiva de co-gestão, de produção de conhecimentos, de solidariedade e de aprofundamento da consciência comunitária, ampliando o conceito de inclusão social e de sustentabilidade.

Que espaço tem o fomento e desenvolvimento de Tecnologias Sociais no Parque Tecnológico Industrial do Brasil?

O Parque Tecnológico Itaipu (PTI) tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e democrático da região de Iguazu Trinacional. O fomento ao desenvolvimento e

à reaplicação de Tecnologias Sociais, com vistas à produção de bens e serviços que atendam às necessidades da sociedade, prioritariamente dos segmentos excluídos, e como instrumento para a geração de oportunidades de trabalho e renda, é uma das diversas ações que estão sendo articuladas pelo PTI, especialmente com a implantação do Centro de Referência em Tecnologias Sociais para o MERCOSUL.

A implementação de um Centro de Referência em Tecnologias Sociais no PTI, operado em rede por sócios como a Fundação Banco do Brasil, a Rede de Tecnologias Sociais, Universidades e representantes de movimentos sociais, impactará no fortalecimento dos processos e ações desenvolvidas pelos sócios - na facilitação e expansão das ações destas entidades em prol do desenvolvimento e aplicação das TS, ampliando a compreensão dos referenciais sobre desenvolvimento e inclusão social para América Latina.

Com a implementação desta concepção tecnológica. Que muda do velho paradigma da tecnologia e que vantagens oferece a seus beneficiários?

O PTI foi desenvolvido e opera em um modelo diferenciado dos Parques Tecnológicos existen-



• Parque Tecnológico Itaipu

Juan Carlos Sotuyo, brasileiro naturalizado, casado, nascido em 22 de março de 1956. Graduado em Ciência da Computação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1983; Mestrado em Engenharia Mecânica, nas áreas de Metrologia e Automação (UFSC), 1987; especialista em Engenharia de Software da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1997; e realizando atualmente doutorado em Administração na Universidade Nacional de Misiones.

Co-fundador do Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação – ITAI, 1996; proponente, co-autor e coordenador de implantação do projeto do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), no ano 2000; co-fundador do curso de Engenharia Mecânica na UNIOESTE, 2002; e diretor presidente do ITAI, até 2003.

Atividades atuais: Professor do Centro de Engenharias e Ciências Exatas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná desde 1993; Membro Benemérito do ITAI, desde 2003; Diretor Superintendente da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI Brasil, desde sua constituição em 2005, responsável pelos programas e projetos do Parque Tecnológico.

tes, principalmente no Brasil. O paradigma de que um parque tecnológico só é viável se concentrado no desenvolvimento tecnológico, baseado na alta tecnologia apoiado em universidades de ponta, é um paradigma derribado pela realidade atual do PTI.

O impacto das ações fomentadas e apoiadas pelo parque deve derivar em desenvolvimento regional sustentável e, portanto, o principal beneficiário deve ser a sociedade da região trinacional. Projetos como o Ñandeva, o Polo Astronômico, a Estação Ciência e uma série de ações desenvolvidas dentro e fora do PTI, de estímulo à formação e autonomia de pessoas com cultura empreendedora, têm como resultado um impacto social importante para estas comunidades na geração de renda e trabalho, sendo alguns destes projetos e ações, copiados em outros lugares.

As tecnologias sociais encontram em parques com as características do PTI um ambiente propício para sua transferência às comunidades que as requeiram. As tecnologias convencionais também podem e devem conviver no Parque, sem competir, dado que os públicos são diferentes. **As tecnologias sociais atendem à comunidade, enquanto que as tecnologias convencionais atendem ao mercado.**

- Fomenta-se o desenvolvimento deste tipo de tecnologias nos países da região, incluindo países membros e associados do MERCOSUL? E no nível regional? Que vantagens de desenvolvimento, contribuições e impedimentos identifica ao respeito?

Em dezembro de 2010 o Parque Tecnológico Itaipu serviu de sede para a 10ª Cúpula Social do MERCOSUL, evento promovido pela Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil em associação com redes e plataformas sociais sul-americanas e a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Entre os temas debatidos durante a Cúpula, o painel “Tecnologias Sociais na América do Sul” promoveu o debate sobre as diversas abordagens e conceitos de TS, experiências e necessidades de políticas públicas, e a reaplicação de TS, processos, e caminhos e desafios.

Entre os diversos e ricos resultados do debate, emergiu fortemente a necessidade de promover um estilo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável no âmbito do MERCOSUL, por meio da concepção e reaplicação da Tecnologia Social. Isto é, de tecnologias especificamente dirigidas à produção de bens e serviços públicos que possam ser objeto da utilização do poder de compra do Estado.

A fim de promover o desenvolvimento sustentável e democrático pelo fomento ao desenvolvimento e reaplicação de TS buscando a produção de bens e serviços que atendam às necessidades da sociedade, prioritariamente dos segmentos excluídos, e como instrumento para a geração de oportunidades de trabalho e renda, se propôs formar uma rede regional (MERCOSUL) de Tecnologia Social formada por governo, sociedade civil, instituições de pesquisa, Rede de Tecnologia Social e demais organizações, e a criação de um Centro de Referência de TS para o MERCOSUL com sede no PTI.

- Que intercâmbios e conexões deveriam ser gerados no nível local para propiciar este desenvolvimento tecnológico? Considerando aos governos locais, os âmbitos acadêmicos, as organizações da sociedade civil, etc.

Quando se fala sobre desenvolvimento regional sustentável é preciso considerar os quatro elementos fundamentais da chamada “quádruplo eixo”: governo, universidade, empresas e sociedade civil. O PTI desempenha o papel de fornecedor de um ambiente, ou ecossistema diferenciado, que proporciona a interação e a integração destes quatro eixos, albergado ou incluso interagindo virtualmente com estes atores.

A posição estratégica do PTI em relação ao MERCOSUL também é muito relevante, ao mesmo tempo em que aumenta a complexidade e as necessidades dos diversos atores.

- Alguma reflexão final que lhe interesse mencionar? Ou algum projeto a destacar?

O PTI, por meio de seus projetos e programas, vem apoiando o

desenvolvimento e a aplicação de diversas tecnologias sociais. Destaca-se a atuação do projeto CRESANS (Centro de Referência em Segurança Nutricional Sustentável) – Tembiú Porã, que procura integrar atividades pertinentes à segurança alimentar e nutricional ao turismo da região trinacional.

Outra ação desenvolvida pelo PTI que possui uma série de TS replicáveis, e que já conta com uma longa experiência na região trinacional, é o programa Ñandeva. Seu foco se encontra no setor artesanal e de desenho, articulando ações para capacitação, transferência de tecnologia e geração de emprego e renda.

Destaca-se também o Sistema de Gestão Territorial para Cooperativas de Coletores de Resíduos Recicláveis, ferramenta desenvolvida em software livre para utilização via web, com funcionalidades de registro, consulta e visualização geográfica de cooperativas e dos coletores associados. Além de possibilitar o controle dos coletores vinculados à cooperativa, o sistema reúne informações que permitem que estes conheçam melhor o território em que atuam e otimizem suas atividades, reduzindo a distância recorrida e, em consequência, melhorando a logística da coleta.

Outro exemplo de tecnologia social é o Veículo Elétrico para coletores de Materiais Recicláveis, que chega para melhorar as condições de trabalho, saúde e renda dos coletores, introduzindo o uso da energia elétrica para a realização dos serviços de coleta seletiva dos materiais recicláveis. Esta tecnologia gera um aumento significativo da produtividade, já que cada veículo elétrico pode transportar até 300 quilos de materiais recicláveis, enquanto que os carros convencionais de coleta transportam cerca de 100 quilos.

Também podemos citar a Web Rádio Água, que é um meio de comunicação via web que oferece conteúdos, principalmente em formato de áudio, sobre temas relacionados com a água. Trata-se de um ambiente de discussão e troca de experiências sobre o uso, a preservação e a disponibilidade da água.

Software Livre: tecnologia solidária orientada ao conhecimento e à inovação

Uma das áreas mais importantes do desenvolvimento do software livre na atualidade está dedicada ao setor educativo, o nível regional compreendeu que este instrumento é essencial por suas potencialidades a curto, médio e longo prazo. Em sua entrevista Nicolás Caballero enfatiza que "... ao educar em tecnologias livres a nossos meninos hoje, estamos preparando homens e mulheres livres para o amanhã, por enquanto, adolescentes curiosos que podem experimentar com as tecnologias abertas, livre e gratuitamente..."

- Poderia expor brevemente, como o desenvolvimento das Tecnologias Sociais pode propiciar e fomentar a inclusão social sustentável no nível local e regional no MERCOSUL?

No caso específico do Software Livre, como tecnologia social, fomenta e propicia a inclusão social desde o momento que: a) Permite maior eficiência orçamentária ao economizar custos na manutenção e na evolução do software, gerando

recursos para outras áreas mais necessitadas (exemplo: áreas sociais). b) Favorece a transparência, a interoperabilidade, a independência e a sustentabilidade das aplicações das Administrações Públicas, liberando recursos muito importantes que depois podem ser redirecionados a áreas mais necessitadas, como por exemplo, saúde e educação. c) Contribui para a redução do déficit público, e fomenta o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. d) Facilita a

Nicolás G. Caballero é Coordenador de Inovação Tecnológica do Gabinete Civil da Presidência da República do Paraguai. Informático, especialista FLOSS, consultor em TV Digital ISDB-Tb, consultor em tecnologias e regulação de Internet, Vice-Presidente da Mesa Multissetorial de Software Livre, Presidente do Comitê Organizador Free Software Assunção, Coordenador do Projeto "Cidades Digitais Paraguai", Tradutor de Inglês-Francês-Espanhol-Português.

adaptação às necessidades concretas do Estado em matéria linguística, legislativa, de acessibilidade e imagem.

Tem muitas outras razões, que seriam muito extensas e muito técnicas para enumerar, porém basicamente tudo se sintetiza em que, em qualquer tipo de tecnologia que se use o software respeite estas 4 liberdades:

- Executar o programa com qualquer propósito (liberdade 0) - privado, educativo, público, comercial, militar, etc.
- Estudar e modificar o programa (liberdade 1) - para o qual é necessário ter acesso ao código fonte.
- Distribuir o programa de maneira que se possa ajudar ao próximo (liberdade 2).
- Distribuir as versões modificadas próprias (liberdade 3).

Todas estas razões empregam a relação entre países “periféricos” e “centrais”, já não só no consumo de tecnologia, senão, através de todo o exposto anteriormente, na produção de tecnologias, que por sua vez cria uma sinergia interna com relações de vários níveis com países e organizações em forma horizontal, que propiciam o compartilhamento do acesso ao conhecimento e, além disso, um reinvestimento interno dos recursos, tanto econômicos como “neurais”, em uma espécie de programação interativa, onde o beneficiado sempre é o país, e consequentemente, os cidadãos.

- Que espaço tem o fomento e o desenvolvimento das Tecnologias Sociais na atual gestão do governo no Paraguai? Quais são os principais objetivos desta gestão e as demandas sociais mais prioritárias ao respeito?

O espaço e o desenvolvimento deste tipo de tecnologias, na atual gestão do governo, vêm sendo refletidos nos decretos 4911 e 4930 do Poder Executivo, por um lado, e por outro, na migração em grande escala que está se realizando atualmente em diversos Ministérios, Secretarias e Entidades Descentralizadas do Governo.

Os objetivos principais são os mesmos expressos na pergunta 1: eficiência orçamentária, trans-

parência, interoperabilidade, independência e sustentabilidade das aplicações; desenvolvimento endógeno de soluções e capacidades, redução do déficit público, fomento do conhecimento e da inovação, melhora da competitividade -ao fomentar a cooperação entre administrações, universidades, centros de Inovação+Desenvolvimento e empresas, estendendo boas práticas de conhecimento compartilhado, e fortalecendo a inovação aberta no Estado.

- Fomenta-se o desenvolvimento deste tipo de tecnologias nos países da região, incluindo os países membros e associados do MERCOSUL? Quais são ainda as maiores demandas tanto no nível nacional como regional?

Sim, absolutamente: o Brasil é um exemplo, de longe, no nível regional; Equador e Venezuela também, e ultimamente a Argentina, graças à predisposição da administração da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, que escudou a seus assessores tecnológicos e está tomando o rumo das tecnologias abertas nos empreendimentos de seu governo. O Uruguai mesmo é outro exemplo, através do Plano Ceibal (que de fato, usa software livre em suas “ceibalitas”; de outra forma, não seriam sustentáveis no tempo).

As maiores demandas no nível regional, eu diria que as monopoliza o setor educativo, pelo potencial que representa a curto e médio prazo, e será muito dizer ao longo prazo: **ao educar em tecnologias livres as nossas crianças hoje, estamos preparando homens e mulheres livres amanhã (assim como, adolescentes curiosos que possam experimentar com a tecnologia aberta, livre e gratuita).** Isto entendeu muito bem a Venezuela, com seu Plano Canaima, e como já mencionei, o Uruguai com seu Plano Ceibal; no Paraguai também está se implementando o modelo “Um Computador por Criança”, obviamente sobre tecnologias abertas, e há planos grandes de estender isso a toda a população, através da educação.

Acredita que este tipo de desenvolvimento tecnológico possa investir, ou esteja investindo, a velha associação da criação tecnológica

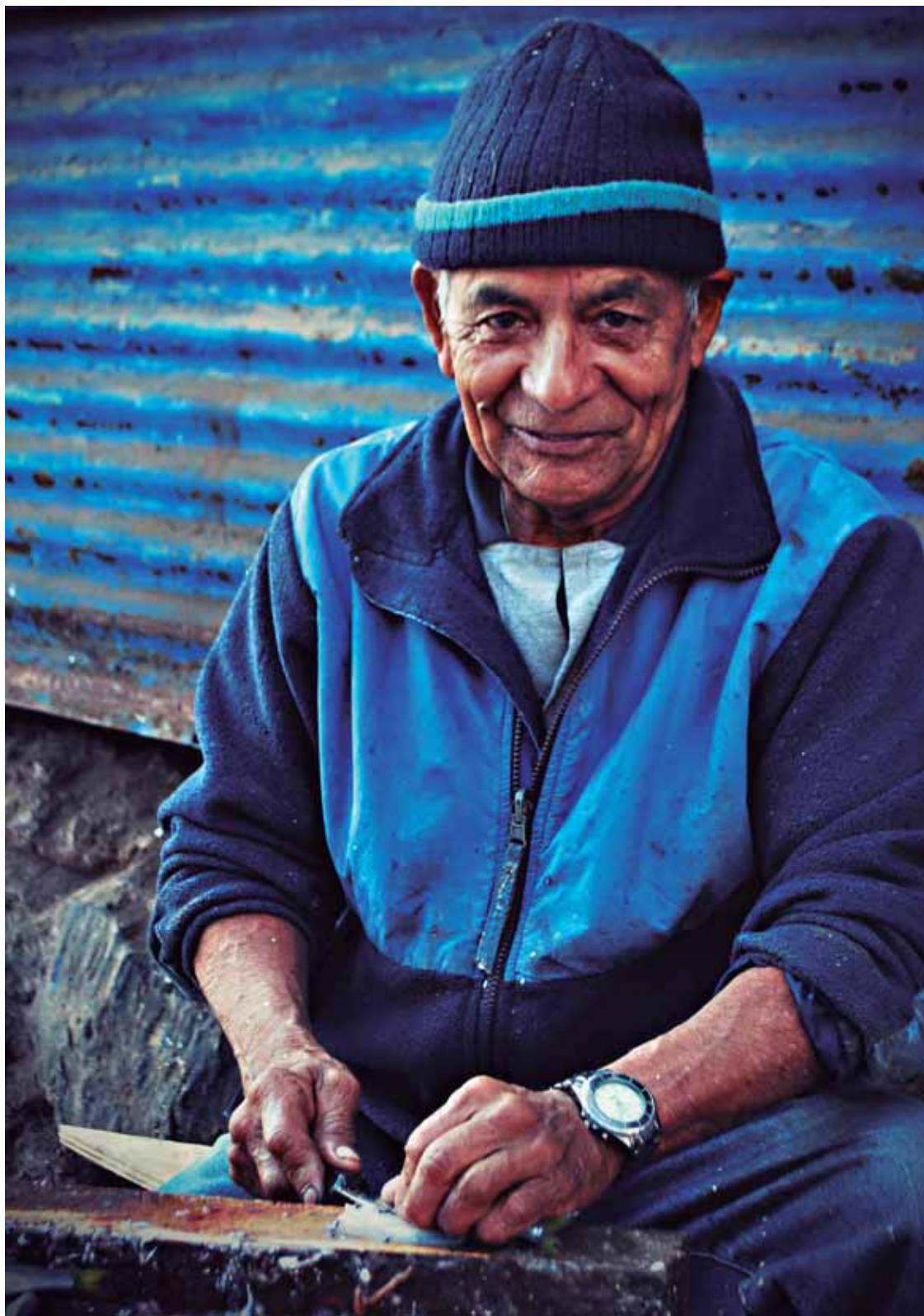
vinculada principalmente a países do norte do globo?

Totalmente de acordo, e de fato, já o está fazendo há muito tempo. Um aspecto da tecnologia aberta, especificamente o software livre, foi paradoxalmente criado no norte (nos Estados Unidos, no caso de GNU e na Finlândia no caso do Kernel, para o sistema operativo GNU-Linux; outro exemplo é a linguagem de programação Python, na Holanda, ainda que existam muitos outros exemplos), sendo que os usuários, desenvolvedores, programadores e colaboradores são de todas as partes do mundo, **é um fenômeno de massificação colaborativa muito interessante no nível sociológico, que eu diria que é único na história.**

Alguma reflexão final que lhe interesse mencionar? Ou alguma iniciativa a destacar?

Há várias iniciativas para destacar: um exemplo, isolado de todo o mencionado anteriormente, é a iniciativa do Software Público Internacional, propiciada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e por vários países da região (começado por Brasil, e depois adequado por Paraguai, Chile, Venezuela, Equador, Peru, Argentina, Costa Rica, etc.); também mencionei o plano Canaima, na Venezuela, e na Argentina, o plano Conectar Igualdade, que eu ainda não estou de absoluto acordo com o “doble booteo”, ou seja, arranque dual (por vários motivos que seria longo enumerar aqui), está desenvolvendo e expandindo o uso de tecnologias abertas na Argentina; também o já mencionado plano Ceibal do Uruguai, e sua versão no Paraguai baseado nas XO (“ceibalitas” como lhes chamam no Uruguai).

Também gostaria de destacar os prêmios “Demoiselle”, instituídos pela organização do CONSEGI (Conferência Internacional de Software Livre de Brasília) em conjunto com o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados do Brasil), de amplo conhecimento no nível regional; e ainda existem muitíssimas outras iniciativas, como o FISL de Porto Alegre, o CISL de Buenos Aires, o Free Software Assunção, do Paraguai, e vários outros eventos de promoção de tecnologias abertas na América do Sul.



• Fotografia de Camila Parra / Chile

Ciência e Tecnologia nas agendas dos governos locais: un benefício para a cidadanía

Na implementação da ciência e da tecnologia para um desenvolvimento comunitário inclusivo e sustentável, é imprescindível a aliança estratégica entre universidades e governos locais, a prefeitura de São Carlos é um exemplo disso, com mais de 200 alianças entre o governo e instituições de pesquisa. O Prefeito desta cidade nos comenta como este é também um dos principais objetivos da coordenação da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação de Mercocidades.

- Em sua opinião, qual o papel desempenhado pelo desenvolvimento tecnológico no aprofundamento da Inclusão Social? Quais são as áreas prioritárias para se trabalhar, nesse sentido?

O desenvolvimento tecnológico está associado, quando aplicado em políticas públicas, à resolução de graves problemas sociais nos municípios e nos países. O poder público

deve se apoderar do conhecimento desenvolvido em prol da sociedade, utilizando para isso projetos e pessoas altamente qualificadas das instituições de ensino e centros de pesquisa. A aplicação deste conhecimento à realidade de cada comunidade é muito ampla, mas podemos destacar as áreas da habitação, saneamento, combate à pobreza, educação, saúde e segurança.

A **Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação de Mercocidades** tem o objetivo de estimular a cooperação científico-tecnológica entre as cidades integrantes da Rede, através da troca de experiências e conhecimentos. Organiza a cada dois anos o prêmio à melhor pesquisa aplicada no âmbito das Mercocidades e uma mostra de Ciência e Tecnologia aplicada em Políticas Públicas Municipais.



• Oswaldo Barba

- No município de São Carlos, quais são os esforços implementados, nesse sentido?

Em nossa cidade, a partir de 2001, a relação com as universidades, onde ocorre o grande desenvolvimento tecnológico brasileiro, e o poder público municipal, foi potencializada como nunca havia ocorrido.

Entre as parcerias, ressaltamos o desenvolvimento do Mapa da Pobreza, idealizado em conjunto com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e que possibilitou o diagnóstico dos problemas sociais da cidade. Graças ao Mapa da Pobreza sabemos, exatamente, em quais locais estavam as maiores carências sociais e econômicas e quais eram elas. A partir daí nossas políticas passaram a ser imple-

mentadas com o foco nas regiões em que predominavam a desigualdade social.

Estamos desenvolvendo, também em parceria com a UFSCar, USP, UNESP, Instituto INOVA, o Citesc (Centro de Inovação e Tecnologia na Área da Saúde). Com o Citesc os pesquisadores poderão desenvolver equipamentos e produtos voltados para a área de saúde, facilitando e agilizando a chegada no mercado com preços mais acessíveis.

Outro exemplo prático deste esforço de integração foi a construção da Estação de Tratamento de Esgoto de São Carlos, que hoje trata 85% do esgoto da cidade – e em breve deve atingir os 100%. A Estação teve sua tecnologia desenvolvida dentro da Universidade de São Paulo (USP-São Carlos), solucionando uma

dívida ambiental de 150 anos em nossa cidade.

A reciclagem de lixo é outro ponto que podemos citar. Projetos nesta área foram desenvolvidos em nossas instituições de ensino, que já faziam coleta seletiva nos campi. O projeto foi extrapolado para o âmbito da cidade, inclusive com o apoio à organização das cooperativas populares, promovendo uma inclusão social significativa. Hoje a coleta seletiva atinge 80% do município. Além disso, eliminamos os lixões que existiam em São Carlos, dando dignidade aos catadores.

O Centro Integrado de Turismo, que tem por objetivo apoiar, fortalecer e desenvolver este importante segmento econômico da cidade e da região, é uma parceria com a UNICEP e outros empreendedores da cidade.

O Hospital-Escola Municipal, também em parceria com a UFSCar e o Ministério da Saúde, além de ampliar em 190 o número de leitos hospitalares da cidade, é fundamental para apoiar o ensino em todos os cursos da área de saúde da Universidade.

Outro exemplo de excelência acadêmica aplicada diretamente na cidade foi o desenvolvimento da pesquisa Origem/Destino pela Universidade de São Paulo (USP), que mapeou a mobilidade urbana de São Carlos, apontando o comportamento dos motoristas, motociclistas e pedestres e traçando soluções para a melhoria do trânsito.

Estamos implantando, em parceria com a UFSCar e Ministério da Ciência da Tecnologia, a Rede-Sanca, uma rede de fibra ótica e sem fio, de alta velocidade (1Gbs), que irá integrar diversos equipamentos públicos, como Unidades de Saúde, Escolas, Centros de Pesquisa, Universidades, entre outros, facilitando o atendimento direto à população, mas também o desenvolvimento de novas técnicas e de maneira mais ágil e moderna.

Uma das parcerias mais recentes, e que ainda irá proporcionar muitos frutos, é a Cidade da Energia Limpa e Renovável, que será um pólo de estudos científicos que resultarão na divulgação de energias limpas, sustentáveis e renováveis. A Cidade da Energia é uma parceria da Prefeitura, Governo Federal e Abimaq (Associação Brasileira de Indústria de Máquinas), mas que irá envolver as universidades e centros de pesquisa da cidade.

Enfim, hoje o município de São Carlos pode comemorar o resultado de mais de 200 parcerias realizadas entre a Prefeitura e com as instituições de pesquisa. Esses exemplos são uma demonstração clara de uma política tecnológica colocada em benefício da população.

- Quais foram até o presente as maiores conquistas e quais ainda são os maiores desafios em matéria de desenvolvimento tecnológico em nível regional? E quais

são, nesse contexto, as linhas de trabalho prioritizadas pela Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação da Rede Mercocidades (UTC,TeC)?

Colocar o tema ciência e tecnologia na agenda dos agentes públicos municipais é um avanço extraordinário, agora nosso principal desafio é sensibilizar os diversos municípios a utilizar ciência e tecnologia com o propósito de vencer as dificuldades e sobrepor barreiras. O caminho a ser seguido é a troca de experiências e a construção de parcerias. É aprofundar a sinergia entre as universidades e os municípios.

A linha de trabalho adotada pela Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação da Rede Mercocidades é identificar as boas práticas de desenvolvimento tecnológico aplicada à políticas públicas, entre elas também a inclusão social, e estendê-las a outras cidades.

- A Unidade Temática de de Ciência, Tecnologia e Capacitação tem trabalhado, regionalmente e localmente —ou pensa em trabalhar— em parceria com organizações externas à rede Mercocidades? De que forma? Gostaria de destacar alguma experiência em particular?

Construímos uma forte parceria com a Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), que engloba universidades públicas do MERCOSUL e também com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) no Brasil, da qual sou vice-presidente para a área de Ciência e Tecnologia. Estamos organizando juntamente com estas entidades a 4ª Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, que será de 25 a 29 de outubro de 2011, em São Carlos. Paralelamente também ocorrerá o Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia da Rede Mercocidades, que reunirá representantes da Argentina e Uruguai, a reunião do Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia (Brasil) e a reunião da AUGM (Associação de Universidades do Grupo Montevidéu).

- A UTC,TeC tem trabalhado conjuntamente com outras Unidades

Temáticas da rede ou pensa em fazê-lo? Com quais e por quê?

Na última reunião da Unidade Temática realizada em Tandil, na Argentina, ficou entendido que temos que dar especial atenção ao trabalho conjunto com as Unidades Temáticas de Desenvolvimento Econômico Local e de Educação, pois elas têm íntima ligação com a materialização de nossas propostas.

- Poderia destacar iniciativas da Unidade Temática já implementadas?

Nesses seis meses de trabalho, tivemos a chance de rearticular a Unidade Temática de Ciência e Tecnologia e difundir o trabalho da Unidade. Decidimos criar um banco de dados no site da Rede Mercocidades com informações das incubadoras de C&T existentes nos municípios que integram a Rede e organizar um portfólio, no site da Rede, com experiências vitoriosas em C&T que possam servir de exemplo a outras cidades. Pretendemos ampliar o número de cidades que integram a UT e identificar ações e políticas de C&T do MERCOSUL e Comunidade Européia que possam ter sinergia com a Rede Mercocidades.

Lançamos também o Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia, que será dado ao pesquisador — ou grupo de pesquisa — cujo trabalho, de natureza tecnológica, de qualquer campo, tenha contribuído de maneira efetiva para a solução de um problema relevante em uma das cidades integrantes da Rede Mercocidades, e que ainda possa ser aplicado em outra cidade.

- Gostaria de acrescentar algo em particular que não tenha sido mencionado?

Estou feliz em coordenar a Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação e com isso dar nossa colaboração para que a Rede Mercocidades, efetivamente, contribua com o desenvolvimento sustentável dos municípios e tenha papel decisivo na Integração Regional da América do Sul.



• *Avôs de Quinoa, Ayacucho, Peru* / Fotografia de Neils Oscategui / Peru (O Centro Folclórico "Os Avôs da Quinoa" é um grupo de músicos com integrantes que ultrapassam aos 40 anos de idade, participam na festa dos carnavais que se realiza a cada fevereiro)

Inclusão social
com participação cidadã



Fortalecendo o MERCOSUL social

Nesta entrevista Magdalena Rivarola nos apresenta o contexto do MERCOSUL social, que com a criação de novas instâncias para seu aprofundamento e fortalecimento no bloco, enfrenta a uma de suas maiores exigências “... a construção de uma nova institucionalidade que responda à complexidade do social”.

- Quais são as principais demandas do MERCOSUL Social? E os principais delineamentos de trabalho do Instituto Social do MERCOSUL (ISM) para favorecer a inclusão social regional?

O MERCOSUL Social começa a se formar ante a importante preocupação pelas grandes assimetrias no bloco regional, não somente desde o ponto de vista estrutural, senão também social. É por isso que surge para aprofundar a dimensão social do MERCOSUL, fazê-la visível e construir uma institucionalidade que permita realizar ações efetivas nesse âmbito. Existe suficiente consenso nos países do Bloco em que as políticas sociais da década anterior eram subsidiárias das políticas econômicas e neste sentido, compensatórias das enormes brechas sociais resultantes de ações no âmbito da economia. Portanto, **o princípio do MERCOSUL social é o enfoque integral das dimensões econômicas e sociais nos esforços para combater as desigualdades sociais, tratar de superar a divisão entre as políticas econômicas e sociais e a visão de que o crescimento econômico por se não se ocuparia do social.** Há um retorno do importante papel que cumpre o Estado em assegurar que as políticas sociais cheguem aos grupos mais vulneráveis de nossas sociedades, e que estes possam ter acesso aos bens sociais desde uma perspectiva de direitos e não de assistencialismo. O ISM foi concebido como uma instância técnica de apoio no desenho, execução e avaliação de políticas sociais com um enfoque regional, integral e transversal. Então, dada sua natureza, o ISM projeta suas ações sobre eixos relacionados com como se vai definir o regional, o integral, o transversal e ao mesmo tempo respeitando a territorialidade. Esta tarefa exige a construção de uma nova institucionalidade que responda à complexidade do social. A inclusão social regional somente pode

ser pensada com base a temas de consenso, a prioridades acordadas pelos Estados que incluam problemáticas comuns que pedem a uma resposta urgente, e cujo tratamento produza resultados visíveis enquanto à redução da pobreza e das desigualdades. Esta institucionalidade deve incluir uma vinculação mais fluída entre os atores estatais e não-estatais, entre as instâncias do MERCOSUL e fora do MERCOSUL, de maneira a aproveitar o imenso e valioso trabalho que já foi realizado no social nesses âmbitos. Para formular políticas sociais mais efetivas deve se conhecer as existentes, seus resultados e impactos, de modo que isto conduza à produção de dados e informação confiável para a formulação de políticas socialmente relevantes.

O ISM está encarando suas tarefas através de sua estrutura departamental de pesquisa e gestão da informação, de promoção e intercâmbio de políticas sociais na região, de comunicação, e de administração, mas com uma dinâmica de trabalho interdepartamental e trans-disciplinar que permita preservar a integralidade no tratamento do social. Isto é, o que se pesquise, promova, troque, informe e difunda, deve responder às prioridades das políticas sociais da região.

- No nível institucional, que avanços surgiram no MERCOSUL para abordar a questão social e que demandas ainda necessitam ser contempladas?

A criação do ISM é um claro indício do compromisso do MERCOSUL no aprofundamento da dimensão social. E posteriormente, a instalação da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CMAS), em cujo âmbito está se trabalhando o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEIAS), esforço inovador e complexo que seguirá demandando um trabalho articulado e sistemático com os atores estratégicos, dentro e fora do MERCOSUL vinculados aos eixos temáticos contemplados no PEIAS.

Por último, criou-se há pouquíssimo tempo a Unidade de Participação Social (UPS) que, como seu nome o indica, se ocupará desse grande tema pendente. Neste sentido, outro avanço igualmente importante desde a sociedade civil é o crescente protagonismo das Cúpulas Sociais que tem visibilizado de maneira crescente à diversidade de atores sociais e suas demandas. Justamente



• Jornadas de Direitos Humanos

uma persistente demanda é a maior participação da sociedade civil no MERCOSUL Social. Não posso deixar de mencionar que o ISM organizou uma mesa de debate na XI Cúpula Social realizada em junho de 2011 em Assunção, na qual o tema foi “A construção da Dimensão Social e o nexos com a institucionalidade do MERCOSUL”. O objetivo é contribuir de forma sustentável com as Cúpulas Sociais, mediante a consolidação de pontes interinstitucionais, que permitam continuar elevando os níveis de informação, articulação e conteúdo das políticas sociais entre órgãos do MERCOSUL que têm competência nos temas sociais.

- Que papel consideram desde o ISM que poderiam assumir os governos locais, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil neste processo?

Imediatamente me vem à cabeça o que disse o representante de Mercocidades na mesa que mencionei

anteriormente: **os governos locais são grandes implementadores de políticas sociais. As instituições acadêmicas deveriam desenvolver muito mais a produção de conhecimentos para a ação, as políticas sociais necessariamente integram ambos os âmbitos.** As organizações da sociedade civil deveriam nutrir às academias, propondo temáticas relevantes, visibilizando aqueles setores vulneráveis aos quais deveriam se dirigir as políticas sociais e em um caminho de volta, deveriam estar envolvidos diretamente na implementação e no seguimento dessas políticas. Ao mesmo tempo em que estes atores devem poder conversar entre si e tentar diminuir a desconfiança que usualmente existe entre eles. O ISM em sua tarefa articuladora tem como um grande desafio jogar um papel crucial. Também lhe cabe a estes atores a tarefa de sensibilizar e formar no tema da integração regional, até agora escassamente presente, sobretudo na academia.

O **Instituto Social do MERCOSUL** é uma instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais e implementação de linhas estratégicas, tem por objetivo contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo central no processo de integração do MERCOSUL. O ISM nasce no âmbito da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL, onde se reúnem os países membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), com o objetivo de apoiar, acompanhar e fortalecer as políticas sociais regionais. É criado pela decisão do Conselho do Mercado Comum No. 03, de janeiro de 2007.

María Magdalena Rivarola é Socióloga e conta com um Mestrado e Doutorado em Educação, com ênfase em Políticas Sociais e Educativas. Foi nomeada Diretora Executiva do Instituto Social do MERCOSUL, durante o período de julho de 2009 a julho de 2011. Exerce a docência universitária na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Paraguai); na Universidade Católica de Assunção e na Universidade Nacional de Assunção, nas disciplinas de Sociologia da Educação, Projetos Educativos e Métodos de Pesquisa Social. Pesquisadora do Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES), participou em várias consultorias sobre reforma educativa e capacitação para pesquisa em políticas educativas, em Paraguai, Nicarágua e El Salvador como parte da equipe de pesquisadores do Instituto Internacional da Universidade de Harvard e da Escola de Educação de Harvard.

Sintonia regional por um MERCOSUL social

Desde o Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai, Gustavo Pacheco manifesta que o MERCOSUL se encontra em um momento histórico sem precedentes para a construção e fortalecimento da dimensão social na região, ressaltando a necessidade de que isto se realize em conjunção e em diálogo com todos os âmbitos sociais.

- Como definirias inclusão social desde uma perspectiva mercosulina?

O Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai participa do MERCOSUL desde o ano 2005, na atualidade tem uma ampla base de coincidências entre os ministérios da região acerca da concepção política. Nessas coincidências ressalta o tema das políticas públicas sociais desde o que denominamos MERCOSUL Social. Essa ampla base se aprofunda com visões compartilhadas como a de ter às famílias como centros da ação, a descentralização (ter aos territórios como protagonistas) e o eixo participativo. Tudo isso dá um âmbito muito similar nas políticas sociais de cada Estado e se resume em uma forte sintonia na reunião de ministros de Desenvolvimento Social e em todas as perspectivas de projetos comuns. Nesse sentido se tomam alguns eixos prioritários como catalisadores destas coincidências: a preocupação pela primeira infância e a economia social —enquanto que aposta no desenvolvimento das capacidades das pessoas—, gera uma saída à indigência e fomenta a promoção de direitos. São sinais de identidade comum, que potencializam o diálogo e que fazem que a sintonia seja forte no nível regional.

- Que instâncias do MERCOSUL Social merecem, a teu entender, serem destacadas por sua gênese, objetivos de trabalho e possibilidades de incidência no nível nacional e regional?

Podemos expor, em princípio, as instâncias nas quais temos atuado. Participamos da Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL, mas é claro que a dimensão social vai mais

além desta instância. Estão todas as reuniões setoriais, na qual está o MERCOSUL Educativo, que tem uma trajetória muito longa; também as reuniões que estão relacionadas com o emprego, as reuniões especializadas em juventude, equidade e igualdade de gênero; a reunião de cooperativas também teve um papel muito importante chegando a ser a primeira que aprovou estatutos na discussão parlamentar. O Parlamento do MERCOSUL também é uma instituição muito interessante na hora de dialogar com os representantes demandantes da cidadania e dar uma consolidação multifacetada ao MERCOSUL. Nosso trabalho tem se dirigido mais à Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social e tem estado focalizado em ajudar a construir a dimensão social do MERCOSUL. Assim como em nossos países falamos em um pé de igualdade entre políticas econômicas e sociais, isto tem que ter uma tradução em modelos de integração. Que talvez tenha começado com uma visão muito economicista ou muito fênica da integração e que a evolução do próprio bloco e a perspectiva dos próprios governos, geraram uma dinâmica mais potente e diversa. **Tocou-nos o tempo histórico de construir e fortalecer essa dimensão social, mas em conjunção e em diálogo com todas as dimensões.** Em termos históricos, um referente muito claro destes esforços é a Comissão Coordenadora de Assuntos Sociais. Colaboramos com este instrumento para alcançar uma articulação institucional forte e um diálogo mais fluído. Isso está em plena construção e é um produto que temos conseguido, dotando-o, além disso, de uma perspectiva de construção de políticas regionais. Procuramos que seja uma perspectiva em longo prazo da visão do processo de integração. Obviamente que com uma dimensão comercial e econômica, mas com um forte sustento na dimensão social de seu processo.

- Segundo o trabalhado até o momento, quais são as considerações que tem que ter para a criação de políticas de inclusão social com perfil regional? Isso está sendo abordado?

Esse é um grande horizonte. A vocação de políticas regionais está proposta desde o princípio, respeitando as singularidades de cada Estado, de cada ministério e sabendo que as construções não são idênticas. Sempre se trabalhou com uma visão comunitária e com a vontade de poder construir políticas regionais de caráter social.



• XX Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS), Assunção, 17 de junho de 2011

O mais substancial é o mandato que tem a Comissão de Coordenação de Ministérios de Assuntos Sociais. É a primeira vez que um órgão tem a potestade de construir políticas regionais. Se a isso lhe acrescentamos que na passada Presidência Pro Tempore do Paraguai terminamos a elaboração e a aprovação do Plano Estratégico de Inclusão Social (PEIAS), temos o instrumento e o caminho traçado que nos permitirá construir políticas sociais. Nesta etapa devemos desenvolver suas metas, seus prazos e fixar prioridades. Prioridades por matéria, que podem ser os sistemas de saúde integrados de fronteira que fazem à convivência dessas comunidades que vivem a integração como algo cotidiano, ou pode ser a geração da livre circulação dos cidadãos. Viemos de uma experiência, impensável há uns anos, que é a de estender a segurança social àqueles cidadãos que trabalham e se aposentam em outro país, dando forma de conciliação regional. Também, a partir dos fundos para a convergência estrutural do MERCOSUL está se fazendo uma aposta grande. A reunião de ministros avançou nestes anos na construção de um projeto comum, dedicado e cifrado na economia social e solidária. Esse é um projeto social no nível regional, e é possível que surjam outros que possam se financiar através do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). **Temos que estar bem atentos às demandas das comunidades, aliar-nos com os territórios e os governos locais que são nossos sócios nesta tarefa e no que possamos ir definindo com muito pulso.**

- Poderias especificar um pouco mais sobre esse projeto de economia social e solidária?

O Projeto nasceu da coincidência na prioridade que lhe deram os ministérios à dimensão da economia

social. Ao trocar experiências do que fazia um ou outro ministério, nos demos conta de que era uma matéria que no impulso do empreendimento poderia potencializar, fortalecer e encaminhar às cadeias de valor, por isso se construiu um projeto que tem seu epicentro em zonas fronteiriças, em cidades espelho, em centros de promoção da economia social. No caso do Uruguai, pensamos que estará constituído na fronteira com a Argentina através da cidade de Salto e abarcará todo o litoral da fronteira, e com Brasil nas cidades Chuy-Chui. Este centro poderá divulgar com créditos, impulsionar empreendimentos, ser lugar de hospedagem de capacitações, de conjugação de esforços e do que disponham as comunidades através do diálogo para a promoção da economia social. Também foi construído com o horizonte de poder incidir no código alfandegário que permita que economias ou empreendi-

Gustavo Pacheco é o Coordenador da Unidade de Assuntos Internacionais e Cooperação do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai (MIDES), é o ponto focal dos temas MERCOSUL trabalhados desde este Ministério através da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social, do Instituto Social do MERCOSUL, da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais e do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL. Também coordena as atividades do MIDES na Organização dos Estados Americanos (OEA), na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), na Organização das Nações Unidas (ONU), e na Organização de Estados Ibero-Americanos.

mentos de pequena escala tenham seu intercâmbio liberado e que possam ser complementares de um lado e do outro da fronteira de maneira formal. É uma aposta forte ao trabalho das pessoas com o apoio técnico dos Estados e em caráter regional. Que se expressa em conceitos flexíveis, mas acordados em metodologia, através do seguimento de uma mesa coordenadora pluriestatal. Tem como missão focar 15 cidades da fronteira do MERCOSUL, o que potencializaria uma rede que em termos de economia social implicaria uma mudança substancial, além da prática concreta de uma política social comum. Este projeto vai ser apresentado ao FOCEM. Os ministérios de desenvolvimento social enfrentaram uma discussão a partir da qual se pode aprovar que desde o começo do FOCEM tivesse uma habilitação para a apresentação de projetos sociais. De fato, já há experiências de Paraguai e Uruguai desse estilo com financiamento. A dimensão superadora deste é que é um projeto comum, para ser implementado em todos os Estados ao mesmo tempo, em zonas de fronteira e com a economia social como matéria para a superação de questões muito complexas que vivem nossas comunidades.

Ao abordar a dimensão social do MERCOSUL se tem como referência outros processos similares regionais, como podem ser a União Europeia ou a Comunidade Andina de Nações? Se for assim, que características importantes para a dimensão social destacaria desses blocos?

Obviamente que tudo impacta sobretudo, e os que estamos na matéria de projetos regionais vemos ao processo europeu como um processo maduro e consolidado. Mas te diria que muito foi por conta de experiências próprias. Sobretudo, o MERCOSUL tem a marca da entrada dos governos progressistas na região. Por um lado, na questão mais macro-institucional do MERCOSUL, nos demos conta de que isto não resolvia tudo e que seguem existindo problemas mais além da sintonia dos governos. Por outro lado, em matéria social teve um forte estímulo desta perspectiva, através de uma hierarquização da agenda social. Apesar de que nos processos externos se observam uma saudável inveja porque tem um pé avançado em termos das concessões comunitárias (o MERCOSUL tem alguns atrasos nessa matéria), o que estamos propondo nasceu das características do MERCOSUL. Por exemplo, a criação do Instituto Social do MERCOSUL (ISM) é um marco comunitário. Nesta construção se rompeu a lógica das colaborações igualitárias, já que as contribuições ao Instituto se realizam de forma diferencial com base na admissão das assimetrias de cada Estado, e todos nos fazemos responsáveis igualmente pelo andamento do mesmo em termos de pesquisa e de cooperação dos Estados. Ao mesmo tempo em que o ISM está localizado simbolicamente em Assunção, sede da origem do MERCOSUL. Outro sucesso importante é fomentar a introdução dos projetos ao FOCEM. A construção da Comissão de Coordenação de Ministérios de Assuntos Sociais (CMAS) volta a pôr sobre a mesa a articulação e o fortalecimento da dimensão social. O plano estratégico de inclusão social poderá ter alguma semelhança com um plano estratégico de inclusão de outras comunidades regionais, todos pensam em estratégias e em planos, mas as diretrizes propostas ali respondem a estratégias próprias do processo mercosulino. Sem dúvida não é linear, tem tensões, idas e voltas,

mas está avançando e se consolidando a partir de estratégias próprias. **Nos últimos tempos temos experimentado a busca de sinergias e complementaridades com os blocos de inteiração propostos e expandidos na região. Sobretudo, por exemplo, com a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), nessa aposta em gerar uma coordenação, não já regional, que abarque todo o continente —que é nosso horizonte estratégico—, há uma busca de interceptar aprendizagens e de não sobrepor agendas, senão de construir agendas comuns que gerem sinergia e apoio nas experiências que cada um foi realizando para potencializar a região, não já do sul senão que de toda a América Latina-, como um ator relevante em um mundo muito complexo, competitivo e incerto.**

Que papel tem, ou terá, a abordagem do MERCOSUL Social no trabalho conjunto com organizações da sociedade civil, governos locais, províncias, departamentos da região e no âmbito acadêmico? Na atualidade, há disposição para que essa articulação suceda?

O eixo da dimensão participativa, acompanhado com a visão dos ministérios sobre sua própria política descentralizadora, rapidamente se transmitiu ao momento de pensar as políticas sociais. Neste sentido, a preocupação pela participação da sociedade civil sempre esteve em consideração. Tem constituído um esforço permanente que isso suceda. Foi assim em termos de diálogo com o Foro Econômico e Social do MERCOSUL, ao ponto de que tem uma participação no Conselho do ICM. Existiu sempre um trabalho acorde em potencializar as cúpulas sociais, que foi um âmbito de debate de todo o processo que mencionei antes. Também foi assim antes da aprovação do PEIAS. Durante a anterior presidência Pro Tempore do Uruguai realizamos um seminário que mostrava isso e houve uma aposta para que a dimensão participativa seja uma dimensão forte. Então, isto que se diz no recorrido histórico, e que dizer-lo pode resultar muito fácil, tem complexidades que todos devemos honestamente pôr sobre a mesa e trabalhar. Não acredito que estejamos numa situação ótima, tem que seguir gerando ideias, políticas e propostas que nos levem a uma questão muito mais sólida. Onde as regras do jogo estejam claras, onde as pessoas tenham uma voz amplificada e possamos adaptar a essas demandas, no âmbito de um plano estratégico, uma potencialidade de atravessar políticas. Outro capítulo aparte informa os territórios e os governos locais. Aqui também tem tido uma vontade muito forte, com Mercocidades temos tido um diálogo muito frutífero e tem uma sintonia em termos de uma vocação do bloco regional muito forte. As “Mercocidades” em momentos muito difíceis do processo de integração foram as luzes que mantiveram vivas o espírito comunitário e a vocação regional. Temos essa matéria para trabalhar juntos, e será questão de pensarmos juntos, com imaginação, em como potencializar essas atividades que nos fatos estes ministérios trabalham e colaboram em todos os espectros de seus territórios. Efetivamente, nos encontramos ali com cidades e regiões que fazem do MERCOSUL sua questão vital. Não me refiro só às comunidades fronteiriças, que são um elemento importante, mas que não devem ser nossa preocupação exclusiva. Tem que potencializar os mecanismos que ajudem a fortalecer essa construção comum.

Escritório Binacional Rivera de atendimento cidadão em espaço de fronteira

Desde o ano 2006 sob a Direção Nacional de Coordenação, agora Direção Nacional de Descentralização e participação do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai (MIDES), enquadrado no programa de fronteira deste Ministério, através da mesa de fronteira que está integrada por instituições públicas e privadas de ambos os países, vem se trabalhando diversas temáticas, demandas, necessidades e interesses relacionados às realidades vividas pelos cidadãos da fronteira do Uruguai com Brasil. Desde este espaço foram se gerando mecanismos de articulação interinstitucional no nível departamental e Nacional, buscando responder a problemáticas particulares surgidas neste território, tais como: acesso à documentação, saúde, educação, proteção social, título eleitoral, etc., conjuntamente com os 6 seminários oficinas realizados pelo MIDES nas zonas de fronteira, que atuaram como disparadores para a exposição dessas diversas realidades.

Surge então à necessidade desde a mesa de fronteira de implementar um espaço que contribua para facilitar e melhorar o acesso aos direitos anteriormente mencionados através da INFORMAÇÃO, ORIENTAÇÃO e ASSISTÊNCIA aos cidadãos compreendidos nesta região, que como tal têm especificidades particulares no que se refere ao exercício de seus direitos. É assim que surge o Projeto piloto de criar os Escritórios Binacionais de assistência e orientação cidadã na fronteira. O mesmo tem como objetivo: garantir o pleno exercício dos direitos cidadãos através de serviços integrados de assessoramento e tramitação perante aos diferentes organismos que melhorem a participação social e promovam o desenvolvimento das comunidades locais.

Desde estes escritórios se promove:

- Garantir o exercício dos direitos cidadãos na fronteira.
- Potencializar recursos institucionais locais.
- Promover a articulação interinstitucional.
- Articular no território as políticas nacionais.
- Aproximar à população aos programas do MIDES.

Mariela de Vargas é a responsável do Escritório Binacional de Rivera, do projeto Contribuição ao fortalecimento da agenda binacional fronteiriça: Brasil - Uruguai, formulado pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai e co-financiado pela Corporação Andina de Fomento. O projeto surgiu como uma instância piloto para responder às diferentes demandas locais sobre o desenvolvimento de políticas no território. Este empreendimento prevê a instalação de Escritórios Binacionais de Direitos de Atendimento aos Cidadãos para o desenvolvimento de políticas sociais destinadas a garantir o pleno exercício dos direitos cidadãos através de serviços integrados de assessoramento e tramitação perante os diferentes organismos, que melhorem a participação social e promovam o desenvolvimento das comunidades locais.



• Atividade do MIDES no departamento de Rivera, Uruguai

- Assessoramento e orientação nos direitos cidadãos: normativa vigente (Nacional, Binacional e MERCOSUL), residência legal, cidadania, atividade trabalhista, identificação civil, proteção social, serviços de saúde e educação.

Nesta primeira etapa do projeto foram instalados os escritórios de Rivera-Livramento e Aceguá-Aceguá e na brevidade se instalará em Chuy-Chui, as mesmas são administradas pelo MIDES e financiadas até o mês de dezembro pela CAF (Cooperação Andina de Fomento).

A partir de nossa experiência no escritório de Rivera, que foi inaugurado no dia 9 de junho, compartilhamos que as pessoas vêm buscando informação e apoio para se regularizarem no país e, portanto ter acesso à obtenção da documentação (carteira de identidade, documento fronteiriço, residência MERCOSUL ou legal), ter acesso a serviços de saúde e educação (concorrer ao ensino primário e secundário, UTU e Udelar) benefícios no BPS e atividade trabalhista reconhecida pelo MTSS.

Recebemos até o dia de hoje 27 de julho 340 consultas, das quais 279 foram realizadas por Brasileiros, onde 269 residem em Rivera (sem documentação uruguaia) com a dificuldade que isso acarreta; 145 são os expedientes que desde o escritório está se tramitando a documentação de forma gratuita (com relatório social do MIDES) para cidadãos Brasileiros residentes em Rivera em situação de vulnerabilidade social, que não lhes permite enfrentar os custos requeridos para esta documentação. As idades das pessoas pelas quais estão se realizan-

do Trâmites no escritório, vão desde os 6 meses de vida aos 72 anos.

Além do atendimento direto ao público no escritório, temos participado de diferentes instâncias de coordenação e articulação com organismos públicos de ambos os países para melhorar a acessibilidade e a cobertura das distintas demandas emergentes expostas no escritório, seja por cidadãos Uruguaios em Livramento ou de Brasileiros em Rivera. Permitindo através destas coordenações e articulações, uma fluída troca de informação e respostas oportunas a situações urgentes de vulnerabilidade social entre ambos os países.

Também desde o território se procura contribuir para a elaboração de políticas públicas que considerem a realidade da fronteira e facilitem a integração, já que nos encontramos em um ótimo tempo de relações bilaterais entre Uruguai e Brasil, onde se sente uma notória vontade política para solucionar de forma compartilhada os problemas que ocorrem no nível da fronteira, melhorando a qualidade de vida das pessoas neste território complexo e diverso.

Termino transcrevendo as palavras de algumas pessoas que se apresentaram no escritório e comentaram o seguinte “... viver na fronteira é viver num lugar de ninguém, estás na inclusão e exclusão simultaneamente”, “estou preso dentro do sistema ao não ser de um e outro”, “a opção de viver num território é um direito que tenho, porque complicam tanto e não me deixam viver tranquilo”.



• *Essa negra tem com quê* / Fotografia de Claris Trigueros / Venezuela

Cidades do MERCOSUL juntando esforços

A cidade, por ser o espaço mais próximo ao cidadão, deve cumprir com as demandas cotidianas, ampliando a participação e mancomunando esforços para contemplar as mais diversas visões. Sobre este tema aprofunda María Sara Ribero, que também nos conta sobre as colaborações do intercâmbio e da cooperação solidária entre as cidades da região.

- Segundo sua experiência, com que contribui a troca de conhecimentos e as práticas em matéria de inclusão e desenvolvimento social entre cidades do MERCOSUL?

Colabora com muito. Na diversidade de governos da região pode se observar e identificar uma grande variedade de práticas que apesar de não poderem ser replicadas com exatidão, deram ideias que foram desenvolvidas com êxito. Desde Montevideu nós temos interessado por diversas intervenções em cidades brasileiras e chilenas, exemplo disso são os equipamentos urbanos de ginástica, muito fortes (que suportam o vandalismo) e que estão dispostos por toda a cidade para que quando as pessoas tenham um tempo livre possam fazer exercícios sem necessidade de ir a uma academia. Há equipamentos urbanos para crianças, jovens e adultos. São coisas que se veem em outras cidades e que não tínhamos pensado, e das quais também podemos fazer. Aprende-se muito dos outros. Nos começos de Mercocidades, ao não contar com

o desenvolvimento tecnológico atual como ferramenta de comunicação, era comum e necessário o traslado presencial aos distintos governos locais. Hoje é possível estar conectados, transferir isto, e nos informar sobre avanços e resultados. Aprendemos muito de outros, dos acertos e dos erros. Também podemos nos comparar com cidades que têm a mesma dimensão ou realidades similares. Nisto da troca, a cultura tem um papel muito importante, os intercâmbios culturais são à base de nossa cultura e o reconhecimento da diversidade em um mesmo continente. O conhecimento de outros ajuda muito à compreensão de si mesmo como cidade e como país.

- Montevideu pode aproveitar do intercâmbio com o MERCOSUL (cidades, organizações da sociedade civil), e do vínculo em geral fora das fronteiras? Se possível dê algum exemplo disso.

Montevideu em algumas práticas é tomada como referência. Em outras questões, vamos assimilando. No referente à transformação de assentamentos irregulares em bairros, tomamos diversos exemplos. O interessante é que dentro de um mesmo tema fomos desenvolvendo experiências, adaptando-nos às realidades de cada lugar. Um exemplo disto é o orçamento participativo. As experiências na região são todas distintas, ao igual que as gestões. Entretanto, os fundamentos principais são que os vizinhos se envolvam e gerarem propostas para o desenvolvimento da cidade, atendendo as particularidades de cada zona. O fomento da participação e o aprofundamento em termos de cidadania é o que está detrás de tudo isto. Para o como, cada um foi encontrando seu caminho. Não existe uma mesma receita para todas as cidades.



• Foto da Série *Existências* / Fotografia de Sebastián Miquel / Buenos Aires, Argentina

- Que prioridades tem definido Montevidéu em matéria de inclusão social, e quais são as demandas prioritárias no MERCOSUL nessa temática?

Aproveitando o bom momento que vive o Uruguai, estamos trabalhando fortemente junto ao Ministério de Trabalho e Segurança Social (MTSS) para gerar políticas de inclusão para fomentar o emprego formal, tentar passar do desemprego ao emprego e do emprego informal ao emprego formal. Há possibilidades e o país está dando alternativas para conseguir-lo. Trabalhamos muitíssimo na capacitação de jovens -o setor com menor acesso ao mercado formal de trabalho-, e entendemos que para obter resultados positivos é importante a permanência e o apoio das pessoas no sistema formal de educação. Começamos com as crianças, para nos assegurar de uma boa inserção escolar. Depois, fortalecendo o papel da família, alentando a que não se afastem do sistema de educação, tratando de propor mecanismos não formais que os retornem ao sistema. As pessoas que de alguma maneira seguem ligadas ao sistema de ensino, alcançam um desenvolvimento mais pleno de seus direitos e podem exercer-los no sentido de exigir e adquirir cidadania.

María Sara Ribero é diretora do Departamento de Desenvolvimento Social da Intendência de Montevidéu, Uruguai, do qual estão subordinadas as divisões de Políticas Sociais e Saúde da Intendência. Ribero também coordena no nível regional a Unidade Temática de Desenvolvimento Social de Mercocidades (UTDS), cujo objetivo central é o desenvolvimento de debates, análise e troca de experiências entre cidades de todo o MERCOSUL. Nos últimos anos se abordaram temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estratégias políticas para os grupos vulneráveis, enfatizando, especialmente, a infância e a problemática das drogas. A UTDS foi criada em 1995.



• Maria Sara Ribero no encontro das Unidades Temáticas de Mercocidades (realizado em março de 2011 em Montevidéu - Uruguai).

No MERCOSUL estão se fazendo esforços substanciais para melhorar a infraestrutura. Há uma tomada de consciência importante neste ponto. Ao mesmo tempo, a proteção do meio ambiente se transformou em um tema relevante e, portanto há uma infraestrutura que temos que cuidar de outra maneira. Há uma consciência coletiva sobre a saturação de autos, sobre a necessidade de priorizar e fortalecer o sistema de transporte coletivo. Não se trata de que as pessoas não transitem, senão que o façam por distintos meios. Os próprios avanços foram expondo a todos o mesmo tipo de problemas. Outra dificuldade é o que fazer com os resíduos. Isto requer de políticas ambientais mais gerais e não se trata de que cada um se arranje com o seu. Neste sentido, é necessário compartilhar experiências de como reverter e como gerar menos resíduos. Olhamos para a Europa e vemos como eles avançaram nestes temas, e nós seguimos com muitas dificuldades ao respeito. Os avanços ainda são pouquíssimos, porém o trabalho se encaminha para isso.

- Na criação de políticas de Inclusão Social, que espaços da sociedade devem confluir para sua definição? E que papel tem a interdisciplinaridade nesse processo?

Vou começar com um claro exemplo. Antes se acreditava que as questões da saúde estavam reservadas especificamente aos médicos, hoje reconhecemos que a diversidade de fatores que afetam a saúde implica o trabalho conjunto de diferentes profissionais. Assim ocorre com qualquer temática. Nós pensamos que nas soluções e propostas das diversas áreas de trabalho devem estar contempladas todas as visões. Nisto a interdisciplinaridade é fundamental, **as políticas sociais devem integrar tudo o que tem vida na sociedade: a cooperação público-privada, a vinculação com a sociedade civil, sindicatos, grêmios, associações culturais e esportivas.**

Na rede urbana e social da comunidade é necessário mancomunar todas as visões. Este é um passo importante para poder dar respostas adequadas. Antes se vivia a vida de maneira muito setORIZADA, portanto funcionávamos todos em paralelo. Não pode se entender os temas de habitação sem considerar como influem no referente a esportes, transporte, etc. Portanto, é necessário que tudo conflua desde um princípio, pensando antes da criação de um projeto social, e não quando este já concluiu. Há pouco tempo que houve avanços nisto. Reconheço um papel importante na Unidade Temática de Planificação Estratégica de Mercocidades que vem trabalhando há anos neste tópico.

- Em políticas públicas de inclusão social, quais são os maiores desafios para Montevidéu?

Temos uma situação claramente benéfica desde a realidade econômica e, entretanto temos muitas pessoas que sofrem a exclusão. Nisto não intervém só o município, senão que também o Estado. Só que os problemas das pessoas repercutem diretamente sobre a cidade que temos que administrar. As pessoas que ainda estão em situação de rua e para a qual o organismo dirigente e interventor é o Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES), impactam em nossa cidade. Então, como articulamos políticas que sejam de atenção e contenção destas situações? Como trabalhamos especificamente com estas populações? Favorecendo tudo o que a cidade tem, como esta pode colaborar nisto ainda que não constitua um gerador de emprego? Por exemplo, se as pessoas não têm possibilidade de chegar a seu trabalho por problemas no transporte público, e não tem aonde deixar seus filhos, gera-se mais possibilidades de faltar e se torna mais difícil manter o emprego. A cidade, por ter estes espaços de atendimento mais reduzidos, pode ajudar em coisas concretas do dia a dia cidadão.

Reforma constitucional na Bolívia, inclusão e participação cidadã

“Acredito que o melhor exemplo que como Nação podemos dar aos irmãos latino-americanos é o de ter alcançado a dignidade de decidir por nós mesmos. De escolher um Presidente indígena e de levar adiante pela via democrática um verdadeiro processo de transformação social, política e cultural”, enuncia o Prefeito da cidade boliviana de Cochabamba, que através desta entrevista se refere à transcendência histórico-política da nova constituição boliviana.

- Em termo de inclusão social, que significado para Bolívia esta nova constituição promulgada em fevereiro de 2009?

Em termos específicos, a nova Constituição permite assegurar uma verdadeira participação cidadã, ao reconhecer oficialmente e por primeira vez aos setores tradicionalmente excluídos da tomada de decisões e do debate público. E quando falamos dos setores excluídos, não somente fazemos referência aos povos originários, senão que incluímos às mulheres, os idosos, os jovens e todos os setores sociais que agora têm garantido seu lugar no interior do Estado e de suas instituições.

- Que características distinguem a este último processo de mudanças constitucionais anteriores?

Basicamente, o que distingue este processo dos outros é que o jogo de-

mocrático está garantido graças a que a nova Constituição reconhece à participação de todos os setores sociais, superando dessa maneira o vício do modelo neoliberal que se constituía em uma democracia dos setores hegemônicos, **era a democracia dos grupos tradicionais detentores do poder, agora a democracia está em função de uma verdadeira participação cidadã.**

- Quais são as principais dificuldades e desafios para sua implementação?

As principais dificuldades radicam em que o cidadão assuma a nova função em que vivemos os processos de transformação, ou seja, que ainda há setores dentro da sociedade que veem com desconfiança a participação dos grupos excluídos, o desafio está em integrar a todos os setores da sociedade, **o grande desafio consiste em que a totalidade da sociedade possa se sentir realmente protagonista do processo de mudança e é aí aonde devemos apontar como Governo.**

- Que desafios implicam particularmente sua implementação em governos locais (como é o caso de Cochabamba)?

A nova Constituição, garante outorgar mais participação aos governos locais, por isso estamos no desafio, não somente de poder seguir um processo de mudança, senão de alcançar e garantir através de suas ações a meta fundamental que tem o Estado Plurinacional que é o viver bem. Então, como Governos Locais, temos que pensar basicamente e fundamentalmente no bem-estar do cidadão, mais que nas obras como tal,



• Edwin Castellano

o que temos que garantir é um bem-estar cidadão que gere melhores condições de vida através de gestões municipais onde o acionar seja participativo, equitativo e em equilíbrio com a mãe terra.

Sob um clima político hostil se forjou a Nova Constituição na Bolívia. O processo se estendeu desde março de 2006, convocado pelo presidente Evo Morales, até o dia 7 de fevereiro de 2009, quando foi promulgada. A nova constituição política abriu lugar para o Estado plurinacional, comunitário, descentralizado e autônomo, incluindo em suas bases valores da cultura indígena e estabelecendo desta maneira um Pacto Social sem precedentes para esta nação.

Reforma na Bolívia: pacto social por novas estruturas de inclusão e participação

Desde a associação civil boliviana, Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local, participaram ativamente no processo para a reforma constitucional na Bolívia, apoiando o trabalho de milhares de jovens distribuídos em todo o espaço nacional, através da abordagem de temas relacionados a: visão de país; juventude, terra e território; juventude e trabalho; juventude e participação social; juventude e saúde; juventude e habitação. Juan Carlos Balderas, diretor da associação, comenta-nos o contexto particular para a reforma e detalhes sobre sua participação na mesma.

- Desde a perspectiva das organizações da sociedade civil, que relevância tem a reforma constitucional promulgada em 2009 na Bolívia? E como se vincula a mesma com a inclusão social?

Uma primeira constatação que há que mencionar é que a Bolívia historicamente foi um país em que as elites sócio-econômicas impuseram um modelo de Estado em função de seus próprios interesses, desde o início da fundação da república; este modelo estatal social foi ao longo da história republicana um modelo de múltiplas negações e contradições sociais de classe mascaradas por racismos e chauvinismos emergentes desde as elites.

Tem que reconhecer que o Estado Nacional tinha gerado uma sociedade de múltiplas exclusões que atuavam no enfraquecimento das maiorias nacionais; e de vastos benefícios para os setores minoritários enriquecidos ao longo de nossa história.

No entanto, a intenção inicial da convocação para a “Assembleia Constituinte” e a posterior realização da mesma, desde os interesses populares, foi a de gerar um novo contrato social entre Sociedade e Estado que contribuísse para a geração de novas relações sociais e políticas, novas estruturas de inclusão e participação social e a emergência reconhecida de novos sujeitos e atores sociais, anteriormente submergidos na clandestinidade, na marginalidade nacional e na falta de reconhecimento, no interior de

uma sociedade marcada pela discriminação, pelo racismo e pelas contradições de classe.

O movimento social que expulsou a Sánchez de Losada do Governo e com isso despertou a necessidade de um novo pacto social e um novo contrato social, exigia a realização de uma Assembleia originária, não no sentido de que somente os povos indígenas participassem dela, senão no sentido de que ao ser um evento que supostamente estava “rompendo” com as antigas estruturas econômicas, sociais, jurídicas e políticas, deveria se começar a delinear e definir o novo país em que todos e todas deveriam caber em igualdade de oportunidades.

Propunha-se, desde as bases sociais, que a participação na assembleia devia ser “corporativa”, com representação da sociedade organizada e não somente dos partidos políticos.

Desde esses antecedentes todos esperávamos que esta “Assembleia Constituinte” não implicasse somente uma reforma constitucional, esperávamos o nascimento de um novo país, democrático, participativo, plural, equitativo, etc.

Paradójicamente, la Asam



• Mobilizações sociais na Bolívia

Paradoxalmente, a Assembleia não foi o espaço sonhado e desejado pelas maiorias nacionais; os grupos da elite e os partidos da direita nacional conseguiram que o congresso nacional estivesse determinado pelos mais puros estilos e práticas da democracia liberal. Decisões adotadas por dois terços, eliminando as maiorias presentes na Assembleia; participação e representação partidária e a negação da originalidade da Assembleia. Apesar disso, o congresso teve um momento de importância radical quando ao final do mesmo e na cidade de Oruro, aprova-se um primeiro texto constitucional que tinha e reconhecia muitas das aspirações que a maioria dos bolivianos e bolivianas tinha perseguido teimosamente.

Elementos tais como terra e território para os povos indígenas; eliminação do latifúndio, socialização e nova titulação de terras em benefício dos agricultores e dos mais pobres, eliminação do sistema Neoliberal e um duro golpe ao capitalismo tinha sido atingido; mas, novamente as negociações interparlamentares frustraram o processo, outra vez os partidos políticos pressionaram fortemente ao Movimento ao Socialismo (MAS) para que o Texto Constitucional fosse “suavizado” e essa negociação significou a amputação de

boa parte do mesmo e uma transformação forte de seus conteúdos sociais e políticos em benefício dos interesses elitistas. A partir deste contexto, podemos falar de reforma Constitucional, e não de uma transformação do Estado Nacional; de todas as formas a Nova constituição possibilitou uma inclusão social nos espaços da política, da economia e da cultura nunca visto antes na história do país; organizações de agricultores, de mulheres, de indígenas, de afrodescendentes, coletivos feministas, Gays, juventudes e outros, foram incorporados a espaços de decisões sociais e políticas, vários cenários antes vetados para os setores pobres e marginalizados foram democratizados; a própria Constituição é apesar

de suas limitações uma construção que releva os direitos individuais e coletivos; porém, algo que não muda apesar das leis, é a economia, seguimos com medidas profundamente neoliberais; ainda não recuperamos os recursos naturais, existe um discurso oficial de “Defesa dos Direitos da Mãe Terra”, porém a prática e as leis são profundamente depredadoras e atentam contra o meio ambiente e os Direitos dos povos indígenas.

Em resumo: Há uma nova Constituição política do Estado, tem inclusões sociais, políticas e culturais importantes no âmbito do mesmo esquema ideológico, político e econômico que antecedeu ao MAS no Governo.

Juan Carlos Balderas é psicólogo social com pós-graduação em Desenvolvimento Local e é Diretor do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local da Bolívia. Assessora a organizações de bairros nas cidades de La Paz e El Alto, e a organizações juvenis nos departamentos de La Paz, Santa Cruz e Chuquisaca. Ex-docente universitário e sócio Fundador da Fundação DECONSTRUIR de Santa Cruz na Bolívia, é membro da rede de Transparência Internacional EITI e da rede Global Publish Wath You Pay. Atualmente, também exerce a coordenação para Bolívia da rede Latino-Americana “O Grito dos excluídos”.

- Como se vinculou particularmente o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local da Bolívia neste processo? E em geral que envolvimento teve em todo o processo a sociedade civil boliviana?

Na medida em que a Assembleia despertou uma inusitada expectativa na sociedade nacional, particularmente naquelas esferas e setores envolvidos com a ideia de mudança e identificados com a esquerda boliviana, as organizações nacionais desenvolveram um imenso trabalho de preparação da Assembleia, escolhendo, selecionando e defendendo a seus prováveis candidatos para que sob a asa do Movimento ao Socialismo, pudessem estar e ser representados no congresso, com a segurança de que seus interesses, visões e perspectivas pudessem ser contempladas.

O País em seu conjunto se converteu em um grande laboratório de formas, modelos e esquemas novos e antigos de participação, debate, análise, reflexões, sugestões, etc. Todos e todas queríamos estar e ser parte do processo desde diferentes esquemas e fórmulas; uns/umas desde o seio da própria Assembleia e a maioria desde antes do início desta, formando mesas de trabalho em torno às necessidades regionais, locais, setoriais, de gênero, geracionais, sindicais, em fim, era a época em que se pensava que a mudança estava na curva da esquina e que a chave ou a varinha mágica era a “Assembleia Constituinte”.

Desde a perspectiva do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local (CEADL) identificamos alguns momentos importantes constitutivos do mesmo processo Constituinte:

- um primeiro momento caracterizado pela mobilização popular insurrecional que originou a expulsão do Poder de Gonzalo Sánchez de Losada, ícone do neoliberalismo nacional e presidente da república (assim se chamava a Bolívia anteriormente) até outubro de 2003. A mobilização popular também propunha à realização da Assembleia constituinte, a nacionalização dos recursos naturais, a industrialização dos mesmos e a negativa de exportar gás por Chile para os Estados Unidos.

- um segundo momento de continuidade dessa mobilização, que já não teve o caráter insurrecional da primeira, e em que se começa a configurar elementos de uma nova visão de país; o país desejável e desejado pelas maiorias, através de oficinas, seminários, encontros, discussões e reflexões desde a base social nacional em que participavam organizações de mulheres, de jovens, de estudantes.

- um terceiro momento de configuração teórica das diferentes visões em torno ao país desejável, as leis que deveriam surgir no cenário da Constituinte; de configuração e consenso das diferentes necessidades setoriais; da elaboração de documentos que sintetizassem e representassem acordos.

- um quarto momento que está relacionado com o estabelecimento de acordos entre representantes da sociedade e os membros da assembleia para encaminhar as propostas da sociedade e exercer controle cidadão acerca do tratamento das mesmas.

Todos estes momentos contaram com uma efervescência da participação de organizações sociais, organizações não governamentais, sindicatos, etc.

Já, no nosso trabalho em relação à Assembleia, deve se ressaltar que esta nos obrigou a ampliar a nossa prática, passando de uma organização que só trabalhava na cidade de El Alto, a apoiar o trabalho de milhares de jovens distribuídos em todo o espaço nacional.

Trabalhamos com temas referidos a visão de país; juventude, terra e território; juventude e trabalho; juventude e participação social; juventude e saúde; juventude e habitação.

Os resultados desta prática foram entregues às diferentes comissões da Assembleia e felizmente pelo menos 63 das propostas dos e das jovens foram incorporadas no texto constitucional; apesar de que várias delas foram revocadas pela negociação interparlamentar entre as forças e as organizações político – partidárias.

O CEADL se constituiu em um elemento facilitador de múltiplas

articulações entre organizações e grupos de jovens; esta facilitação foi um espaço para organizar a demanda dos e das jovens, sistematizar-la e entregar-la aos membros da Assembleia; para, posteriormente, fazer o seguimento do tratamento das propostas na Assembleia, juntamente com as organizações participantes.

- Considera que os resultados obtidos foram satisfatórios? Quais são os maiores desafios para sua aplicação, especialmente em relação à articulação entre a sociedade civil e os governos nacionais ou locais?

Apesar de seus limites, a nova Constituição política do Estado tem elementos importantes referidos a ampliações democráticas, à implementação e respeito dos Direitos Humanos e a participação cidadã, temas referidos particularmente ao controle social e cidadão.

- Considerando a participação do CEADL com a Comissão de jovens pela constituinte, que demandas específicas dos jovens foram refletidas nesta reforma, e quais ainda faltaria contemplar?

Presentes no texto Constitucional:

- Participação e controle cidadão.
- Participação política a partir dos 18 anos.
- Universalidade da educação.
- Serviços Médicos, particularmente, aos e as jovens.
- Reconhecimento à organização de jovens homens e mulheres.

Falta contemplar:

- Objeção de consciência.
- Serviço Militar voluntário.

- No nível regional na América do Sul, que relevância considera que pode ter esta reforma constitucional a modo de exemplo, considerando que a região está composta por sociedades pluriétnicas, multilinguístas e pluriculturais?

A Bolívia tem uma situação de privilégio na América Latina; sua situação geoestratégica; a liderança assumida por seu Presidente, a valorização positiva da situação nacional, por parte do entorno de países latino-americanos, configuram uma situação de alta incidência boliviana nos estados da região.

Lei de meios de comunicação na Argentina: modelo de inclusão

Nesta entrevista, Daniel Rosso nos introduz no contexto político e social que permitiu a Argentina alcançar uma nova Lei de meios audiovisuais inclusiva e participativa, elemento imprescindível para toda a sociedade democrática. Como representante governamental, terá o compromisso de defender sua implementação junto à equipe do governo e com o apoio cidadão.

- Quais foram as condições sócio-históricas e políticas que permitiram abordar a criação de uma nova lei de meios de comunicação na Argentina?

A década dos anos 90 se caracterizou pelo domínio do pensamento neoliberal e pela centralidade do mercado como principal regulador da vida econômica e social. Com a profunda crise de 2001 começou a se reorganizar um pensamento e uma práxis política alternativa que voltou a valorizar ao Estado e às organizações sociais e políticas como atores centrais na vida do país. Porém, o Estado e estas organizações sociais e políticas voltavam para ocupar um espaço que não estava vazio. Porque a liberdade do neoliberalismo tinha sido, na prática, a liberdade dos grandes grupos econômicos para se consolidarem como monopólios e para ocupar os espaços de onde tinham sido expulsos o Estado e uma parte significativa dos atores organizados da sociedade civil.

Por isso, o Kirchnerismo, como expressão política deste processo, aparecia como conflituoso: os grandes meios de comunicação produziram um deslocamento pelo qual o conflito interior e natural do processo se adjudicava a um dos atores que intervinha. Quer dizer, ao Kirchnerismo. Mesmo assim, o conflito era entre dois setores: os que não queriam abandonar espaços anexados durante o neoliberalismo e que expressavam uma ordem que tinha entrado definitivamente em crise em 2001 e os que, com a figura do Estado revalorizada, tentavam recuperar espaços que tinham perdido nos anos noventa. Os grandes meios concentrados formavam parte dessa velha ordem

Daniel Rosso, jornalista e sociólogo especializado em meios de comunicação. Atualmente é Chefe de Gabinete de Assessores da Secretaria de Comunicação Pública da Nação na Argentina e escreve para vários meios gráficos do país sobre temas de comunicação e políticos. Foi Secretário de Comunicação da Cidade de Buenos Aires e Subsecretário de Meios da Nação. Trabalhou também como Gerente Jornalístico da Rádio Nacional e Chefe de Pesquisas e Desenvolvimento da Agência de Notícias Telam.

em caída e funcionavam como sua retaguarda simbólica. Por isso, se encarregavam de consolidar um processo no qual enquanto mais avançava o Estado, mais era deslegitimado. O avanço político, então, corria o risco de se transformar em retrocesso simbólico. A intervenção do Estado era impugnada, combatida e deslegitimada. O ponto mais alto deste processo se produziu com a polêmica em torno à aplicação de retenções móveis para os produtos agrários exportáveis. Tinha uma velha ordem em crise, impotente para se relegitimar, porém com alta capacidade de deslegitimar a nova ordem emergente. Essa velha ordem contava com o oligopólio do uso da palavra. A nova ordem emergente, em troca, estava reclusa no silêncio ou relegada ao mínimo controle da edição de seus discursos. Os novos atores que regressavam à esfera pública não contavam com meios de expressão. Paradoxalmente, o que os grandes meios concentrados definiam como liberdade de expressão era, na prática, a liberdade de continuar pronunciando um discurso único. O discurso dos anos 90, o da crise, o da ordem sem legitimidade. Pelo que, **a lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, foi um efeito natural da reorganização política, social e econômica da Argentina após a crise de 2001. Há um paralelismo evidente entre as políticas de ampliação de direitos de setores socialmente desprotegidos, minorias sexuais, culturas indígenas, etc., e a abertura de novos e diversos canais de comunicação.**

- Como contribui esta nova lei à “inclusão social” na Argentina? E que pontos da mesma, por suas características inovadoras e inclusivas, lhe interessaria destacar?

A lei de Serviços de Comunicação Audiovisual é uma lei de proteção do espaço e da dinâmica democrática da Argentina. Primeiro, porque define com muita precisão a designação democrática, e não por pressão corporativa, das frequências para os meios. Segundo, porque a designação de frequências está regida pelos critérios de pluralismo e diversidade. De tal modo que, os novos meios, nascem como uma contribuição direta ao processo de ampliação e diversificação democrática. Terceiro, porque os meios deixam de serem espaços com poucos controles sociais e institucionais: se criam a Comissão Bicameral de Promoção e Seguimento da Comunicação Audiovisual e a Defensoria do Público, entre outros institutos, para seguir as políticas públicas e os processos administrativos que se executam em torno aos processos de comunicação. Quarto, porque a lei estabelece claramente três setores na titularidade de direitos de frequências: o setor privado comercial, o setor estatal e o setor social ou comunitário. Deste modo, abre as portas para a geração de redes de meios vinculados diretamente a interesses sociais específicos. Quinto, porque a lei estabelece cotas de produção nacional e local, que varia segundo tipo de meios, mas que, em geral, amplia o espaço para a indústria audiovisual e para a produção e o trabalho argentino. O mesmo sucede com a produção cinematográfica nacional ao estabelecer a lei cotas de tela de cinema e artes audiovisuais para os licenciados de televisão. Pelo qual, os níveis de inclusão se verificam em vários níveis – sociais-comunitários, industriais, produtivos em geral, do mundo do trabalho, etc.

- Que características no processo de criação desta lei você considera prioritário ressaltar? Características que contribuam com um valor agregado ao processo.

Uma lei de meios da democracia – em oposição à anterior originada na insana ditadura iniciada em 1976 – devia nascer de um processo intensivamente democrático. Por isso, o projeto de lei foi discutido em uma grande quantidade de foros em todo o país. Em universidades, com organizações sociais e técnicas, com diversos setores políticos, gremiais e empresariais. O projeto chega ao Estado impulsionado pela Coligação dos 21 pontos por uma Radiodifusão Democrática integrada por uma longa e representativa lista de organizações sociais, culturais e gremiais. A Presidenta Cristina Fernández de Kirchner pega essas propostas e uma equipe conduzida pelo Interventor do Cómfer, Gabriel Mariotto, redige um projeto que retorna à sociedade para ser discutido nestes foros. Portanto, o projeto nasce na sociedade civil, é tomado pelo Estado, este o devolve à sociedade para que esta o discuta e o enriqueça e, finalmente, é enviado ao Parlamento para que os distintos partidos com representação parlamentar voltem a discutir-la e enriquecer-la. Só um processo democrático dessa extensão e profundidade podia contra-arrastar a imensa pressão política e simbólica das grandes multimídias que se opunham ao projeto. **O processo de aprovação da lei foi um exemplo de como os processos democráticos podem isolar às corporações econômicas, por mais poderosas que sejam.** A política, expressada como argumento democrático, se impulsiona ao lobby corporativo.

- Qual é o contexto latino-americano em relação à necessidade de renovar leis de meios de comunicação? E que bons exemplos identifica no nível regional, além do argentino?

O processo Argentino é bastante similar ao que se observa na maioria dos países latino-americanos. Em Equador, México, Bolívia, Paraguai, Brasil, Uruguai, entre outros países do continente, se discutem novas leis de meios de comunicação, de digitalização ou se impulsionam debates que se relacionam com a necessidade democrática de ampliar espaços de expressão e de participação. A denominada lei Resorte na Venezuela é uma experiência sumamente interessante. Também o são as experiências de discussão da Lei na Bolívia e no Equador.

- Que impedimentos se apresentam na atualidade para a concretização da Lei na Argentina?

Os primeiros impedimentos surgem nas táticas de repressão da lei impulsionadas pelas grandes multimídias. Apresentaram, em distintas regiões do país, medidas cautelares e dinamizaram diversas intervenções na Justiça para impedir, retrasar ou impedir a aplicação da lei. Inclusive tiveram êxito em reduzir as cláusulas de desinvestimento, pelas quais as multimídias que são adjudicatárias de maior quantidade de licenças das quais a lei permite devem se desprender de algumas ou varias delas. Por outro lado, a lei impõe a criação de novas instituições de regulação e controle com a intervenção de múltiplos atores sociais, políticos e estatais. Este processo não é só um processo técnico: pelo contrário, é uma evolução intensivamente política na qual as grandes multimídias e atores políticos sem projeto próprio se juntam para tentar parar ou bloquear. Portanto, a criação destas novas instituições requer da permanente construção e mobilização de velhas e novas forças para que atuem como apoio do processo de mudança.



• *A cara da murga*. Desfile de carnaval em Montevideu / Fotografia de Pablo Oxley/ Uruguai

“A comunicação como direito humano é uma aspiração legítima da sociedade.”

Desde a perspectiva da sociedade civil, Pedro Lanteri nos permite entrever as peripécias que conduziram à criação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual na Argentina. Esta lei, sustentada pela mobilização massiva da cidadania, e representada em toda sua diversidade, é uma manifestação das exigências de uma nação que reclama uma comunicação mais justa, integradora e inclusiva.

Que condições se cumpriram para chegar à nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual na Argentina? E que função cumpriram as organizações da sociedade civil neste processo?

Na Argentina a Lei de Meios de Comunicação da Democracia (como se conhece à Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual) demorou 27 anos em ser implementada, desde que terminou a ditadura. Não foi fácil. Houve muitos projetos que só ficaram no papel. As câmaras, tanto de deputados como de senadores, eram resistentes em tratar a Lei de Meios de Comunicação, porque o poder dos meios concentrado é muito forte. Daí a função das organizações da sociedade civil. A sociedade civil conseguiu se unificar após 21 anos de democracia, a partir de uma organização muito pequena, o Fórum Argentino de Rádios Comunitárias (FARCO). Esta organização começou a trabalhar em consenso, entendendo que se convocasse desde algum meio poderoso a um sindicato, sempre ia ter uma oposição que não ia se integrar. Sendo

um organismo pequeno era muito mais fácil de nos juntarmos, porque desde FARCO não íamos ter nenhum crédito político. Foram 5 anos de trabalho em consenso, nunca por votação. O que fizemos, basicamente, foi pôr na agenda das pessoas a Lei de Meios de Comunicação. Porque os meios de comunicação nunca a punham na agenda. Então, para que queremos uma lei de meios de comunicação no imaginário coletivo? Esta era a formação de sentido que lhe tinham dado as multimídias: a melhor lei é a que não existe. **Propunha-se a comunicação como um comércio. Começamos a reverter essa ideia vindo à comunicação como um direito humano.** A partir disso, mostrando as contradições das multimídias com respeito aos interesses populares, começou a se entender, basicamente por parte do povo, que significa uma lei de meios de comunicação. Isto foi muito potencializado durante o conflito pelo projeto de Lei sobre os impostos às exportações da agricultura que provocou uma grande divisão. Os meios de comunicação concentrados tinham um papel muito importante no qual eles perderam a objetividade de que ostentavam e isso alertou à população sobre pluralizar a palavra. **Não trabalhamos a Lei em contra das multimídias senão que trabalhamos a Lei a favor da multiplicidade de vozes. Uma tática que nos serviu muito foi trabalhar no propositivo e não no negativo, não na oposição, senão na construção.**

- Que papel teve o governo em tudo isto?

A sociedade civil, a partir da Coligação por uma Radiodifusão Democrática, pôs a Lei na rua. Ganhamos o povo, que é outro dos elementos fundamentais. Se a discussão tivesse ocorrido só no plano político seguramente teria muito que perder. É fundamental que a discussão ocorra com a mobilização e que a mobilização



• Pedro Lanteri à direita

Pedro Lanteri é Diretor da rádio das Mães da Praça de Maio na Argentina e Coordenador da Comissão de Comunicação do Conselho Consultivo da Sociedade Civil da Chancelaria Argentina, o Conselho se responsabiliza pelo intercâmbio entre funcionários e representantes da sociedade civil, com vistas em fortalecer os processos de integração regional no âmbito do MERCOSUL e da América Latina em geral.

A **Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual** é uma lei que estabelece as pautas que regem o funcionamento dos meios de radiodifusão e telecomunicação na República Argentina. Esta legislação foi promulgada em 10 de outubro de 2009 pela presidenta Cristina Fernández de Kirchner e substituiu a Lei de Radiodifusão 22.285, que tinha sido promulgada em 1980 pela ditadura militar autodenominada Processo de Reorganização Nacional, e tinha ficado vigente desde então.

Desde a recuperação da democracia em 10 de dezembro de 1983, existiu um amplo consenso sobre a necessidade de derrogar a norma da ditadura e sancionar uma nova lei, em consonância com as necessidades cívicas e participativas da democracia. Os presidentes Raúl Alfonsín, em 1988, e Fernando de la Rúa, em 2001, apresentaram dois projetos de lei, que não puderam ser tratados, afetados por fortes pressões por parte dos interesses envolvidos.

Em agosto de 2009, a presidenta Cristina Fernández de Kirchner enviou um projeto de lei à Câmara de Deputados para substituir a lei de radiodifusão, após ter sido debatido por um ano, em 24 fóruns que se realizaram em distintos pontos do país, a proposta do projeto de lei se baseou em vinte e um pontos apresentados pela Coligação por uma Radiodifusão Democrática em 2004, grupo de mais de 300 organizações sociais, comunitárias, de direitos humanos, sindicais e de pequenas e médias empresas.

seja visível. Apresentamos ao presidente Néstor Kirchner o Projeto de Lei de Meios de Comunicação da Democracia e ele disse que não era o momento em seu governo. Seguimos trabalhando na mobilização e quando fomos falar com a presidenta Cristina Fernández, ela foi politicamente audaz, ao dizer sim. Por trás disso, ela sabia que tinha uma construção que podia equivaler ao outro poder e equilibrar a balança. Fomos interlocutores com deputados e senadores para aproximar o que desde o partido político não se podia discutir. Tivemos um papel ativo, mas sempre com a mobilização. A colaboração da Presidenta teve duas vertentes, primeiro a decisão política de dizer que aprovamos a democratização da palavra a qualquer custo. A segunda vertente foi a gênese da Lei, porque a Lei não veio pelo Congresso e foi aprovada, senão que teve a mesma participação que deu a Coligação. Isto é, fóruns abertos e participativos. Cristina Fernández legou um anteprojeto de Lei e a sociedade civil se empoderou dele, o modificou (tem mais de 500 colaborações), se encaminhou para o Parlamento e este convocou audiências abertas à cidadania para que fizesse suas colaborações.

A Lei tem uma marca da democracia participativa, por isso é tão querida pelo povo. Não é dos políticos, é do povo.

- Que transformações sociais e, em geral, no paradigma econômico implicaria a aplicação desta Lei na Argentina?

Entendendo que os meios de comunicação determinam sentido ou marcam agenda, por um lado começamos a ter uma agenda popular a partir da pluralidade de vozes e por outro lado começamos a ter abertura de fontes de trabalho. Na Argentina, por exemplo, é muito comum que uma multimídia tenha repetidoras no resto do país. Isto gera fontes de trabalho, porque se necessita produção local e meios locais. Também é impressionante a pluralidade de vozes que implica uma agenda com distintas vertentes. A Lei democratiza a palavra e permite o acesso da sociedade civil aos meios de comunicação através das organizações sem fins lucrativos, com uma reserva de espectro radial de 33%. O acesso dos povos originários, que são equiparados ao Estado como estados preexistentes, não estão dentro dos 33% correspondentes à sociedade civil, senão na porcentagem do Estado. A produção de conteúdos, a regulação de conteúdos por uma forte defesa dos direitos da criança e da visão de gênero. Também um trabalho muito forte na questão cultural, entendendo que as ondas de rádio no mundo, e por convenções culturais, tem que ser aplicadas com fins culturais (coisa que desconhece a maior parte das pessoas). Os estados administram a frequência, não são seus proprietários e as licitações são por tempo indeterminado, com uma avaliação do projeto cultural para poder ser renovado ou não.

- Qual é o contexto regional em relação a leis de meios de comunicação?

Nesse sentido, devemos dizer que a Argentina tem a lei mais avançada, mas não a primeira. A primeira vem da Venezuela. Falando do MERCOSUL e da América Latina, houve uma reforma de meios de comunicação que no seu momento foi muito importante. Agora pode ser perfectível. Há uma luta muito grande em Uruguai, Para-

guai, Brasil e também na Bolívia a partir dos sindicatos de imprensa por adequar ou formar novas leis de meios de comunicação audiovisual. Apesar de que alguns englobam inclusive internet e a imprensa escrita, são distintos elementos, porque a internet se regulariza mediante leis comerciais, enquanto que a comunicação audiovisual ou o uso do espectro radiofônico são bens culturais. Esta é uma diferença que tem que ser considerada. A concentração mediática não é patrimônio de um só país, senão da humanidade. De “armas tranquilas para guerras silenciosas” já se falava a finais do século passado por parte do império. O novo campo de batalha são os meios de comunicação. A disputa das ideias ou a formação do sentido, a sociedade e tudo aquilo vinculado diretamente com a comunicação estão dando essa disputa com muito esforço e não sempre com resultados positivos.

- Que impedimentos se apresentam na atualidade para a concretização da Lei na Argentina?

O que a multimídia, ou a concentração monopólica não pode fazer através do consenso popular – perdeu a votação- o processou. Com isso, diminuiu o alcance da Lei. Houve uma vergonhosa proposta de processamento da Lei em seu conjunto. Juízes, resquícios da ditadura e provinciais que conseguiram impedir a implementação da Lei por quase um ano. Agora estão processados dois artigos fundamentais. Um deles é a adequação das multimídias à nova Lei, que é proposta como uma cláusula que evidencia em seu objetivo a defesa da comunicação como produto comercial. Este processo, que demora quase dois anos, impede a readequação do espectro radiofônico, ou seja, a obtenção de novas licenças por parte da sociedade civil está reservada a 33%. É uma batalha difícil. A outra batalha difícil é a de regular a Lei e fazê-la funcionar realmente. Isto significa redefinir a Coligação, e isto é um elemento autocrítico. Teve seu momento muito importante, mas uma vez conseguida a Lei se desinflou. Não se entendeu que a Lei é um passo e não o final. A Coligação por uma Radiodifusão Democrática não era por uma lei de radiodifusão. Se essa lei não tem conteúdos, então não serve. Estamos numa batalha difícil, junto a companheiros que ocupam lugares importantes nos novos organismos. Ainda não há resultados visíveis, além da aparição de muitas pessoas, rádios e canais de televisão que estão surgindo, que faltam se encaixar dentro do esquema legal. Não podemos dizer que somos ilegais porque a Lei é ruim, agora a Lei é nossa.

- Gostaria de acrescentar alguma coisa mais que não tenha mencionado?

A regionalização do conceito de comunicação como um direito humano. Isto é algo que quebra paradigmas que resultavam indissolúveis e é mérito da sociedade civil. Tem uma nova geração de comunicadores, da qual não formo parte por uma questão cronológica, apesar de representar a juventude há muitos anos, que veio invadir o plano político e da comunicação na América Latina, e que nos garante uma comunicação mais plural apesar dos impedimentos legais que possam existir. O legítimo, às vezes tropeça com o legal, mas sempre acaba se tornando uma estrutura sólida. A comunicação como direito humano é uma aspiração legítima da sociedade.



• *A esquina* / Fotografia de Sebastián Miquel / Buenos Aires, Argentina

**Propostas inclusivas,
fortalecendo a integração**



Direitos Sem Fronteiras

O Grito dos Excluídos “é uma forma de expressão das lutas e aspirações dos movimentos sociais e organizações populares da América Latina e do Caribe”. Originada no Brasil, onde tem sua sede central, articula diversas organizações de toda a América Latina. Aída García, integrante de O Grito por parte da organização “Idas e Voltas” do Uruguai, comenta alguns aspectos da proposta.

- Que caracteriza a metodologia de O Grito dos Excluídos?

O Grito propõe desenvolver uma metodologia, uma simbologia e uma mística próprias, que recuperem a extraordinária experiência histórica das lutas populares e respeitem a diversidade e as diferenças com criatividade e ousadia. Propõe sempre favorecer o protagonismo do povo, participando em suas lutas cotidianas.

- Quais foram as ações mais destacadas nos últimos anos? Em que consistiram?

Os eixos de luta de O Grito foram se forjando nos calores das lutas populares em nosso continente, entre elas a transformação do regime político; novas formas de desenvolvimento de produção e novos modelos de desenvolvimento; integração latino-americana e caribenha dos povos; luta contra o agronegócio e as indús-

trias extrativas; luta contra a discriminação e acesso a direitos; migrações; luta contra a criminalização dos movimentos sociais.

- Quais são os principais reclamos que em matéria de migrações e integração dos povos foram detectados no nível regional? E quais são as propostas de trabalho e abordagem deste tema desde O Grito?

200 milhões de pessoas migrantes se movem pelo mundo, a maioria sem papéis, são extremamente exploradas e padecem os efeitos negativos da xenofobia e da discriminação nos países aonde vão. O Grito luta pelo pleno reconhecimento dos direitos das pessoas migrantes e pela Cidadania Universal: que todas tenham direito a uma vida digna aonde se encontrem.

O Grito se expressa em primeiro lugar mediante ao protagonismo dos excluídos/as, que sejam eles os que expressem de forma direta suas demandas, desenvolvendo suas formas de comunicação em marchas, assembleias, manifestações, uso da linguagem simbólica, uso da arte para animar as lutas, entre outras formas, assim mesmo mediante a pedagogia do exemplo mais que de nossas palavras, que sejam nossas ações, gestos e trabalho cotidiano exemplo de vida e compromisso revolucionário.

- Que papel joga a comunicação neste âmbito? Quais são as vantagens que contribui a comunicação alternativa (que é outro de seus tópicos de trabalho) para o aprofundamento da integração e do reconhecimento dos Direitos dos Migrantes?

Reconhece-se a influência da comunicação e da informação, porém estas se encontram em poucas mãos e desde há décadas sucede o mesmo: a informação e a comunicação são mediadas sempre pelas mesmas mãos.

Isto ameaça o direito à informação e à liberdade de expressão, e consideramos que é necessário democratizar a informação, já que esta é absolutamente necessária para a democracia dos meios.

É necessário que a palavra individual tenha valor, que tenha peso no conjunto da sociedade, e assim que a dignidade e a justiça possam ser verbalizadas e profundamente assumidas; que por meio desta democracia dos meios os migrantes possam ser visualizados, e não sejam somente vistos nas páginas policiais ou nas notícias de que foram deportados; que ocupem o lugar que lhes corresponde como integrantes da sociedade.

- Poderia dar algum exemplo de comunicação alternativa? Em que se diferencia da comunicação tradicional?

A criação de instrumentos de controle social sobre os sistemas de comunicação tanto públicos como privados, a democratização dos meios de comunicação, ou a arte como intermediária na comunicação, por exemplo.

- Que componentes entendem como fatores do “bom viver”, um de seus temas chave?

Necessitamos encontrar novas formas de produzir e reproduzir



• O grito dos excluídos na Bolívia

nossa vida social, novas formas de relacionamento com a vida. Nesse sentido cobram transcendência propostas como “O Bom Viver” que os povos originários de Abya Yala nos propõem como saída frente ao dilema histórico no qual nos encontramos, como assegurar um nível de vida digno para todas e todos, respeitando profundamente a vida em suas distintas expressões.

- O Grito está composto por organizações de diversas índoles. Qual é o eixo que as articula? Que desafios supõe a variedade de interesses?

O Grito desenvolve alianças com outras redes, organizações e movimentos com os quais compartilha elementos programáticos e de ação.

Desta forma, O Grito forma parte de várias organizações entre as quais se encontram o Comitê do Foro Social Mundial, o Comitê Mesoamericano do Foro Mesoamericano e o Comitê Internacional do Foro Social Mundial das Migrações.

Apoiam-se as agências e plataformas de outras redes de

caráter continental com as quais se compartilham objetivos e plataformas programáticas. Também forma parte do Diálogo dos Povos da África e da América Latina.

- Coincidem as preocupações e reclamos de diversas organizações provenientes de distintos países do MERCOSUL? Detectam-se casos muito preocupantes em países específicos?

Coincidem plenamente, e isso se reflete nos distintos foros no nível do MERCOSUL e da América Latina e do Caribe, já que o tema migratório transversaliza a todos os temas, porém há países que realmente têm nisto uma realidade muito crua e preocupante.

- Poderia definir a inclusão social no nível nacional como também regional, desde a perspectiva dos Direitos dos Migrantes e a livre circulação das pessoas?

Como diz Ricardo Jiménez, isto só será possível como o é até agora: sobre o desenvolvimento de superiores níveis de consciência dos

povos e governos; do entendimento de que a cidadania não é graças a nenhum poder, autoridade ou lei, senão ao fato de existir a humanidade, e que a atual identificação dela com a nacionalidade não é mais que uma mostra da falta de humanidade própria desta época histórica de trânsito; que a cidadania é planetária, porque a humanidade o é, e a humanidade tem que avançar ao pleno reconhecimento desta verdade evidente.

- Neste contexto, quais são as responsabilidades que devem assumir os governos nacionais e os aportes que desde os governos locais podem se concretizar ao respeito?

Como já dissemos, o tema migratório transversaliza a todos os setores da sociedade e deve haver um compromisso tanto dos governos nacionais como dos locais, de encarar o tema com verdadeira responsabilidade; e dessa forma poder resolver da melhor maneira possível, e sobretudo considerar, que a migração é um direito humano.

www.gritodelosexcluidos.org

Comunicação para o encontro de culturas

Na atualidade não se questiona o poder dos meios de comunicação e as possibilidades de desenvolvimento que oferece o acesso e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação. Outros em Rede propõe fortalecer a comunicação intercultural, apoiando aos coletivos migrantes que necessitam difundir suas demandas, e potencializar a relação intercultural, reforçando vínculos com o resto da cidadania.

- Quais são os objetivos estratégicos desta iniciativa?

Este meio de comunicação surge no âmbito do desenvolvimento de um projeto de Extensão Universitária chamado “Outros em Rede. Produção, publicação e distribuição de conteúdos informativos para a comunicação intercultural entre distintos coletivos migrantes e entre estes e a sociedade em geral da Argentina”.

Foi concebido para produzir, publicar e distribuir conteúdos informativos relacionados às experiências e as problemáticas culturais, sociais, políticas e econômicas de distintos coletivos migrantes, com o fim de fortalecer vínculos interculturais entre estes e a sociedade em geral.

Além disso, Outros em Rede capacita em estratégias de comunicação e ferramentas de jornalismo para a abordagem de problemáticas comunitárias, promoção de direitos e difusão de informação de interesse em relação à migração.

- Quais foram as necessidades que motivaram a criação do projeto?

Em sucessivos projetos de pesquisa do Centro de Estudos Aplicados em Migrações, Comunicação e Relações Interculturais da Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata (CE-AMCRI) realizamos diagnósticos acerca da diversidade sociocultural no âmbito da educação, a visibilidade/invisibilidade dos migrantes, e de maneira geral as relações interculturais em situação de migração na Argentina. Neste sentido, se manifestaram necessidades de promoção de direitos associados ao desenvolvimento de capacidades e expressão comunicativa em contextos específicos (trabalhistas, sociais, institucionais). No discurso público, os migrantes são representados em relação a problemas sociais e em situações específicas de vitimização. Com respeito às relações interculturais, aparece a centralidade da comunicação nesses contextos, sendo que o desconhecimento, **a generalização e o sobredimensionamento das diferenças, intervêm na produção de assimetrias e nas possibilidades de inserção e inteiração equitativa dos migrantes.**



• Oficina *Outros em Rede*

“**Outros em Rede. Jornalismo para uma comunicação intercultural**” é um meio de comunicação social e um coletivo de consenso de experiências, formação e capacitação que canaliza iniciativas de ordem acadêmica em articulação com agentes individuais e institucionais, associações e organizações locais e de origem migrante, comprometidos em contribuir para uma inserção mais equitativa e dar visibilidade à realidade migratória, sendo conduzido por um grupo de voluntários especialmente capacitados para formar seu Centro de Produção de Informação.

Adriana Archenti

Antropóloga. Diretora Geral de Outros em Rede. Professora Titular e Pesquisadora da Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Diretora do Centro de Estudos Aplicados em Migrações, Comunicação e Relações Interculturais da Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata (CEAMCRI).

Gabriel Morales

Bacharel e Professor em Comunicação Social. Diretor Executivo de Outros em Rede. Docente da Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata e Pesquisador do CEAMCRI.

- Existem outros empreendimentos na região que abordem a interculturalidade?

Outras iniciativas universitárias apontam à capacitação de migrantes em aspectos relativos à gestão de documentação e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. Não registramos projetos locais que articulem a pesquisa e a extensão acadêmicas relacionadas à interculturalidade, a produção informativa que incorpore aos migrantes como agentes ativos da visibilização de suas experiências, nem a criação de um espaço de troca e promoção de capacidades comunicacionais.

- A que tipo de atores chegam?

Enquanto à comunicação, os destinatários são os migrantes, associações de imigrantes, centros de estudos, organizações governamentais e não-governamentais e a população em geral. Com respeito à formação e a capacitação, os destinatários são os migrantes e interessados no tema.

- Vocês organizaram instâncias para incidir em atores sociais tomadores de decisão?

Nossa organização debate políticas migratórias e colabora com recursos humanos especializados em imprensa. Participamos do Segundo e do Terceiro Foro de Migrações e Direitos Cidadãos, em 2008 e 2010, junto a associações de imigrantes e representação estatal dos países do MERCOSUL. Participamos em instâncias de diálogo interinstitucional no nível local, colaborando com associações de imigrantes.

- Quais são as principais inquietações dos coletivos migrantes na Argentina?

A regularização da situação migratória, o exercício dos direitos cidadãos através do voto, o acesso a recursos educativos e materiais -trabalho, habitação, etc-, de desigualdade ante a Justiça, de discriminação em diversos espaços. A necessidade de criar meios próprios de expressão e difusão. Assim mesmo, as dificuldades nas relações interpessoais, particularmente em transações e negociações pelo uso de parâmetros culturais diversos.

- Quais têm sido suas principais reivindicações no MERCOSUL?

Consolidar instâncias institucionais de representação da população migrante e promoção de relações interinstitucionais; desenvolver mediações efetivas entre a formulação de políticas e planos de integração no nível superestrutural e a experiência concreta dos migrantes; manter uma perspectiva intercultural no uso da informação nos meios; promoção efetiva de direitos políticos, sociais, trabalhistas, culturais, das populações em situação de migração.

- Consideram que mudou a percepção cultural para os migrantes?

A percepção sobre os migrantes -em particular sobre os latino-americanos- mudou em relação à década dos anos 90, na qual apareciam associados a problemáticas de competição por fontes de trabalho e acesso a

serviços, irregularidade documentária e delinquência. Entretanto, estas percepções não desapareceram da representação pública, já que subsistem situações de desigualdade que se enquadram estes fenômenos, e nos discursos atuais detectamos uma orientação para a correção política que não condiz com as experiências cotidianas.

- Que papel exerce a comunicação para uma maior inclusão social dos migrantes?

A comunicação é uma necessidade fundamental na sociedade contemporânea, caracterizada pela crescente circulação de fluxos migratórios no nível global em situações de assimetria. Manifestações e mobilizações públicas de comunidades migrantes na Argentina frente a problemas de habitação, trabalho, discriminação, colocaram em evidência situações normalmente invisibilizadas na agenda pública. Ao mesmo tempo em que demonstram a necessidade, por parte dos migrantes, de manifestar e reivindicar direitos de cidadania, estabelecendo vínculos comunicativos com a sociedade em geral. **Os meios de comunicação se apresentam como um âmbito propício para difundir experiências e problemas que surgem no contexto migratório, vincular ativamente a distintas comunidades migrantes e potencializar as relações interculturais.**

- E o desenvolvimento de empreendimentos comunicacionais no aprofundamento do processo da interculturalidade?

Um projeto como Outros em Rede, que é criado a partir da extensão universitária, constitui uma inovação no âmbito acadêmico e implica uma abertura desde a sociedade em geral para as comunidades migrantes e suas instituições. Ao mesmo tempo em que fomenta e compromete a participação destas comunidades na produção de conteúdos, não só como "objeto" de informação senão como redatores. Qualquer empreendimento comunicacional pode aprofundar a integração entre grupos culturais diversos na medida em que se mantenha em uma perspectiva intercultural, ou seja, que promova o diálogo em termos de simetria e problematize as desigualdades. Interculturalidade não implica o mero reconhecimento e registro das diferenças a modo de mapeamento e de uma disposição voluntarista de respeito mútuo.

- Em relação a comunicação, como se poderia favorecer uma maior participação das populações migrantes na América do Sul?

Há duas questões relevantes: a democratização do acesso à informação e à produção informativa. A participação como consumidores está vinculada ao acesso à informação e aos bens culturais, os quais nos remetem ao mercado das telecomunicações e da indústria cultural. A desigualdade no acesso à produção informativa é um problema associado às normativas para o setor mediático -com frequência favoráveis aos grandes grupos de capital-, e à falta de recursos econômicos, formativos, organizacionais para a produção própria. Na Argentina algumas destas problemáticas são abordadas a partir de uma nova normativa, que ainda não entra em vigência pela resistência dos grupos econômicos vinculados aos meios de comunicação.

DECLARAÇÃO FINAL

II Cúpula de Migrantes na XI Cúpula Social do MERCOSUL

Nós, os movimentos sociais dos migrantes, reunidos nesta II Cúpula de Migrantes no âmbito da XI Cúpula Social do MERCOSUL em Assunção, Paraguai, ao mesmo tempo cumprimentamos uma vez mais, a participação ativa neste importante espaço de diálogo e reconhecemos o crescente protagonismo dos migrantes e os esforços para participar deste encontro; diante dos persistentes episódios dos mais diversos modos de falta de respeito em relação aos migrantes nos países da América do Sul, apesar de certos avanços notáveis nas políticas migratórias de alguns deles, temos o compromisso de dar a voz às demandas de respeito, em particular para nós, os migrantes, porque toda discriminação impacta negativamente em toda a sociedade.

De modo que, para que avancemos nos acordos para a humanização das políticas migratórias no MERCOSUL, a seguir algumas das propostas consensuadas nesta II Cúpula de Migrante:

Reafirmamos a importância da Convenção das Nações Unidas para a proteção de todos os trabalhadores migratórios e de suas famílias, reconhecendo que nós, os migrantes, temos demandas específicas. Afirmamos a necessidade de ratificação de todos os países partes e associados, assim como sua efetiva implementação daqueles que a ratificaram.

Reiteramos a proposta de criação de um conselho de políticas migratórias e integração dos povos como instância política e decisória, com a participação dos migrantes. Consideramos necessária a implementação de assessoramento legal aos migrantes, com enfoque no MERCOSUL.

Ressaltamos que resulta inaceitável que nós os migrantes, sejamos chamados de estrangeiros como muitos Estados persistem em nos denominar. Até agora, só se refere ao migrante para as políticas de controle migratório, não como cidadãos. É imperativo que se construam políticas públicas com e para os migrantes, que contemplem a integração sócio-econômica, cultural e política, incluindo o direito ao voto dos migrantes e de serem eleitos, como garantia dos direitos fundamentais de todos os seres humanos, reconhecidos nos Tratados Internacionais e legitimados nas Constituições Nacionais dos Estados.

Enfatizamos a necessidade de fortalecer e impulsionar a participação ativa e a organização das mulheres no processo de construção e luta pelos direitos dos migrantes.

Salientamos a importância da existência de leis que contemplem os direitos fundamentais de todos os migrantes. Pois, o importante é o efetivo cumprimento, não só as declarações. Os Estados devem ser capazes de cumprir com os compromissos assumidos e transcender o mero discurso e a redação de leis.

Ressaltamos a necessidade de desburocratizar os trâmites dos documentos dos migrantes de todos os países do MERCOSUL e associados, enfatizando que para os que já possuem a residência provisória, como é o caso de aproximadamente 43 mil migrantes beneficiados pela anistia concedida pelo governo brasileiro, se facilitem os requisitos para sua residência permanente.

Reafirmamos a urgência de maior apoio dos países de origem dos migrantes, através de suas representações consulares, que devem conhecer e se ocupar das reais demandas de sua população migrante.

Comprometemo-nos a organizar regionalmente a criação da articulação sul-americana de migrantes a ser constituída na III Cúpula de Migrantes no âmbito da XII Cúpula Social do MERCOSUL que se realizará no Uruguai.

Finalmente, fazemos ênfase sobre a necessidade da construção de políticas de integração, que incluam ações prioritárias na área de educação, saúde e trabalho. Uma integração regional só será viável na medida em que os migrantes não se sintam estrangeiros; e pareçam estrangeiros para os nacionais dos países receptores.

Pela integração de nossos povos, pela livre circulação das pessoas, pela cidadania regional com um documento único, e por um MERCOSUL livre de xenofobia, racismo e discriminação.

Assunção, 29 de junho de 2011.

Soberania e Segurança Alimentar: desafio regional e mundial

A soberania alimentar se refere à capacidade dos povos de se autoproduzir os alimentos suficientes para sua alimentação. Unido a este conceito, o de segurança alimentar é entendido como a possibilidade de acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos, que permitam ter uma vida sadia e ativa. A relevância de alcançar a soberania e segurança alimentar na América Latina é indiscutida, através desta entrevista Paula Marcozzi nos introduz em um projeto Argentino, que conseguiu desenvolver uma exitosa rede de técnicos, voluntários e agricultores em 85% dos municípios do país. E que conseguiu se expandir internacionalmente como um exemplo de inclusão.

- O programa já tem 21 anos, como foram evoluindo as prioridades e os objetivos ao longo do tempo?

O Programa Prohuerta, no nível nacional, cumpre hoje 3 de agosto 21 anos. Mas em nossa zona começamos a trabalhar em setembro de 1995.

Seu objetivo é melhorar a segurança e a soberania alimentar, e favorecer a participação e a organização dos setores vulneráveis da população. **Como parte do trabalho interinstitucional e interdisciplinar se desenvolvem ações com instituições e organizações que compartilham os objetivos da segurança alimentar, da educação, da promoção da autoprodução de alimentos, do**

consumo de alimentos saudáveis e do manejo sustentável dos recursos naturais.

Nos primeiros anos, o eixo era na autoprodução de alimentos em pequena escala, e com o transcurso do tempo foram se desenvolvendo novas ações e vínculos para fortalecer capacidades e consolidar a rede sócio-institucional, com vistas no desenvolvimento territorial e com uma maior abertura para toda a comunidade; oferecendo acompanhamento também a processos produtivos com excedentes (não só para consumo familiar) e com um enfoque dentro da Economia Social.

O papel do Promotor é fundamental para o Programa e tem

sido desde seu começo e continua sendo uma prioridade fortalecer esse vínculo. Realizam tarefas de promoção do Programa na comunidade, acompanham ao técnico na organização, planificação e gestão institucional do ProHuerta; são o nexo com as Instituições com as quais se articula o trabalho. Participam de encontros realizados para fortalecer suas atividades em terreno. Transmitem as demandas de capacitação dos produtores e/ou outras necessidades locais. Isto em termos gerais, depois com cada comunidade ou Instituição se geram Projetos especiais com objetivos específicos.

- Como fomenta este programa a inclusão social na Argentina?

Através das hortas não só se produzem alimentos frescos e saudáveis, senão que se consegue melhorar a autoestima, recuperar o valor ao trabalho, melhorar o vínculo com pares, estabelecer redes de troca, etc.

A concretização de espaços de troca-capacitação e atualização, como são os encontros de produtores e promotores, as redes de troca (Ex. Rede de educação.), as feiras, etc., permitem que as pessoas se sintam parte de uma sociedade, mesmo que estejam excluídos do sistema trabalhista.



• Trabalhando na horta com crianças de escola

O acompanhamento do trabalho de hortas nas Unidades Penitenciárias também colabora com a inclusão social. Utiliza-se a horta agroecológica e os diferentes componentes produtivos que se promovem desde o programa, com os seguintes objetivos: possibilitar a obtenção de capacitação como ferramenta que colabore na reinserção da pessoa ao ter acesso a sua liberdade; favorecer o desenvolvimento de atividades ao ar livre, que colaborem para melhorar a qualidade de vida do interno na penitenciária; colaborar com alimentos para melhorar a dieta.

- As hortas já realizadas conseguem ter continuidade? O programa maneja etapas subsequentes para a realização da horta?

Na sua maioria sim, não posso dar dados precisos já que não se consegue monitorar 100% das hortas, mas através do registro na base de dados e das consultas recebidas estimamos que sim.

Trabalhamos diferentes componentes que poderíamos chamar anexos que muitas vezes se dão em etapas, porém não necessariamente. Por exemplo, inicia-se com o desenvolvimento da horta, vai se melhorando a biodiversidade através da incorporação de espécies aromáticas, frutíferas, granja, etc. Tudo isto se propõe como um processo dinâmico. Não o propomos em etapas, não se culmina uma para dar lugar à outra, senão que existe uma inter-relação permanente. Alguns com o tempo conseguem melhorar a produção e obter excedentes e isto em alguns casos permite outros processos produtivos como, por exemplo, a realização de conservas; ou a venda de excedentes em circuitos da economia social: feiras, vendas porta a porta, etc.

- O projeto tem sido copiado em outros países da América Latina?

Sim, está sendo desenvolvido no Haiti, e com outros países tem se colaborado.

- Sendo um programa governamental. Como se articula o trabalho com organizações da sociedade civil local?

Em alguns casos se estabelecem convênios de trabalho, em outros simplesmente se planificam ações conjuntas. Colabora-se na apresentação de Projetos a outros Organismos. Existe uma forte articulação com a área educativa.

- Que tipos de apoios deveria dar um município para a instalação deste programa em novas regiões?

Embora o Município seja um ator fundamental nos processos de desenvolvimento, não é uma condição excludente para levar adiante ações em uma comunidade. Em alguns casos se envolvem mais e em outros menos. Em nossa zona, por exemplo, temos tentado sem êxito conseguir benefícios fiscais pelo uso produtivo de espaços ociosos.

Políticas Públicas de acessibilidade universal

A Rede Especial Uruguiaia reuni esforços com organizações sociais de toda a região com o objetivo de visualizar as demandas das pessoas com deficiências e sensibilizar a população para fomentar a inclusão. O presidente de Redesuy alerta sobre a grave situação que se observa na América Latina, onde “80% das pessoas com deficiências não são visíveis pelas condições de pobreza e o desconhecimento de seus direitos.”

- Como definirias a inclusão social desde a perspectiva das pessoas com deficiências?

A inclusão consiste em possibilitar que todas as pessoas, em igualdade de condições, possam se desenvolver de forma plena, desde o exercício de seus direitos, passando pelo desfrute, podendo participar em todas as atividades como qualquer cidadão.

- Quais são as maiores necessidades que se detectam no nível regional, no MERCOSUL e na América Latina em geral, em relação aos direitos das pessoas com deficiências? E que contribui uma organização local como a Rede Especial Uruguiaia (Redesuy) ao trabalho regional?

Na América Latina e no mundo em geral, há um 10% de pessoas com deficiências em cada país, como mínimo. Se a isso lhe somamos o entorno familiar de

duas pessoas, a cifra se multiplica de maneira impressionante. **A grande dificuldade que se observa na América Latina, é que a deficiência está associada à pobreza. Uns 80% das pessoas com deficiências, não são visíveis pelas condições de pobreza e pelo desconhecimento de seus direitos.** Lamentavelmente, as políticas públicas apesar de estarem avançando, são insuficientes. Os que têm acesso a elas pertencem a um setor no qual se conta com um maior apoio familiar ou têm mais educação. O grosso das pessoas com deficiências, no Uruguai ou em qualquer país da América Latina, está totalmente excluído e discriminado, e não tem acesso a nenhum tipo de benefício.

Particularmente, a Redesuy está tentando gerar vínculos e alianças para fortalecer o movimento no nível do MERCOSUL, para poder aprender uns dos outros, ver a problemática e poder incidir na tomada de decisões e na concretização de políticas públicas enquanto às pessoas com deficiências. Muitas vezes sucede que no desenho destas políticas não trabalham pessoas com deficiências. Parece óbvio que o tema político tem que estar, porém seria ótimo encontrar, nos distintos países, pessoas com deficiências que possam responder a suas organizações e ter a responsabilidade ante seu coletivo de reivindicar direitos e promover a igualdade de oportunidades.

- No Uruguai, quais são as maiores demandas com respeito à inclusão social das pessoas com deficiências? E que compromisso e disponibilidade se manifesta sobre este ponto desde os âmbitos governamentais?



• Por uma educação que não tivemos / Fotografia de Francisco Flores / Chile

Desde a Redesuy trabalhamos muitíssimo em temas de acessibilidade, em todas as áreas e não somente desde o ponto de vista da acessibilidade ao meio físico que é muito importante. Já que como existe essa acessibilidade ao meio físico, também existem as barreiras impostas por uma cidade que não é amigável com pessoas que saem da média do ser perfeito (pessoas com deficiências, temporais ou não, mulheres grávidas, etc.), isso restringe a possibilidade de um desenvolvi-

mento pleno. A acessibilidade transversaliza todos os espaços e âmbitos (acesso aos cinemas, aos meios de comunicação, ao emprego, à saúde, à educação). Neste tema ainda falta muito caminho por recorrer e o primeiro, como em todas as ordens, é a pessoa. Muitas vezes se perde de vista que todas as pessoas somos únicas e diferentes, mais além de ter uma deficiência ou não. Pode se pensar que fazendo uma rampa se soluciona o problema de todas as pessoas com deficiências. En-



A **Rede Especial Uruguia** (Redesuy) tem como missão promover os Direitos Humanos das pessoas com deficiência física, fomentar a acessibilidade sem barreiras e o Desenho Universal em todas as áreas. É uma organização social sem fins de lucro criada no ano 2000, no nível regional forma parte da Rede Especial Ibero-Americana.

Humberto De Marco exerce a presidência da Redesuy, ele é uma pessoa cega. É consultor em desenvolvimento organizacional, especialista em gestão de qualidade, em recursos humanos para sistemas de gestão, manager em relações públicas e Diretor da oficina cultural "Sin So Ciego" de Montevideu.

www.redesuy.org - redesuy@adinet.com.uy

tretanto, o tema é muito mais complexo. Cada pessoa com deficiência tem sua particularidade. Apesar de não se poder fazer uma coisa pensando nas particularidades de cada um, há ações que podem se realizar no nível coletivo enquanto a planificação e o desenho. Em Montevideu, tem que ser prático e analítico, sabemos que não há muitos recursos. Mas tem coisas que podem melhorar, favorecendo a cidadania em geral, como o referente ao conserto das calçadas. O lixo também é outro tema que está vinculado à acessibilidade. Acredito que isto passa por um tema de consciência. Muitas das dificuldades são muito fáceis de solucionar no nível prático.

Com respeito à disposição desde os âmbitos governamentais, às vezes tem. Em toda a América Latina existem leis, mas na maior parte dos casos não se cumprem. Daí parte tudo. Um espanhol me perguntava, quando se aprovou a lei de deficiência, de onde iam sair os recursos. A lei anterior a esta foi aprovada e esteve 20 anos sem ser cumprida. Os próprios organismos estatais que estão tratando de implementar este tema, experimentam a problemática de ter que negociar com o Ministério da Economia, com o Banco de Previdência Social e Saúde Pública. É então que começa há passar o tempo e as pessoas com deficiências seguem sem poder exercer e desfrutar de seus direitos. **Lamentavelmente, a deficiência não tem lobby, não há um grupo de pressão importante para as pessoas com deficiências.** Tudo parece conspirar contra a reivindicação dos direitos.

- De que trata a Lei que recém mencionaste?

É a Lei 18.651 e se chama Lei de Proteção Integral de Pessoas com Deficiências. Aprovou-se em 9 de março de 2010 e entrou em vigência. Mas já passou um ano e, como dizia, a anterior, 16.095, esteve 20 anos, desde 1989, sem ser regulamentada. Nesta lei aparecem melhorias enquanto a exonerações para empresas que empregam a pessoas com deficiência, mas ao não se regulamentar isso não funciona.

- Como presidente de uma organização da sociedade civil, que relevância tem trabalhar esta temática com distintos âmbitos como podem ser os governos locais, nacionais e a academia? E que laços consideras prioritários aprofundar?

Parece-nos chave gerar alianças com organizações de deficientes, porém nossa aposta está dirigida em buscar fora das organizações que se ocupam deste tema. Porque quem está nesta área conhece a realidade, e o que procuramos é educar e gerar alianças com outras organizações da sociedade civil e com todo tipo de fundações e organizações, sejam públicas ou privadas, para que vejam o potencial das pessoas com deficiências e se rompa com o esquema mental do “pobrezinho”. Tem infinidade de exemplos nos quais sim se dão as possibilidades e se equiparam as carências que uma pessoa com deficiências físicas tem, se retiram as barreiras enquanto ao desenvolvimento pessoal e profissional. Apostamos no trabalho em rede para avançar mais rápido nestes assuntos.

- Que papel tem a educação nisto?

É chave. A parte fundamental está na escola (primária) e no liceu (secundária). O universitário também é importante, mas nesses níveis anteriores é prioritário o tema da educação especial. No Japão, a não inserção de crianças e jovens com deficiências nas escolas e liceus não chega a um 1%. Ou seja, 99% têm acesso à educação primária e secundária. No Uruguai, não sei se tem cifras, mas tenho certeza de que as pessoas com deficiências que ingressam no sistema de ensino são aquelas que contam com um apoio em seu grupo familiar. Temo que a grande maioria esta fora, com a crença por parte da família de que essa criança ou jovem não tem um potencial. No interior do Uruguai, pude ver esta situação em muitos casos. Tem pessoas que se mudaram para Montevideu justamente por essa concepção que existe no interior. Por isso, o interior do país é um foco de trabalho para nós. Montevideu tem sua problemática, mas o interior muito mais. Procuramos poder chegar aos distintos lugares do país com a mensagem de que a pessoa com deficiência tem um bom potencial, que há que propiciar para que se desenvolva plenamente.

- Poderia destacar alguma iniciativa encabeçada pela Redesuy e particularmente sobre as colaborações que oferece o trabalho interdisciplinar nestes empreendimentos.

Contamos com uma sede que está inserta em um bairro e não no centro de Montevideu, porque nos parece chave a rede comunitária. Está num entorno no qual tem pessoas de distintos setores sociais, tem um assentamento a poucas quadras. Ali vamos criar o Centro Nacional de Serviços Inclusivos, através do qual pensamos desenvolver projetos com a região, mas sobretudo com o interior do país e com Montevideu. Acabamos de ganhar um prêmio do Centro de Acesso à Sociedade da Informação (CASI) da ANTEL, graças ao qual vamos contar com uma sala de última tecnologia em informática. Vamos trabalhar na inserção trabalhista, diversão e recreação de pessoas com deficiências. Também queremos aproveitar as possibilidades do trabalho à distância que nos dá a internet (cursos à distância, conferências à distância, etc.). Dentro da Redesuy tem integrantes que dirigem outras organizações do interior (Rivera, Paysandú, Salto, Canelones e Maldonado). No nível nacional nos interessa seguir ampliando o trabalho em rede com outras organizações. A acessibilidade é muito pobre e é pior em âmbitos rurais, por isso nossa aposta é tratar de fortalecer a outras instituições fazendo uso de nossa experiência e trabalhar de forma conjunta.

Temos avançado muito nos últimos 2 anos, e temos gerado alianças com outras organizações do exterior. Ainda que não pareça, resulta mais fácil gerar alianças para fora. É muito difícil somar na interna. Para toda organização é complicado este tema e também o é para as organizações que se ocupam dos deficientes. Tem muitas pessoas capazes no Uruguai, porém muitas vezes ficam na teoria e nos gostaria que essas pessoas pudessem pôr suas mãos e pés no barro.

Experiências de inclusão social nas “mercocidades”

▶ CIDADE: La Victória de Lima / Perú

PROJETO: Fortalecimento de Capacidades Trabalhistas de Adolescentes e Jovens em risco social.

OBJETIVO: Contribuir para melhorar a qualidade de vida dos jovens de 16 a 24 anos de extrema pobreza do Distrito de La Victória de Lima.

DESCRIÇÃO: Promove a inserção trabalhista de pessoas residentes no distrito a partir dos 16 anos, em empregos formais, gozando de todos os benefícios que dá a lei. Através deste programa foram recrutadas 269 pessoas, 57 delas ingressaram ao mercado de trabalho. Também se realizam Oficinas de Capacitação sobre elaboração do Curriculum Vitae e da Apresentação Adequada durante uma Entrevista de Trabalho, as quais beneficiaram a 93 jovens do projeto em seu processo de inserção ao mercado trabalhista.

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: Jovens residentes de La Victória de 16 a 24 anos em situação de pobreza.

▶ CIDADE: Limpio / Paraguai

PROJETO: Escola Segura Comunidade Segura

OBJETIVO: Promover a elaboração de políticas públicas locais para a prevenção da violência desde o âmbito local municipal.

DESCRIÇÃO: Modelo de prevenção à violência que se trabalha com as instituições educativas do distrito, envolvendo a toda a comunidade educativa (sociedade civil, autoridades locais, alunos, docentes e pais de famílias). O projeto contempla três componentes:

- a)** Componente Educativo: Neste âmbito se trabalha com os docentes, pais, e alunos no diagnóstico institucional, em situações que levam à violência seja esta de infraestrutura, equipamento, agressão verbal e/ou física. Forma-se aos atores na prevenção e se forma uma equipe de prevenção e reação contra a violência dentro de cada Instituição Educativa.
- b)** Componente Comunal: As Comissões Vicinais junto com a municipalidade trabalham em equipe para a elaboração de um plano de prevenção e reação, o qual é incorporado dentro das políticas do governo local, impulsionando a execução do Plano.
- c)** Observatório da violência: Com as instituições envolvidas se trabalha na recopilação de dados através do registro de casos, este observatório se administra desde a Municipalidade a partir do Governo Local.

Atualmente, se trabalha com 14 instituições educativas, o projeto começou a ser implementado em 2010.

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: Meninos/as, Jovens das Instituições envolvidas.

▶ CIUDAD: Montevidéo / Uruguai

PROJETO: Casa da Cultura Afro-uruguia

OBJETIVO: Contribuir para a coesão social, para a diminuição da brecha cultural e incidir nos níveis de discriminação racial. Especificamente, propõe-se promover um maior conhecimento dos valores, costumes, raízes e história da cultura afrodescendente e como esta contribuiu na sociedade uruguia.

DESCRIÇÃO: A partir da doação de um imóvel com valor histórico patrimonial de parte da Prefeitura de Montevidéo, se constituirá a sede da Casa da Cultura Afro-uruguia. Esta se assenta em dois pilares fundamentais:

O Conselho Assessor da Casa, integrado por diversas organizações, grupos e ativistas afrodescendentes. É um órgão de caráter voluntário, e constitui um espaço privilegiado para a participação dos afrodescendentes e para a construção coletiva da Casa.

A Associação de Amigos da Casa, pessoa jurídica constituída em novembro de 2010, é a responsável da gestão econômica, financeira e programática da mesma.

As Áreas de Trabalho definidas pela Associação para o desenvolvimento da Casa são:

1. Agenda Cultural, Gestão e Comunicação;
2. Recuperação, Pesquisa e Divulgação da Cultura Afro-uruguia com seus 3 componentes: Afro arquivo, Biblioteca, Videoteca;
3. Formação e Desenvolvimento Social;
4. Relações Internacionais e Cooperação;
5. Carnaval;
6. Seguimento da construção, manutenção e equipamento.

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: A sociedade em seu conjunto, e particularmente o coletivo afrodescendente.

▶ CIDADE: Vargas - Venezuela

PROJETO: Conselhos do Poder Comunal Municipal Socialista

OBJETIVO: Aproximar a gestão municipal às comunidades e fazê-los partícipes das políticas públicas.

DESCRIÇÃO: Pretende-se articular através destes espaços de participação e de inclusão, o andamento de projetos através de diferentes áreas: infraestrutura e serviços (saneamento ambiental e reordenamento do transporte terrestre de passageiros), desenvolvimento social e produtivo endógeno (proteção social e atendimento primário da saúde, massificação esportiva e recreativa, promoção das atividades culturais e turísticas, abastecimento dos mercados municipais), Segurança cidadã, proteção e organização comunitária (fortalecimento do serviço de segurança cidadã, promoção, difusão, proteção e garantia de direitos e deveres dos meninos, meninas e adolescentes).

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: Conselhos comunais, mesas técnicas de energia, água, saúde, comitês de terra urbana, movimentos sociais, comitês de risco, conselho de trabalhadoras e trabalhadores, comunidades pesqueiras, e outras organizações comunitárias.

► **CIDADE: Bahía Blanca / Argentina**

PROJETO: Escola Municipal de capacitação trabalhista “San Roque”.

OBJETIVO: Reconstruir a rede social a partir do emprego e da capacitação, para recuperar habilidades e ofícios que se reconhecem necessários para as necessidades do mercado trabalhista atual e que se constituem em oportunidades trabalhistas por parte do público-objetivo deste empreendimento. Melhorar as condições de empregabilidade dos jovens que participam, formar em ofícios, e alfabetizar tecnológica.

DESCRIÇÃO: Concebido como um espaço de construção cidadã, a escola em sua constante busca de construir ferramentas em torno à inclusão trabalhista dos beneficiários, oferece cursos que qualificam seus destinatários em aspectos indispensáveis para ocupar vagas de trabalho de qualidade. Este empreendimento se associa com instituições da sociedade civil e com empresas do setor privado. Atualmente, entre outros projetos, se desenvolve: a Oficina de Orientação Sócio-produtiva (destina a facilitar o contato entre empregadores, com demanda de trabalhadores qualificados e alunos da escola), e o Centro de Produção (proposta de treinamento trabalhista para favorecer a inserção no mercado de trabalho).

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: Jovens.

► **CIDADE: Diadema / Brasil**

PROJETO: Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários.

OBJETIVO: Fortalecer o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades e segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, promovendo a economia popular e solidária, e auxiliando aos negócios existentes no aumento dos lucros e resultados.

DESCRIÇÃO: Iniciativa da Prefeitura de Diadema, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, para estimular e apoiar empreendimentos populares e solidários, como cooperativas, associações e entidades que desejem realizar um projeto econômico coletivo e necessitem de orientação. Os empreendimentos, selecionados por meio de um chamado público, recebem orientação e apoio técnico para a elaboração de estudos de viabilidade, criação de um plano de negócios, e assessoria para a gestão de seu projeto.

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: 32.000 empreendimentos populares e solidários e 1.500 microempreendimentos individuais.

► CIDADE: La Paz / Bolívia

PROJETO: Educadores Urbanos “Cebras”

OBJETIVO: O propósito deste projeto consiste em transformar hábitos e costumes da cidadania frente ao “outro” e à cidade. Mantém-se nos pilares social e educativo. E através desses se busca que os primeiros capacitados sejam os jovens participantes ou beneficiários para manejar a Educação Cidadã.

DESCRIÇÃO: Nasce em 2001 com o objetivo de incluir a jovens em situação de rua como participantes de um projeto lúdico cidadão. Atualmente, participam desta iniciativa o Governo Municipal de La Paz, as fundações: Arcoíris, La Paz e Hogar Alalay.

Através deste projeto se beneficia aos jovens que vivem problemas como situação de rua, violência, disfunção familiar, aqueles que não contam com apoio para estudar, assim como também a mães solteiras.

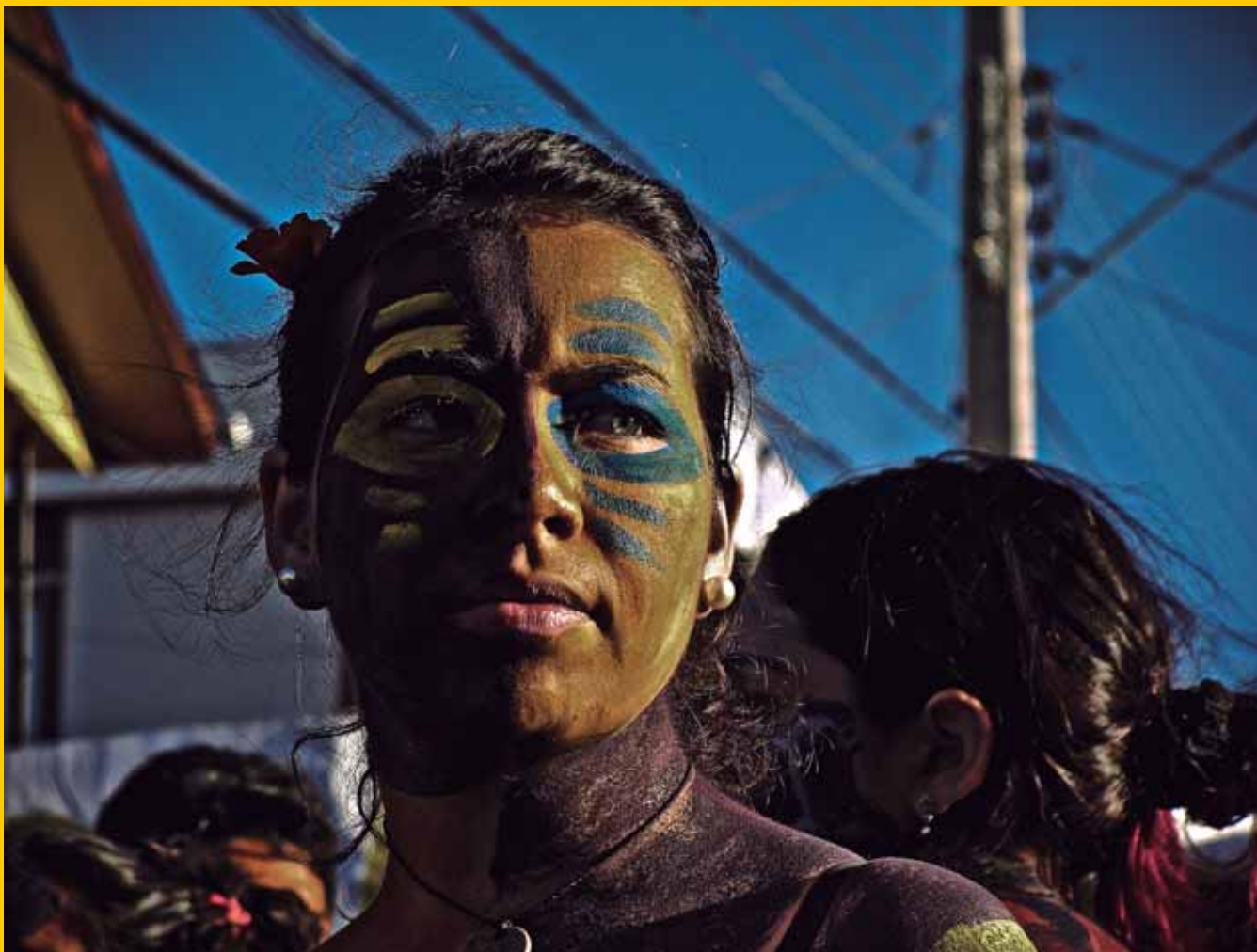
O programa procura que seus educadores sirvam de apoio ao jovem “cebra” para que este sinta compromisso com seu trabalho e aspire ter um projeto de vida.

Os jovens são capacitados em temas afins a Cultura Cidadã: Educação Viária, Educação Cidadã, Comunicação, Direitos Juvenis, Arte Cênica, Sexualidade, Relações Públicas, Dinâmicas, entre outras.

Sua capacitação é permanente, pois são jovens que saem às ruas e estão em constante contato com a cidadania, se procura fortalecer esse encontro com as pessoas e o manejo de situações e problemas que possam ser úteis em sua tarefa. Os jovens recebem um subsídio de 450 bolivianos por quatro horas de trabalho ao dia, escolhidas de acordo à necessidade dos jovens “cebras”. O primeiro alcançou beneficiar a 24 pessoas; em seu quinto ano este número se incrementou a 70, até chegar a 240 em 2011.

O particular desta gestão, é que por primeira vez os vizinhos de 3 macro-distritos (que designam orçamentos para obras a serem executadas em suas zonas), destinaram quantias para o pagamento de jovens “Cebras”. Isto significa que o projeto alcançou a valorização dos vizinhos que veem como necessária sua presença nas ruas.

POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA: Compreende uma população jovem, cuja idade oscila entre os 16 e os 22 anos. Uns 70 por cento dos jovens “cebras” são mulheres. Também há outros membros que ultrapassaram a idade estabelecida e se converteram com o passar dos anos em líderes guias de seus companheiros menores.



• Fotografia de Felipe Ignacio Bernal / Chile / As mobilizações de estudantes chilenos se caracterizaram por seu amplo espectro artístico, incluindo como já é tradição na cidade de Valparaíso, aos corpos pintados, artistas e modelos que saíram nas ruas para se manifestar por uma mudança na educação no Chile.

Conheça
nossa proposta



PROYECTO IN: INOVAÇÃO E COESÃO SOCIAL

Impulsionando o protagonismo local na inclusão social regional

Próximo a seu terceiro ano de vida, este empreendimento liderado por Mercocidades e coordenado por sua Secretaria Técnica Permanente, é o resultado do forte compromisso, não só de Montevideu, na qualidade de governo local coordenador, senão que também de muitas outras cidades que ofereceram seus recursos humanos e espaços de trabalho para que em meados de 2011 já conte com 5 capacitações presenciais e virtuais, e 36 projetos de integração regional formulados. A maior riqueza de Inovação e Coesão Social é a contribuição das mais de 70 organizações da sociedade civil e governos locais do MERCOSUL que já se juntaram à proposta.

O objetivo deste artigo é aproximá-los aos êxitos desta iniciativa e convidá-los para se juntarem à proposta, visitando nossa web, tendo acesso a nossos produtos e se aproximando dos responsáveis dos projetos resultan-

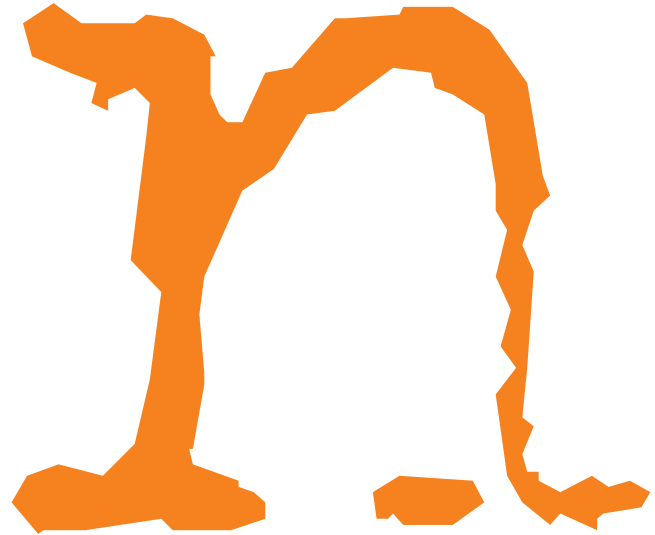
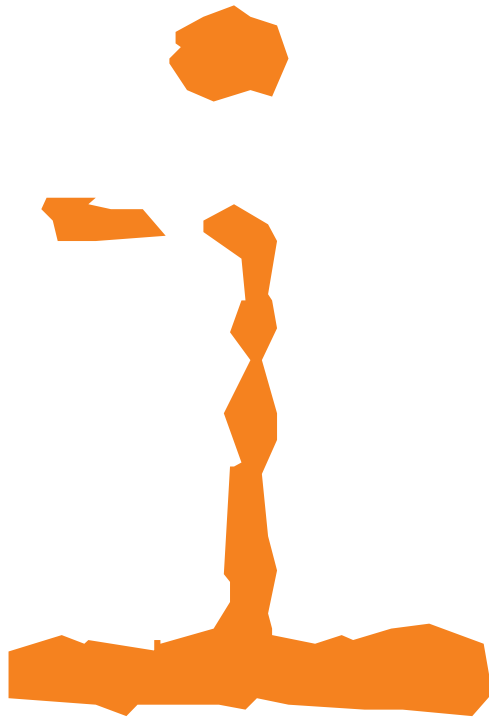
tes de IN, para estreitar seus vínculos com outras organizações e governos com realidades e inquietações muito similares as suas.

Esta iniciativa, protagonizada por Mercocidades, começou a funcionar em 2009 e nasceu inspirada nos objetivos preconizados por esta rede de governos locais, que já conta com 230 localidades provenientes de todo o bloco mercosulino, e deseja desde seu princípio um MERCOSUL integrado, cidadão, que contribua em sua dimensão humana, social, produtiva e cultural.

A grande variedade em matéria de capacidades e experiências na elaboração e implementação de projetos locais e regionais faz iniludível o apoio a quem o necessita e imperioso o assimilar das boas práticas realizadas em municípios e organizações sociais, é nosso desejo poder contribuir a estas demandas.

Como funciona?

Inovação e Coesão Social forma um espaço de aprendizagem entre governos locais e organizações da sociedade civil, destinado ao desenvolvimento de propostas regionais que priorizem a integração produtiva, a



cidadania regional e a inclusão social. Estas temáticas são transversalizadas por outros tópicos prioritários para a Rede: participação e equidade de gênero, cooperação público-privada e objetivos de desenvolvimento do milênio.

Duas vezes por ano, sob uma convocatória temática, se candidatam representantes de organizações da sociedade civil e governos locais da Rede, com uma proposta de projeto que ao longo de duas instâncias de capacitação e assessoramento (presencial e virtual), alcançam a formulação total de sua proposta, graças ao apoio de especialistas no desenvolvimento e implementação de projetos.

Ao finalizar esta instância de formação, os participantes contam com um projeto pronto para ser financiado, todas as propostas formuladas integram um Banco de Projetos, alojado no site web de IN, e desse total, durante a extensão deste empreendimento, se selecionarão 9 que serão assessorados através de um seguimento personalizado e específico, para conseguir financiamento, e 3 do total, serão total ou parcialmente financiados por Inovação e Coesão Social.

As quatro primeiras capacitações, correspondentes ao primeiro e segundo ano deste empreendimento, trataram da Integração Produtiva Regional e da Cidadania

Regional; as duas restantes vêm desenvolvendo a temática Inclusão Social.

Suas publicações

A ênfase nas temáticas recém mencionadas nos conduz à concretização de seis publicações que desejamos resultem úteis na hora de analisar estas temáticas sob a lupa regional, trata-se dos Diagnósticos Situacionais e das Revistas especializadas.

Os diagnósticos são realizados graças à colaboração de destacados profissionais, selecionados depois de uma convocatória pública, em base a seus conhecimentos e experiência nas temáticas que abordam. Cada diagnóstico é elaborado através de estudos de casos, entrevistas, análises de documentos, e uma série de recomendações com o fim de potencializar projetos conjuntos entre organizações sociais e governos locais das cidades da Rede.

A revista especializada "INforma", que com este número chega a sua terceira edição, forma uma importante ferramenta para a difusão da opinião e da experiência dos mais diversos protagonistas da integração no MERCOSUL.



• Participantes da quinta Capacitação Presencial em Assunção, Paraguai



• Mesas de trabalho e intercâmbio com os projetos selecionados por IN para sua incubação

Tanto os diagnósticos como as revistas, são incorporados ao corpo teórico das capacitações, e se distribuem gratuitamente de forma massiva com o fim de promover o debate, a reflexão e a difusão sobre estas temáticas entre os atores interessados.

Ponto de encontro

Uma das arestas mais destacadas de IN é o aspecto comunicativo, ante tantos atores sociais, propostas, conteúdos e convocatórias, resulta indispensável outorgar-lhe à comunicação um papel preponderante. Este empreendimento é divulgado como uma proposta liderada e dirigida às “Mercocidades”, e é nesse âmbito que pretendemos instituir esta iniciativa, como um ponto de encontro entre representantes de cidades, organizações sociais, acadêmicos da região, governantes locais e organismos de financiamento. Nosso objetivo é interconectar tanto aos participantes diretos, como a todos aqueles interessados na proposta, aproveitando seus recursos e produtos.

Atualmente, o espaço de difusão por excelência é sua página web, que entre suas ferramentas mais destacadas conta com **um Banco e uma Incubadora de Projetos, uma biblioteca virtual “CIBERTECA”**, com documentos e publicações vinculadas às prioridades temáticas de Inovação e Coesão Social, e o espaço Oportunidades, com informação destacada sobre organismos internacionais de financiamento e convocatórias regionais, nacionais e locais de fundos de cooperação.

Em matéria de comunicação, IN conta também com um vídeo institucional que anualmente se atualiza com o fim de apresentar os objetivos desta iniciativa, assim como também, informação concreta sobre as modalidades de participação e os avanços do projeto. Por último, este empreendimento também colocou em andamento uma plataforma virtual de capacitação, disponível para a Rede de Mercocidades, e um boletim eletrônico trimestral.

Seus sócios

Os escritórios da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades formam a sede deste empreendimento, desde onde se coordenam e administram todas suas atividades. Inovação e Coesão Social é praticamente financiada em sua totalidade pela União Europeia, em colaboração com a Prefeitura de Montevideu, que contribui com 10 por cento do total do orçamento.

Diversas organizações integram esta proposta, com um papel avaliador, a Fundação Tiau oferece seu conhecimento como espaço de pesquisa sobre as políticas públicas urbanas para o desenvolvimento de boas práticas. O Instituto de Altos Estudos da América Latina, através do Observatório das Mudanças na América Latina (IEAL-LOCAL), acompanha dando sua experiência em processos de descentralização e assistência técnica da gestão dos governos locais. E por último, Racine, como entidade especialista em assistência técnica de programas e projetos europeus e internacionais no campo da coesão social, nos oferece seus conhecimentos, contribuindo com os conceitos e os pontos fundamentais na hora de criar projetos.

A Incubadora e o Banco de Projetos: avanços y perspectivas

A Incubadora

A incubadora IN já é uma realidade, três projetos de Argentina, Bolívia e Brasil constituíram sua primeira etapa, e a partir de junho de 2011 três mais se somam a este espaço.

Esta incubadora dá a alguns dos projetos que finalizaram a capacitação, e que formam parte do Banco de Projetos, apoio e assessoramento, facilitando os recursos técnicos para o melhor desenvolvimento e o andamento dos mesmos, adequando as realidades dos projetos locais e a análise das capacidades de sustentabilidade técnica no tempo.

A Municipalidade de Neuquén, Argentina, com o projeto “Desenvolvimento turístico da cidade de Neuquén e Municípios da Região do Alto Valle de Rio Negro e Neuquén”, a ONG Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local (OSC) de El Alto, Bolívia com o projeto “Para a construção de políticas públicas consensuadas pelas mulheres jovens do país”, e a Prefeitura de Guarulhos, Brasil, com o projeto “Guarulhos semeando o futuro”, acompanhados pelos tutores de RACINE, LOCAL e a Coordenação de IN a cargo de Mercocidades, realizaram ajustes metodológicos a seus projetos, articulando com atores regionais, iniciando contatos com potenciais financiadores, participando em instâncias e encontros de visibilidade para seus projetos.

Assim mesmo, o financiamento previsto por IN para um dos três selecionados foi destinado ao projeto “Guarulhos semeando o futuro”. Cinquenta e cinco mil euros (55.000) serão executados a fim de fortalecer as capacidades institucionais dos atores envolvidos na promoção da agricultura urbana como política pública de luta contra a pobreza e a geração de renda; capacitar e acompanhar a mulheres chefes de família que trabalham neste setor para que comercializem produtos de boa qualidade.

Durante o primeiro processo de incubação, mereceu especial atenção a instância de reflexão coletiva sobre os três primeiros projetos participantes, que se produziu durante o Seminário Integração¹, instância na qual, participantes das capacitações IN realizadas até esse momento, (representantes de governos locais e organizações da sociedade civil do MERCOSUL), debateram, analisaram e colaboraram com experiências enriquecedoras para os projetos incubados.

Atualmente, a Incubadora iniciou sua segunda etapa, selecionando três novos projetos para sua assessoria técnica e guia para a busca de financiamento.

Durante esta segunda incubação, participam iniciativas nas quais a construção da cidadania regional foi o eixo transversal e prioritário em sua formulação, assim como também a perspectiva do gênero e da articulação entre atores governamentais e não-governamentais.

O Banco de Projetos

O Banco de Projetos é parte do propósito de Inovação e Coesão Social, de elaborar e implementar um programa comum de capitalização, de comunicação e de valorização de uma incubadora de projetos inovadores, assim como também da prioridade de gerar espaços que facilitem compartilhar e enriquecer experiências de gestão de projetos no âmbito da Rede de Mercocidades.

Trinta e seis projetos de governos locais e organizações da sociedade civil de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela já formam parte deste Banco.

•••••

1 O Seminário Integração foi uma atividade do Projeto IN em articulação com a XV Cúpula de Mercocidades (Belo Horizonte, Brasil, 2010), em sinergia com outros atores e em um contexto significativo para a realização de contatos e trocas com representantes locais e regionais e organismos de financiamento.

Projetos selecionados para a incubadora



Nome: Adriano Guerra

Instituição: Oficina de Imagem, Comunicação e Educação

Cidade: Belo Horizonte

País: Brasil

Capacitação: Terceira

Projeto: Comunic@Escola

E-mail: adriano@oficinadeimagens.org.br



Nome: Rodrigo Sanzana Vázquez

Instituição: Corporação Serviços para o Desenvolvimento dos Jovens SEDEJ

Cidade: Concepción, Região do Biobío

País: Chile

Capacitação: Quarta

Projeto: Construção da Cidadania e do Capital Social em Habitantes de Aldeias de Pescadores Caleta Tumbes, Comuna de Talcahuano

E-mail: rodrigosanzanav@sedej.cl



Nome: María Susana Piersanti

Instituição: Municipalidade de Assunção

Cidade: Assunção

País: Paraguai

Capacitação: Quarta

Projeto: Cidades Integrando-se Regionalmente para a Equidade de Gênero

E-mail: genero@mca.gov.py

Através do Banco de Projetos se transmite informação e conhecimento sobre as temáticas priorizadas por IN e pelos projetos, fortalecendo uma cultura da integração, promovendo o debate e a difusão entre os atores locais e regionais.

Alguns exemplos de projetos mostram esta significativa instância através da qual a Cidadania Regional, a Inclusão Social e a Integração Regional serão fortalecidas²:

> **“Projeto de ampliação do Ecobloco “Construindo Vida e Cidadania”**, da Prefeitura de Belo Horizonte, Brasil.

Segundo Helton Reis, seu responsável: *“Nosso projeto oferece oportunidades de trabalho e geração de ingressos para um segmento que sofre de uma das piores formas de exclusão, a população com trajetória de vida nas ruas...”* (...): *“a integração no MERCOSUL será alcançada através da provisão de sua metodologia e da tecnologia a todas as cidades do MERCOSUL que assim o desejem... Assim a proposta do Ecobloco pode ser aplicada a qualquer município que tenha uma estrutura para*

o processamento de resíduos de construção e onde hajam pessoas excluídas socialmente, proporcionando-lhes uma porta de entrada ao mundo do trabalho.”

> **“Arte e transformação social: fortalecimento e visibilidade de boas práticas”**, da Organização da Sociedade Civil de Montevideu, Uruguai, Fundação Saludarte.

Segundo sua responsável, Patricia Lepratti *“no Uruguai, se desenvolve no nível da sociedade civil experiências coletivas, que tentam através da criação, o resgate e a circulação de expressões culturais, o desenvolvimento integral do indivíduo, a integração de setores excluídos, a promoção da saúde, a democratização da formação artística e a educação não formal...”* “O projeto *“Arte e transformação social”*, contribui para o fortalecimento das organizações civis uruguaias dedicadas a arte e a cultura e a sua participação neste processo regional, criando espaços para o debate e estreitando os laços com outras organizações da região.” (...)

“... Desde o ano 2009 a Rede Latino-Americana de Arte e Transformação Social (RLATS) e a Articulação



• Um futuro assim não / Fotografia de Francisco Flores / Chile

Latino-Americana Cultura e Política (ALCP), realizam a campanha “Arte, cultura, comunicação e protagonismo social”, com o objetivo de regionalizar a política “Pontos de cultura”... a RULATS representa o nó uruguaio desta campanha que marca um ativo papel da Sociedade Civil na proposição de políticas sócio-culturais para o MERCOSUL...”

> **“Construção da cidadania regional para o fortalecimento da integração do Norte Argentino ao MERCOSUL”**, da Organização da Sociedade Civil de San Fernando de Catamarca, Argentina, Centro Nueva Tierra.

Segundo seu responsável, Luis Alberto Andraca, “... O projeto tem como finalidade contribuir para a integração do Noroeste Argentino ao MERCOSUL, através de processos concretos e multitorais para a construção da Cidadania Regional e o desenvolvimento de sistemas produtivos desde a Economia Social com equidade de gênero. Dentro dos objetivos específicos, o projeto se propõe desenvolver processos de formação para a construção e o reconhecimento da cidadania regional com igualdade de oportunidades; propiciar a construção de uma rede multitoral para a abordagem de temáticas de integração regional e políticas públicas; e em último termo, promover a projeção regional de sistemas produtivos integrais desde a economia social.

> **“Reciclarte”**, da Organização da Sociedade Civil de Maldonado, Uruguai, Resgatando Sorrisos.

“Procura-se que a mulher e sua família de poucos recursos sejam protagonistas nesta integração através da comercialização de seus produtos. Juntar-se a um sistema comercial baseado no diálogo, na transparência e no respeito, buscando a maior equidade no comércio regional...”

“Conseguir distribuir artigos reciclados para empreendedores, consumidores do meio local e regional, divulgando e aplicando os valores do comércio justo...”

Segundo sua responsável, Verónica Pérez “... foi muito valiosa a experiência e acredito que desde as mulheres houve mudanças reais e projeções de vida.” (...) “... esse projeto foi realizado e executado com parceiros da Economia Solidária... por ali seguimos construindo, desde a convocatória de novos empreendimentos...”.

Desde os projetos que formam parte da Incubadora e do Banco de Projetos, Inovação e Coesão Social mostra as significativas capacidades e compromissos dos governos locais e das organizações da sociedade civil da região MERCOSUL, colaborando na construção da integração regional através da formulação de projetos regionais.

Avançar na construção, ampliação e aprofundamento da cidadania regional e da inclusão social guiam estes processos, num trabalho coletivo que desde 1995 a Rede de Mercocidades encabeça, e que desde 2009 Inovação e Coesão Social, como um de seus principais projetos, enriquece.

As dificuldades da integração social europeia

“Comparar não é pensar”, escrevia o autor francês Queneau. Por isso, aqui não se tenta de nenhuma maneira comparar as experiências da União Europeia e do MERCOSUL na matéria da construção social regional, e muito menos ser uma como modelo da outra. Mas parece interessante se deter alguns instantes sobre o balanço diversificado da União Europeia nesse terreno.

Desde sua origem, a Comunidade Europeia reúne em seus Estados membros tradições sociais diversas. As ampliações sucessivas não melhoraram realmente este fato. Entre os 27 Estados da União, o nível de salário médio varia de 1 a 10, enquanto que o da faixa da pobreza se gradua de 1 a 5. Estas diferenças de nível têm mais incidência que as facilidades oferecidas pela liberdade de circulação dos trabalhadores e da livre prestação de serviços, já que estas semeiam o temor de um “dumping” social. As últimas cifras que maneja a União Europeia mostram uma taxa de desemprego de 9,4% sobre o total dos países membros, cifra que sobe a 20,3% entre os jovens menores de 25 anos.¹ Os resultados das eleições da maioria dos países membros mostram um aumento de partidos extremistas, xenófobos e eurófobos em sua maioria. Em fim, se bem a situação institucional evoluiu desde os “NÃO” franceses, holandeses e irlandeses ao referendo pela constituição Europeia, ficou postergada² a causa popular do processo da construção europeia, demasiado centralizada no econômico em detrimento do social.

Daí, a chegar ao fracasso da construção social europeia, estamos a um passo que não vamos a dar.

É verdade que a noção da Europa social permanece delicada de definir já que os Estados membros têm suas tradições diferentes na matéria. Enquanto esta estava relativamente ausente do Tratado de Roma -os Pais

fundadores acreditavam que o progresso social seria o fruto do progresso econômico gerado pela coordenação de um caminho comum-, a dimensão social do projeto europeu emergiu pouco a pouco em seus 30 últimos anos por motivo de evoluções socioeconômicas e da integração econômica e monetária crescente entre os Estados membros. Isto gerou uma importante bagagem comunitária, composta de mais de 200 textos que concernem principalmente à livre circulação de trabalhadores, ao direito de trabalhar, assim como à igualdade entre homens e mulheres e a luta contra todo tipo de discriminação.

Entretanto, desde há alguns anos, os progressos gerados na matéria social parecem se esgotar, como indicam as dificuldades na adoção de novas diretivas neste campo. Esta situação se explica tanto nos desacordos entre os Estados membros sobre o marco da Europa social, como nas dificuldades da ordem institucional³.

O Tratado de Roma só previu medidas exigentes na matéria da igualdade de gênero, e não propõe mais que uma conciliação entre os Estados membros em vista de melhorar as condições de trabalho, de segurança no trabalho ou de formação profissional. O primeiro programa social comunitário que data de 1974 se definiu baseado a tratados e acordos sucessivos até chegar ao tratado definitivo de Amsterdã (1997), que colocou ao emprego como uma questão de “interesse comunitário” e convidou, aos efeitos, aos Estados membros a coordenar suas ações nesta matéria. Esse tratado põe igualmente como objetivo a luta contra a exclusão social e todas as formas de discriminação, confirmada três anos depois em Lisboa (2000).

O apoio financeiro às ações e aos dispositivos colocados em andamento nos Estados membros manifesta essas prioridades, mas se mantém muito por debaixo dos orçamentos destinados à agricultura ou à economia.

É por isto que o FSE (Fundo Social Europeu), principal ferramenta de financiamento nesta matéria, é dotado de 75 bilhões de euros para o período 2007-2013, ou-

1 Revista trimestral sobre o emprego e a situação social na UE- verão 2011.

2 No dia 29 de maio de 2005 os franceses reprovaram por 54,67% o referendo pela constituição europeia. No primeiro de junho de 2005, os Países Baixos também reprovaram o tratado constitucional europeu por 61,60%. Os irlandeses reprovaram por 53, 4 % no referendo organizado no dia 12 de junho de 2008.

3 Relatório de informação em nome da Comissão de Assuntos Europeus: “Europa social, avaliações e perspectivas”, - Richard Yung - Revista do Senado - França - 2009.



• Mamãe na mobilidade / Fotografia de Pedro Vázquez Segovia / Bolívia

torgando 25% do orçamento às políticas de coesão. Sua eficácia na atualidade é bastante discutida.

Juridicamente, a União privilegia no âmbito social a utilização da diretiva acordada, que adere ao Estado membro enquanto aos objetivos a alcançar, mas lhe deixa à eleição a forma e os meios para implementá-los. Essas diretivas só fixam disposições mínimas e estão acompanhadas de cláusulas que não têm marcha atrás⁴. Hoje são utilizadas em diversos domínios sociais: no emprego (1997), na inclusão social (2000), nas aposentadorias (2001), nos cuidados da saúde, na modernização da proteção social (2002), assim como na educação e na formação (2002). Entretanto, é conveniente observar que, segundo os âmbitos, as linhas diretivas propostas aos Estados membros são mais ou menos exigentes. Às vezes alguns objetivos não estão sequer avaliados. Deste modo, os resultados deste método tendem a ser variáveis segundo os âmbitos nos quais foram aplicados.

Esta pluralidade de aplicações limita necessariamente toda harmonização social comunitária. É pouco provável, por exemplo, que possa resultar um dia em um sistema de proteção social na escala da União Europeia.

A proteção social é exclusiva dos Estados membros. Em matéria social, as atitudes da União Europeia se concentram principalmente sobre as questões vinculadas à integração econômica -a livre circulação de trabalhadores, por exemplo- ou a luta contra todos os tipos de discriminação.

Hoje em dia, a experiência permite aos cidadãos se beneficiar de certo número de direitos sociais e de garantias em matéria de proteção social quando trabalham em outro Estado membro diferente ao seu. Entretanto, é notório que os fracassos recentes no referente à duração do tempo de trabalho, ao direito das mulheres grávidas, às aposentadorias, conduzem a se interrogar sobre o futuro da construção social europeia. À ausência da visão comum entre os Estados membros sobre os contornos da Europa social, acabam de se acrescentar certas debilidades do mecanismo institucional colocado em andamento na matéria social⁵.

Agnès Montalvillo en representación de la Mancomunidad francesa de Poitiers, participa en el proyecto Innovación y cohesión social, articulando acciones desde la organización Iheal Local. Entidad experta en el acompañamiento de procesos de descentralización en América Latina, específicamente en lo referente a asistencia a los gobiernos locales de la región.

4 Os Estados membros não estão autorizados a rebaixar suas legislações sob o pretexto de que a diretiva tenha fixado uma faixa mínima inferior.

5 De frente aos antagonismos que existem entre os Estados membros na matéria social, parece cada vez mais difícil encontrar compromissos sobre textos colocados a voto, tanto por unanimidade como por maioria qualificada.

Cooperação internacional e inclusão social: compromissos assumidos e caminhos a percorrer

Neste artigo se apresenta um breve estado da situação sobre a cooperação na América Latina e são identificadas algumas linhas gerais para entender este processo, assim como a evolução recente da cooperação na região. Finalmente, mais além de uma perspectiva técnica deste processo, prioriza uma análise política da importância da cooperação para nossos países, assim como suas perspectivas imediatas.

No nível latino-americano estão se experimentando uma série de mudanças profundas em relação à cooperação internacional. Um dado concreto de partida é que os fundos de cooperação estão se reduzindo tendencialmente, e isto se vê em diversos indicadores. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), “a participação relativa da América Latina e do Caribe como receptores de assistência oficial para o desenvolvimento caiu de um 9% em 1990 a um 7% do total em 2008”².

Segundo os dados da CEPAL para o ano 2008, a cooperação para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) mostra que nossos países estão captando

menos cooperação do sistema internacional: “Dos 128.600 milhões de dólares da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) canalizada para os países em desenvolvimento em 2008, só 9.300 milhões de dólares se dirigiram para a América Latina e o Caribe (um 7,2%). Deste total, 6.900 milhões de dólares (quase três quartas partes) foi da AOD bilateral por parte dos países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ e 2.300 milhões de dólares (quase uma quarta parte) foi da AOD por parte de agências multilaterais”.

Porém, além desta tendência, também é necessário mencionar que a América Latina e o Caribe participam relativamente menos no conjunto global dos fundos ou recursos considerados na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) em comparação a outras regiões como África ou Ásia.

“A lógica que geralmente tem seguido a designação da AOD é priorizar aos países de menores ingressos antes que os países de renda média, relegando assim a um segundo plano a muitos países da região, ainda quando estes apresentaram importantes necessidades não cobertas e setores com alto grau de vulnerabilidade econômica e social. Esta lógica de designação, segundo o critério de países de renda média, tem sido a causa de que a América Latina e o Caribe tenham tido tradicionalmente uma participação muito reduzida no total de fluxos da AOD

1 Assessor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação, Intendência de Montevidéu, e Gerente do projeto de Mercocidades Inovação e Coesão Social.

2 O progresso da América Latina e do Caribe para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Desafios para conseguir-los com igualdade. CEPAL. Agosto 2010. Pág. 331.

3 Integrado por Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Coreia do Sul, Suíça, Suécia, Comissão Europeia.



• Os meninos da Amazônia / Fotografia de Wagner Mello / Brasil

para as regiões em desenvolvimento, e poderia ser a causa de que, dada uma restrição maior de recursos que em épocas anteriores, a perda de participação da região se acentuasse⁷⁴.

Este cenário nos obriga a pensar, como fortaleceremos as capacidades para potencializar as que já temos como sociedades latino-americanas para participar no sistema internacional e para captar maiores fluxos de cooperação. Isto começou a gerar nos últimos dois anos um debate no nível interno dos países do MERCOSUL, com reflexões ao respeito desde as organizações da sociedade civil e os próprios governos. O que indica que estão registrando desta situação, sobretudo em relação à cooperação da União Europeia (UE).

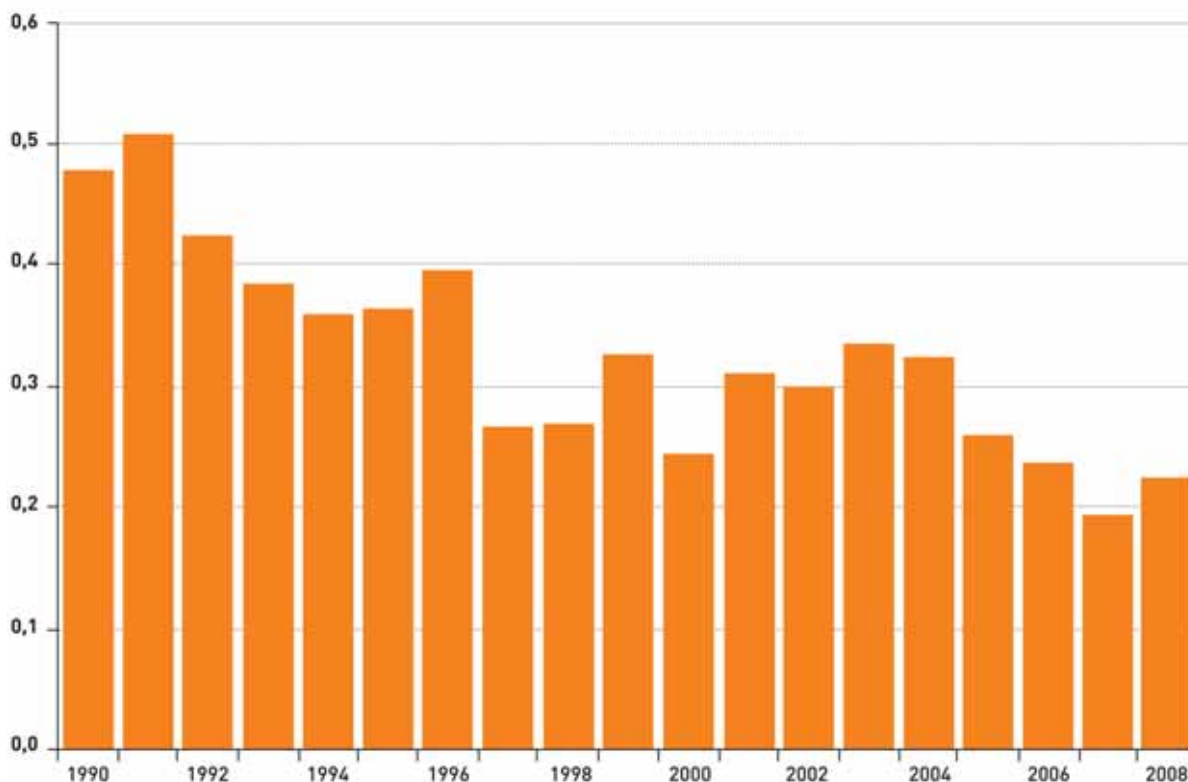
Neste sentido, muitas de nossas políticas públicas e sociais (cuidado do meio ambiente, educação, saúde, etc.), que de certa forma foram possíveis com a cooperação proveniente da Europa, hoje enfrentam o desafio de ter que manter os níveis de atuação com menos recursos, ou inclusive de manter a atuação de políticas públicas sem ter o apoio da cooperação que tinham há quatro, cinco ou seis anos atrás.

.....

Isto não quer dizer que no nível regional não discutamos como fortalecer nossas capacidades, porém sim é um alerta ao ver ao sistema em seu conjunto e no nível político. Na Europa a situação não é a mesma que há qua-

tro ou cinco anos, e está se gerando uma readequação bastante importante acerca de como vai se cooperar nos próximos dez ou quinze anos com o sul global do qual formamos parte.

A América Latina e o Caribe: Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) recebida, 1990-2008 (Em porcentagens da renda nacional bruta)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco Mundial. A cifra da AOD de 2008 provém da OCDE⁵.

No caso dos países do MERCOSUL, as porcentagens da AOD sobre a Renda Nacional Bruta indicam que a incidência dos desembolsos netos de recursos no conjunto destas economias é quase nula (Ver

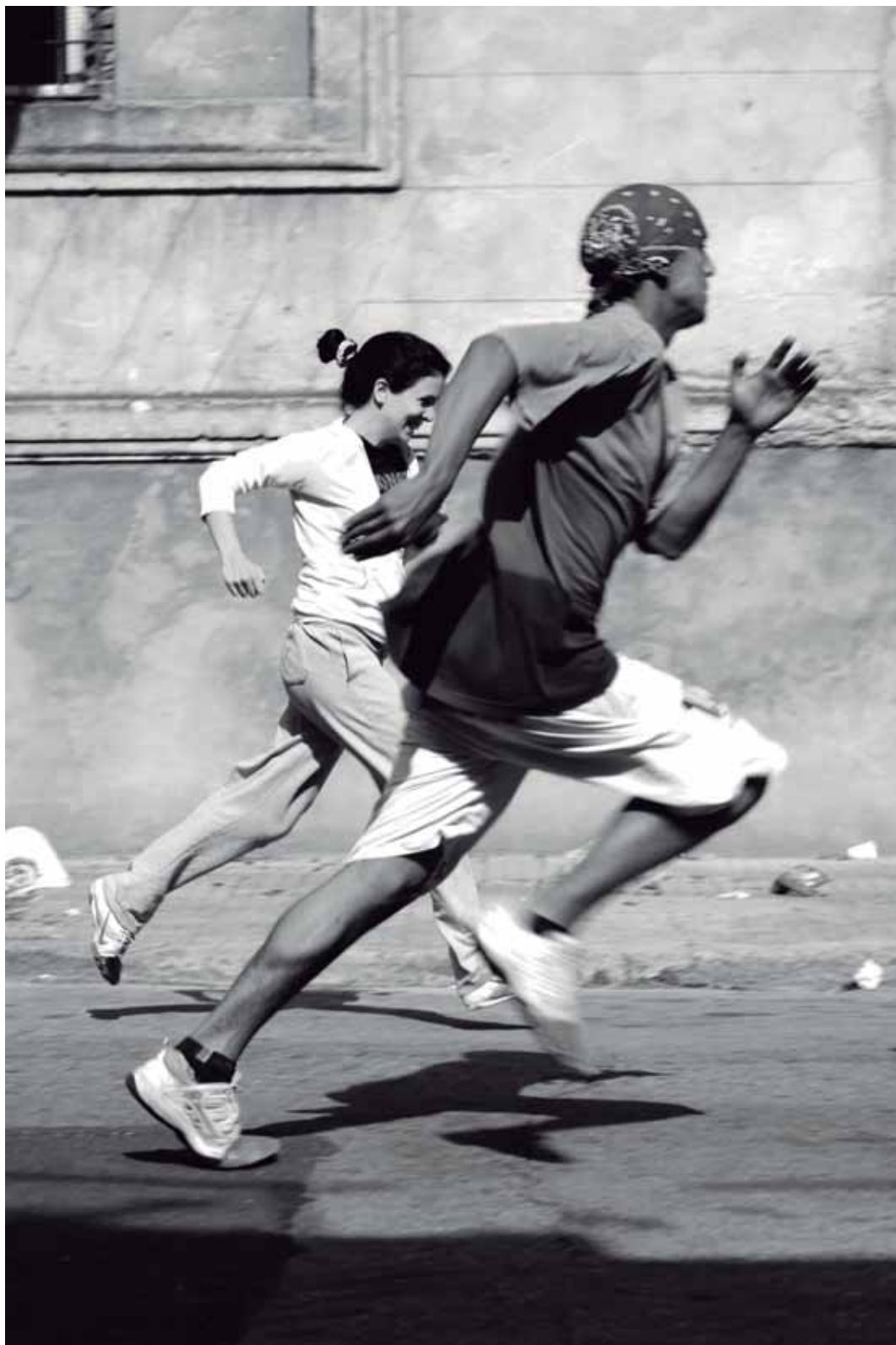
tabela). Entretanto, é evidente que subsistem complexos desafios para resolver e problemáticas sociais pendentes de solução em termos de inclusão e coesão social.

Tabela: Desembolsos netos de assistência para o desenvolvimento para países da América Latina e do Caribe (em porcentagens da renda nacional bruta)

	1990	1995	2000	2005	2008
Argentina	0,1	0,1	0	0,1	0
Brasil	0	0	0	0	0
Paraguai	1,1	1,7	1,1	0,7	0,8
Uruguai	0,59	0,35	0,08	0,09	0,11
Venezuela	0,17	0,06	0,07	0,04	0,02

Nota: Elaboração própria em base a OCDE.

.....



• *Futebol na rua* / Fotografia de Adriana Cabrera / Uruguai

Em relação ao papel que tem a União Europeia neste terreno, o Guia sobre a Cooperação ao Desenvolvimento União Europeia – América Latina indica que “Para o período 2007-2013, se designaram uns 2.600 milhões de euros para a cooperação ao desenvolvimento com os países da América Latina, que se repartem ao longo de dois subperíodos de programação: 2007-2010 e 2011-2013”⁶.

Segundo este documento, “O objetivo global da cooperação ao desenvolvimento da UE é a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável, incluindo a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Na região da América Latina, a UE presta uma particular atenção à coesão social e a integração regional, assim como à melhora da boa governança e do reforço das instituições públicas, do desenvolvimento de um espaço comum de educação superior UE-AL, e do fomento do desenvolvimento sustentável”⁷.

No que se refere especificamente ao MERCOSUL, a UE é a principal fonte de recursos de cooperação para a região (mais de 97 % da ajuda total durante o período 2002-2006)⁸. Nesse período a UE tinha destinado ao MERCOSUL 48 milhões de euros, focalizando-se em três áreas prioritárias de ação: Apoio à integração do mercado interno e a aceleração dos fluxos comerciais inter-regio-

nais (21 milhões de euros), Apoio à institucionalização do MERCOSUL (12,5 milhões de euros) e Apoio à sociedade civil no MERCOSUL (14,5 milhões de euros).

Apesar de que o Documento de Estratégia Regional para o MERCOSUL estabelece que para o período 2007-2013 a UE destinará 50 milhões de euros com o objetivo de apoiar “os avanços do MERCOSUL para uma maior integração política e econômica”, também é necessário constar que “Dos 50 milhões de euros destinados no orçamento de 2007- 2013 para o MERCOSUL, 10 milhões se designarão para financiar dois projetos do Documento de Estratégia Regional de 2002 - 2006 (educação e sociedade da informação), que não puderam se concluir a tempo sob a última perspectiva financeira”⁹.

Ou seja, então em valores absolutos se registra uma menor quantia proveniente da UE para o MERCOSUL. Este pequeno exemplo nos indica que é necessário fortalecer as estratégias nacionais e regionais para a participação no sistema de cooperação internacional, na medida em que se tem cada vez mais evidente que as potências do norte estão afrontando uma das crises econômicas e sociais mais graves das quais se tem registro. Qualquer das vias de saída para este cruzamento de caminhos deverá partir de um fortalecimento da integração regional, um aprofundamento das relações sul-sul e da decisão política de respeitar e consagrar direitos, revertendo mediante políticas públicas concretas à desigualdade e a exclusão social.

.....

6 Sócios para o Desenvolvimento. Guia sobre a Cooperação ao Desenvolvimento União Europeia – América Latina. Europe Aid Comisión Europea. Atualização 2010. Pág. 18.

7 Op. Cit. Pág. 10.

8 Documento Estratégico Regional 2007-2013 MERCOSUL. UE Disponível em: http://eeas.europa.eu/MERCOSUR/rsp/07_13_es.pdf

9 Op. Cit. Pág. 28

Os Fotógrafos

Felipe Ignacio Bernal Acha / CHILE

Artista visual e estudante de desenho da Universidade de Valparaíso, Chile. Dedicado às áreas audiovisuais; sua produção fotográfica é principalmente instintiva, reflete e expressa o que o artista vê e sente.

Adriana Cabrera Esteve / URUGUAI

É uma escritora e fotógrafa uruguaia nascida em Montevideú em 1955. Vinculou-se à fotografia em 1977, durante seu exílio na Suécia. Com o assessoramento de alguns professores e amigos trabalhou de forma amadora até 1983, ano em que se trasladou para a Nicarágua. Em seu país, cursou fotografia básica, photoshop e fotografia documentária no Fotoclub; fotografia estenopeica com o Coletivo Sinóptico e Expressão na Oficina Aquelarre. Publicou fotografias nos livros “La diversidad biológica” da Editora Ciências Biológicas; na revista “Noteolvides”, na revista “Cuadernos de Compañero” e em seu próprio blog. Paralelamente tem publicado sua obra literária.

Francisco Flores / CHILE

Chileno de 18 anos, mora na cidade de Santiago Capital. Atualmente, cursa o primeiro ano de desenho industrial na Universidade Tecnológica Metropolitana (UTEM). Aspira trabalhar profissionalmente na fotografia.

Wagner Mello / BRASIL

Graduado em economia, trabalha profissionalmente no setor financeiro. Apaixonado pela fotografia, com ela trata de capturar a emoção de sua visão particular.

Sebastián Miquel / ARGENTINA

Fotógrafo argentino, nascido em 1975, residente em Buenos Aires, Argentina. Formado no âmbito editorial e artístico. Desenvolve suas atividades de maneira independente. Colabora em diversos meios gráficos nacionais e internacionais. Expôs seus trabalhos em galerias de Buenos Aires e constantemente trabalha vinculado a artistas e referentes da cultura nacional, assim como também em organizações públicas e empresas nacionais. Foi premiado em inúmeras ocasiões tanto no nível internacional como nacional. Seu último livro foi editado em 2010 com o título, Abya Yala, hijos de la tierra.

Neils Karol Oscategui Mallqui / PERU

Estudante de 23 anos da Escola de Formação Profissional de Ciências da Comunicação da Universidade Nacional San Cristóbal de Huamanga, Ayacucho, Peru. Atualmente, dirige o projeto "Cultura.com", uma revista virtual que promove as expressões culturais das diferentes regiões do Peru. Destacam suas exposições fotográficas: "Ayacucho Llaqtaymanta" na Municipalidade Provincial de Huamanga e "Encantos de Huamanga" no Congresso da República do Peru.

Pablo Oxley Abal / URUGUAI

Nasceu em 1973, em Montevideu, Uruguai. Sua incursão na fotografia data desde o ano 1992, realizando estudos de fotojornalismo na escola de fotografia de Montevideu "Dimensão Visual", especializando-se posteriormente em fotografia publicitária. Realizou trabalhos para diferentes meios e agências publicitárias, como para empresas privadas. Atualmente, trabalha de forma independente, focalizado principalmente na documentação de diferentes manifestações da cultura popular uruguia.

Camila Parra Tassara / CHILE

Chilena de 19 anos, estudante de nutrição e dietista. Perfeccionista como aficionada. Envolveu-se com a fotografia desde seus 15 anos. Hoje, é amante da fotografia de pessoas, particularmente de crianças. Seu objetivo é "capturar olhares, ou muito mais que isso, mostrar as janelas da alma que muitas vezes não nos damos conta que existem".

Clarís Trigueros / VENEZUELA

Aficionada à fotografia documentária trabalha a um ano na área de seu interesse, a antropológica ou social. Jornalista na área de impressões. Com 15 anos de experiência no treinamento profissional e estratégia educativa corporativa, especialista em dinâmicas de grupo e graduada em Mercadeo como primeiro curso. Escritora de contos. Tem 10 anos de experiências na indústria farmacêutica - cosmética.

José Carlos Villalba / PARAGUAI

Nasceu em 1985 em Assunção, onde mora e trabalha. Dedicou-se ao desenho gráfico e a fotografia. É formado no curso de Ciências da Comunicação com ênfase em desenho gráfico. Desde 2010 co-dirige o estudo de desenho Insignis, focalizado no desenvolvimento da identidade corporativa e do desenho editorial. Apesar de sua curta trajetória fotográfica, já realizou trabalhos para projetos editoriais da imprensa local e outras publicações.

Pedro Vázquez Segovia / BOLÍVIA

Formado em desenho industrial, fotógrafo autodidata e experimental. Grande amante das artes visuais, das boas soluções do desenho, do trabalho artesanal e das construções sustentáveis. Em processo de titulação, no que pretende integrar todas suas paixões.

in